



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

DENISON MARTINS DOS SANTOS

**FRONTEIRAS (IN)VISÍVEIS DA CIDADE CAPITALISTA:
segregação socioespacial no Conjunto Parque Modelo II/Ananindeua-PA**

**BELÉM
2012**

DENISON MARTINS DOS SANTOS

FRONTEIRAS (IN) VISÍVEIS DA CIDADE CAPITALISTA:
segregação socioespacial no Conjunto Parque Modelo II/Ananindeua-PA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais aplicadas da Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Elvira Rocha de Sá

BELÉM
2012

DENISON MARTINS DOS SANTOS

FRONTEIRAS (IN) VISÍVEIS DA CIDADE CAPITALISTA:
segregação socioespacial no Conjunto Parque Modelo II/Ananindeua-PA

Belém, _____ de _____ de 2012

Banca examinadora:

Prof.^a Dra. Maria Elvira Rocha de Sá

Prof.^a Dra. Edelweiss Falcão de Oliveira

Prof.^a Dra. Nádia Socorro Fialho Nascimento

À Deus fonte de toda sabedoria. À minha adorável filha Kalline Ágatha que sem imaginar a cada dia inunda minha vida de força, ânimo e inspiração para continuar lutando por dias melhores; aos meus admiráveis pais: Edilson Vilhena (*in memoriam*) e Priscila Martins, maiores referências sobre caráter e dignidade; irmãos Luciano e Erickson Santos, grandes amigos e porto seguro nos dias de tempestade; e à minha amada companheira Lívia Araújo, inestimável conquista nessa jornada do Mestrado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida, pela sabedoria, e pela vontade infinita de aprofundar meus conhecimentos. Por sempre colocar em meu caminho as pessoas certas, e nunca ter deixado que faltassem as oportunidades.

A meus pais, Edilson Vilhena (*in memoriam*) e Priscila Martins, por terem acreditado nos meus sonhos, e sempre apostarem que os desafios empreendidos por mim poderiam ter grandes possibilidades de sucesso; Por me darem forças, e as condições materiais que precisei (dentro de suas possibilidades), visando sempre à realização dos meus sonhos e objetivos.

À minha filha Kalline Ágatha, meu maior tesouro e pessoa mais importante da minha vida. Aproveito o ensejo para lhe pedir sinceras desculpas pelos momentos de ausência decorrente do trabalho distante e finalização deste objetivo. Amada filha, tudo que faço e farei é sempre pensando no melhor para você!

As meus irmãos: Luciano e Erickson Martins dos Santos pelo apoio e auxílio (material e subjetivo) nos momentos difíceis desta longa jornada. Minha sobrinha Yasmim Nascimento e o recém-chegado Luan, que trouxe mais alegria e paz a nossa família.

À minha companheira Lívia Araújo, mulher admirável por sua garra, disciplina e força de vontade. Obrigado pelo apoio incondicional, jamais vou te esquecer, sua presença é fundamental em minha vida.

Aos queridos amigos: Igor Leonard, Regina Rodrigues, Junior “*Cabrone*” e Dayane, Rubens Rafahel e Sales, Denise Santos e Dilma Siqueira, verdadeiros companheiros, e que embora distantes sempre contribuem e acrescentam coisas boas a minha vida, fazendo valer o ditado que diz: “*Os verdadeiros amigos se assemelham ao sol, não precisam aparecer a todo momento para sabermos que eles existem, e quando aparecem, trazem luz à nossa vida*”.

A minha orientadora: Prof.^a Maria Elvira, pela paciência, disponibilidade, comprometimento, inúmeros ensinamentos empíricos e teóricos, e pelas calorosas discussões (sentirei falta dos momentos de diálogo em seu agradável espaço de estudo), pela compreensão, e pela validade do nosso *pacto de parceria e cooperação mútua*, meus sinceros agradecimentos. Thomas Mann afirmava: “Um professor é a personificada consciência do aluno; confirma-o nas suas dúvidas; explica-lhes o motivo de sua insatisfação e lhe estimula a vontade de melhorar”.

Ao Prof. Welson Cardoso, pelas inúmeras e aguçadas contribuições, sempre muito gentil e solícito. À Prof^a Edelweiss Falcão, por suas inestimáveis indicações ao projeto de pesquisa, pessoa formidável, que tive a honra de conhecer durante a experiência do PROCAD/UFPA/UFPE. À querida Prof.^a Nádia, pela contagiante alegria e energia, além do apoio nos momentos de dificuldade na experiência acadêmica vivenciada em Recife – PE.

À Sônia Cristina Figueiredo da FASE/Amazônia pela paciência e disponibilidade; À colega Iraneide Silva, pessoa extremamente meiga e amiga. Ao amigo Anderson, discente do PPGSS/UFPA e assistente social da SEHAB/Ananindeua, suas contribuições foram fundamentais.

À equipe da Unidade de Saúde Roraima Amapá I e II, em especial aos amigos Jean Oliveira, Fabricio, Ane Keyla, Eunice, Nelson Cosme, Edinalva Lousada, Gisele, Creuza Elleres, D. Sandra e Socorro, que tão bem me acolheram na etapa de coleta de dados.

Aos moradores do Conjunto Parque Modelo II que sempre me receberam com muito respeito e atenção, acreditando que este trabalho possa constituir um instrumento de fortalecimento das lutas históricas empreendidas no Conjunto. Espero poder contribuir neste sentido. Obrigado Sr. Boaventura e D. Graça pelos valiosos relatos das experiências de lutas por melhores condições de vida para a comunidade do Parque Modelo.

“O homem está na cidade
como uma coisa está em outra,
e a cidade está no homem
que está em outra cidade.
Mas variados são os modos
como uma coisa
está em outra coisa:
o homem, por exemplo, não está na cidade
nem como uma árvore
está em qualquer uma de suas folhas”.

(Poema sujo – Ferreira Goulart)

“Um homem se humilha, se castram seus sonhos
Seu sonho é sua vida e vida é trabalho
E sem o seu trabalho o homem não tem honra
E sem a sua honra se morre, se mata
Não dá pra ser feliz.... Não dá pra ser feliz....”.

(Gonzaguinha)

RESUMO

O presente estudo tem como objeto a análise da produção do espaço no interior da cidade capitalista, ratificado historicamente por meio da lógica de desigualdade social que perversamente estabelece a disparidade existente na distribuição de serviços públicos e habitações, através do acesso desigual à moradia, infraestrutura e serviços coletivos, estabelecendo um quadro tenso e contraditório de segregação socioespacial vivenciado por uma grande massa de trabalhadores. Tendo como objetivo apreender o processo de reprodução social dos trabalhadores residentes no Conjunto Parque Modelo II, bairro Curuçambá, no município de Ananindeua a partir das condições de acesso à moradia, infraestrutura e serviços coletivos que definem o processo de segregação socioespacial naquela área. Neste sentido, para que se alcançasse o objetivo proposto pelo trabalho, inicialmente foi desenvolvida pesquisa bibliográfica que subsidiasse a reconstrução sócio - histórica do espaço urbano no município de Ananindeua e no bairro Curuçambá, e posteriormente foi realizada pesquisa de campo estruturada por meio de formulários aplicados junto a uma amostra de 64 (sessenta e quatro) famílias residentes no Conjunto, buscando-se o levantamento de dados que possibilitasse a posterior interpretação das informações obtidas. Com base nos dados, informações e nas análises realizadas, constatou-se que o Conjunto Parque Modelo II em sua gênese e desenvolvimento acompanha a expansão do núcleo urbano central de Ananindeua, sendo constituído em sua maioria por uma população migrante que busca moradia na área visando melhores condições de vida e sobrevivência, por não possuir condições materiais (renda e trabalho) para se instalar ou se manter no centro ou em áreas próximas, e por isso se reproduzem a partir da convivência cotidiana com a violência, ausência de infraestrutura, serviços e equipamentos urbanos precários e da consequente não satisfação de necessidades básicas que revelam a essência do quadro socioeconômico de segregação socioespacial.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade capitalista; Reprodução social. Segregação socioespacial.

ABSTRACT:

The object of this study is to analyze the production of space within the capitalist city, historically ratified by the logic of social inequality that perversely sets the disparity in the distribution of public services and housing, and the unequal access to housing, infrastructure and collective services by establishing a framework of tense and contradictory spatial segregation experienced by a large mass of workers. Aiming to capture the process of social reproduction of workers residing in the Park Set Model II in Ananindeua municipality from the conditions of access to housing, infrastructure and collective services that define the process of socio-spatial segregation that area. In this sense, in order to achieve the proposed objective for the work initially was developed literature that subsidize the rebuilding socio - historical urban space in the district of Ananindeua district and Curuçambá, and later field research was conducted through structured forms applied with a sample of 64 (sixty four) families residing in the Assembly, seeking to uncover data that enabled the subsequent interpretation of the information obtained. Based on the data, information and analysis conducted, it was found that the Joint Park Model II in its genesis and development accompanies the expansion of the urban core central Ananindeua, consisting mostly of a migrant population seeking housing in the area in order better living conditions and survival, has no material conditions (income and employment) to settle or stay downtown or in nearby areas, and therefore reproduce from the daily coexistence with violence, lack of infrastructure, services and urban poor equipment and the resulting unmet basic needs that reveal the essence of the socioeconomic framework of socio-spatial segregation. Accordingly, the hypothesis that the occupation of the Joint Park Model II follows the logic of the processes of socio-spatial segregation experienced by working families that breed in poor areas (infrastructure, collective facilities and services) of capitalist cities is confirmed with the outcome through the result of this research.

KEYWORDS: Capitalist city. Social reproduction. Segregation.

LISTA DE SIGLAS E SIGNIFICADOS

AMACORT – Associação de Moradores, Amigos e Colaboradores da Rua da Torre

ANA – Agência Nacional de Águas

BNH – Banco Nacional de Habitação

CAIXA – Caixa Econômica Federal

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe

CODEM – Companhia de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Belém

CDRU – Concessão do Direito Real de Uso

CNDU – Comissão Nacional de Desenvolvimento Urbano

CNPU – Comissão Nacional de Política Urbana e Regiões Metropolitanas

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

DOE – Diário Oficial do Estado

DNI – Departamento Nacional de Integração

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação

FMI – Fundo Monetário Internacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDESP – Instituto do Desenvolvimento Econômico Social do Pará

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INPA – Instituto Nacional de Pesquisa na Amazônia

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

PAAR – Pará, Amazonas, Acre e Rondônia

PDA – Plano de Desenvolvimento da Amazônia

PDA – Plano Diretor de Ananindeua

PGC – Programa Grande Carajás

PIB – Produto Interno Bruto

PLANHAP – Plano Nacional de Habitação Popular

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PPA – Plano Plurianual

PSF – Programa Saúde da Família

RM – Região Metropolitana

RMB – Região Metropolitana de Belém

SAVA – Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico

SEMTA – Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para Amazônia

SEPM – Secretaria Especial de Políticas para Mulheres

SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo

SEHAB – Secretaria de Habitação

SFH – Sistema Financeiro de Habitação

SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

PNUD – Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1 – TABELAS

TABELA 1 – População residente em unidades administrativas integrantes da RMB (1960 – 2010)

TABELA 2 – Variação populacional do município de Belém (1950 – 1970)

TABELA 3 – População com mais de 10 anos de idade segundo renda individual nominal mensal – Município de Ananindeua/PA

TABELA 4 – Distritos industriais da RMB: Nº de unidades industriais

TABELA 5 – Evolução populacional na RMB (1960 – 1980)

TABELA 6 – Distribuição por gênero

TABELA 7 – Motivos da busca por moradia na área do Conjunto Parque Modelo I

TABELA 8 – Tempo de residência

TABELA 9 – Níveis de escolaridade

TABELA 10 – Distribuição por atividade laboral

TABELA 11 – Local de realização da atividade laboral

TABELA 12 – Avaliação da oferta de serviço de limpeza pública

TABELA 13 – Avaliação das condições de transporte público

TABELA 14 – Frequência do policiamento nas ruas

TABELA 15 - Condição topográfica da rua onde residem

TABELA 16 – Vinculação com imóvel

TABELA 17 – Tempo de residência

TABELA 18 – Avaliação sobre o local de residência

TABELA 19 – Avaliação sobre atuação da prefeitura

2 – GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Distribuição por gênero

GRÁFICO 2 – Lugar de origem dos moradores

GRÁFICO 3 – Tempo de residência

GRÁFICO 4 – Níveis de escolaridade

GRÁFICO 5 – Distribuição por Atividade laboral

GRÁFICO 6 – Local de realização da atividade laboral

GRÁFICO 7 – Acesso à limpeza pública

GRÁFICO 8 – Frequência do policiamento na área

GRÁFICO 9 – Condição topográfica da rua onde residem

GRÁFICO 10 – Titulação do imóvel

3 – FIGURAS

FIGURA 1 – Figura 01 - Mapa imagem / RMB

FIGURA 2 – Mapa imagem município de Ananindeua (área rural e urbana)

FIGURA 3 – Mapa imagem de localização do bairro Curuçambá

FIGURA 4 – Mapa de invasões de terras na Região Metropolitana de Belém (1995)

FIGURA 5 – Vista aérea do Conjunto Parque Modelo II

FIGURA 6 – Mapa imagem / Conjunto Parque Modelo II

FIGURA 7 – Rua da Torre / Conjunto Parque Modelo II

FIGURA 8 – Rua da Torre / Conjunto Parque Modelo II

FIGURA 9 – Rua Paz de Carvalho / Conjunto Parque Modelo II

FIGURA 10 – Contrastes entre Rua José de Alencar (Conjunto Parque Modelo II) /
área central do Conjunto Cidade Nova

FIGURA 11 – Rua Santa Helena / Conjunto Parque Modelo II

FIGURA 12 – Rua We 21 / Conjunto Cidade Nova

FIGURA 13 – Unidade de Saúde da Família / Roraima Amapá I e II

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1. (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

1.1. PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

1.2. ESTADO E SOCIEDADE CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA

1.3. CIDADE CAPITALISTA E PRODUÇÃO DE DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS

1.4. MARCO HISTÓRICO DA DIVISÃO DO TRABALHO E SEPARAÇÃO CIDADE E CAMPO

1.5. SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E CONDIÇÕES DE VIDA DOS TRABALHADORES NA DINÂMICA DE MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL

2. METROPOLIZAÇÃO E METRÓPOLES NO BRASIL E NA AMAZÔNIA: CONSTITUIÇÃO DE ANANINDEUA COMO MUNICÍPIO METROPOLITANO

2.1. METROPOLIZAÇÃO E METRÓPOLES NO BRASIL E NA AMAZÔNIA

2.2. REALIDADE PERIURBANA NA AMAZÔNIA: AFINAL DO QUE SE TRATA?

2.3. CONSTITUIÇÃO DO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA NO PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO

3. DO CONJUNTO HABITACIONAL CIDADE NOVA AO CONJUNTO PARQUE MODELO II: PROCESSO DE OCUPAÇÃO E LUTAS SOCIAIS **LOCAIS**

3.1. SURGIMENTO DO CONJUNTO HABITACIONAL CIDADE NOVA E OCUPAÇÃO DO CONJUNTO PAAR

3.2. PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO BAIRRO CURUÇAMBÁ E SURGIMENTO DO CONJUNTO PARQUE MODELO II

3.3. REPRODUÇÃO SOCIAL E LUTAS SOCIAIS DOS TRABALHADORES RESIDENTES NO CONJUNTO PARQUE MODELO II

3.3.1. Trabalho e renda

3.3.2. Condições de moradia

3.3.3. Lutas sociais locais: processo organizativo e principais reivindicações

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APÊNDICES

ANEXOS

INTRODUÇÃO

Entender os meandros da produção da cidade capitalista e as diferenciações existentes na sua estrutura é uma tarefa bastante complexa quando analisada a dinâmica do desenvolvimento dos espaços metropolitanos amazônicos. No município de Ananindeua a existência de bairros distintos, não apenas em sua forma material (espaços físico-geográficos) como nas disposições de equipamentos e serviços públicos contidos em cada um, engendra uma realidade dissonante em seu desenvolvimento socioespacial. Santos (2009, p. 33) ao discutir a dinâmica de formação dos espaços nas cidades e o processo de fragmentação, via distanciamento social das classes, ratifica que o “espaço que, para o processo produtivo, une os homens, é o espaço que, por esse mesmo processo produtivo, os separa”.

Essas diferenciações contidas entre os espaços urbanos a partir de determinadas áreas da cidade que não possuem os mesmos equipamentos, infraestruturas e serviços coletivos, agudizam ainda mais a separação entre os sujeitos com características socioeconômicas distintas, sendo responsáveis pelo afastamento ainda maior no interior de um mesmo espaço.

Nas áreas de ocupações - locais alternativos de reprodução social da grande massa de trabalhadores móveis sem ingresso nas benesses da cidade em função do não acesso às oportunidades de trabalho e renda em seus locais de origem - esse processo assume a condição de segregação socioespacial. Esta pesquisa busca analisar o processo de formação social e histórica do Conjunto Parque Modelo II a partir do perfil de trabalho e renda e das condições de moradia, com ênfase na infraestrutura e serviços coletivos existentes naquela área do município de Ananindeua, buscando-se, também, identificar o processo de formação e desenvolvimento do Conjunto, a partir das lutas sociais ocorridas neste espaço, e sua relação com características socioeconômicas e espaciais deste município metropolitano.

Discutem-se aqui, os processos socioespaciais relacionados à reprodução social dos atuais moradores no Conjunto Parque Modelo II, procurando-se entender a dinâmica de espraiamento deste fenômeno, e os condicionantes que levaram à formação daquela área de ocupação, bem como a inserção contínua de novos contingentes de trabalhadores neste local.

A relevância deste trabalho situa-se na busca do desvendamento da dinâmica socioespacial do Conjunto Parque Modelo II / bairro Curuçambá, e seu processo histórico recente de desenvolvimento urbano e social, considerando-o como periferia segregada, devido o acesso inadequado a bens e serviços urbanos, e o intenso e abrupto adensamento populacional existente desde a época de sua formação.

Nesta perspectiva, o recorte espacial que envolve a análise sobre o Conjunto Parque Modelo II ocorre a partir da experiência vivenciada por mim enquanto Agente Comunitário de Saúde (ACS), atividade desenvolvida durante os anos de 2007 a 2010 no bairro Curuçambá em Ananindeua/PA. A aproximação com a realidade dos moradores do Conjunto Parque Modelo II foi instigada pela percepção da ocorrência contínua de um grande número de trabalhadores imigrantes residentes na área, e as dificuldades de acesso a serviços públicos essenciais, infraestrutura e condições precárias de moradias.

Os objetivos do estudo apresentado são: identificar o que atualmente condiciona o processo de segregação socioespacial no município de Ananindeua; motivos que imprimem o aumento desse fenômeno no Conjunto Parque Modelo II; fatores preponderantes que impulsionaram, historicamente, a ocupação do Conjunto e sua relação com os processos de formação socioterritorial do município de Ananindeua. Santos (2009 b, p. 15) ao se referir à análise dos fatos históricos presentes no espaço geográfico, afirma: “os fatos estão todos aí, objetivos e independentes de nós. Mas cabe a nós fazer com que se tornem fatos históricos, mediante a identificação das relações que os definem”.

Numa perspectiva teórico-crítica procedeu-se um recorte espacial que permitiu apreender o contexto no qual se desenvolve a segregação socioespacial na área estudada, a partir de dois eixos: *o primeiro*, de caráter teórico-histórico, que circunscreve a gênese e constituição do processo de ocupação do espaço pelas famílias de trabalhadores; *o segundo*, diz respeito ao(s) processo(s) de reprodução social, numa área com características urbano-rurais, dando ênfase aos níveis de segregação socioespacial aos quais estão submetidas as famílias que lá residem.

O método dialético de Marx possibilita a compreensão da realidade socioeconômica, estabelecendo relações com o todo articulado, que traz em si contradições específicas. Nesta relação dialética, pretendeu-se alcançar as dimensões de totalidade e historicidade dos fenômenos abordados, pois, no processo de (re) produção

das cidades é necessário apreender o desdobramento da estrutura de classe e conflitos inscritos nestes espaços.

Deste modo, tendo como alicerce o método dialético, a pesquisa quali-quantitativa possibilitou análise sobre as condições de reprodução social dos trabalhadores residentes no referido Conjunto. A operacionalização da metodologia utilizada iniciou pelo levantamento bibliográfico centrado na produção do conhecimento acumulado acerca da (re) produção do espaço urbano na sociedade capitalista, bem como dos processos contraditórios engendrados e que passaram a fundamentar a análise dos dados e informações obtidas sobre a realidade pesquisada.

Neste aspecto, os autores que mais contribuíram com o debate realizado nesta pesquisa foram: David Harvey, Jean Lojkine, Henri Lefebvre, que discutem temas pertinentes à cidade e ao espaço urbano; Milton Santos e Roberto Lobato Corrêa, teóricos fundamentais na discussão sobre o processo de urbanização brasileira; Maria Helena Rauta Ramos, Antônia dos Santos Garcia, Gabriela Icasuriaga, Luís Cesar de Queiroz Ribeiro e Eliene Jaques Rodrigues que contribuíram de forma significativa ao debate sobre segregação socioespacial; Edmilson Brito Rodrigues, Saint-Clair Trindade Jr. e Eliene Jaques Rodrigues que dedicam seus estudos aos aspectos urbanos da formação e expansão da malha urbana de Belém, enfatizando os processos socioespaciais decorrentes do fenômeno de surgimento de novas áreas no contexto metropolitano.

Os dados secundários (*pesquisa documental*) foram obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e à Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação – FASE, além de registros de imagens e documentos acessados no acervo particular de moradores e líderes comunitários do Parque Modelo II.

Quanto ao levantamento de dados primários (*pesquisa de campo*) utilizou-se abordagens quantitativa e qualitativa, de modo a possibilitar a obtenção de dados relativos às condições de trabalho, renda e moradia dos sujeitos residentes na área estudada e, ao seu processo histórico de ocupação, possibilitando a clarificação das reais condições de reprodução social das famílias que nela residem.

A abordagem quantitativa ocorreu com a formulação de questões, fechadas e abertas, estruturadas em um formulário (Apêndice) aplicado junto à amostra de 64 (sessenta e quatro) famílias residentes no Conjunto Parque Modelo II, calculo resultante da amostra balizada sobre o total de 672 (seiscentos e setenta e dois) domicílios existentes neste Conjunto, conforme informações fornecidas pela SEHAB/Ananindeua.

O procedimento de cálculo da referida amostra foi o seguinte:

$$n = N(pq)Z^2/e^2(n-1)+Z^2(pq)$$

onde:

N= 672 (Universo)

p = 0,95 (probabilidade associada à variável dimensionante da amostra, no caso, a renda)

q = 0,05 (1-p)

Z = 1,96 (valor crítico, associado ao intervalo de confiança de 95%, isto é tem-se 95% de confiança que a amostra selecionada é representativa da população)

e= 5% (Margem de erro amostral admissível, isto é, os resultados revelados pela amostra oscilarão +/- 5%)

n = 64 (amostra) que é o resultado do cálculo.

O plano de aplicação do instrumental na referida amostra obedeceu a estratificação proporcional da mesma em 3 (três) micro-áreas. A espacialização destas micro-áreas é adotada pelo Programa Saúde da Família (PSF) da Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua. A distribuição realizada foi a seguinte: a) Micro-área 03 - 39 (trinta e nove) famílias; b) Micro-área 06 - 17 (dezessete) famílias; Micro-área 07 - 8 (oito) famílias, totalizando as 64 (sessenta e quatro) famílias pesquisadas.

A abordagem qualitativa ocorreu por meio de entrevistas realizadas com lideranças comunitárias da Associação de Moradores do Conjunto Parque Modelo II, da Associação de Moradores, Amigos e Colaboradores da Rua da Torre (AMACORT) e do Centro Comunitário Unidos Venceremos (Conjunto Roraima/Amapá I e II). Na realização do trabalho de campo efetivou-se o registro fotográfico da área de estudo, objetivando-se ilustrar com imagens captadas a realidade local.

Os dados estatísticos foram analisados e descritos com base na teoria crítica marxista, enquanto princípio metodológico capaz de apreender a realidade, pois como afirma Lefebvre (1963), é dever do marxismo, analisar dialeticamente a atividade humana em sua essência. Em se tratando da relação teoria e estatística, Santos (2009d, p. 14) enfatiza que: “as estatísticas só expressam a realidade quando recolhidas através de uma teoria válida; estatísticas e teoria se completam”.

É intenção do autor, oportunizar aos sujeitos da pesquisa, pela socialização da análise interpretativa dos dados, o acesso ao conhecimento acerca da realidade que vivenciam, construída socialmente pela imersão na lógica hegemônica pelo modo

capitalista de produção. O processo de socialização destes resultados constitui-se, então, na possibilidade de um exercício de leitura teórica e política acerca das condições gerais criadas pelas relações sociais (LEFEBVRE, 1963) engendradas no Conjunto Parque Modelo II, contribuindo para o fortalecimento das lutas dos trabalhadores residentes no referido espaço.

O trabalho está estruturado em uma introdução e três capítulos: no primeiro, intitulado “**(Re)produção do espaço urbano no contexto da sociedade capitalista**”, abordam-se categorias teóricas que discutem o processo de produção da cidade capitalista, com base na análise marxista sobre o urbano na contemporaneidade, dando ênfase ao quadro socioeconômico vivenciado pela classe trabalhadora; no segundo, intitulado “**Metropolização e metrópoles no Brasil e na Amazônia: constituição de Ananindeua como município metropolitano**”, apresenta-se uma discussão histórica sobre processos sociopolíticos ocorridos no âmbito do desenvolvimento das metrópoles brasileiras e regionais, destacando-se a constituição do município de Ananindeua enquanto parte integrante da Região Metropolitana de Belém (RMB); no terceiro, denominado “**Do Conjunto Habitacional Cidade Nova ao Conjunto Parque Modelo II: processos de ocupação e lutas sociais locais**”, são abordadas características socioespaciais do Conjunto Parque Modelo II, por meio de gráficos, tabelas e figuras, a partir de 2 (dois) eixos temáticos, quais sejam: trabalho e renda e condições de moradia das famílias residentes neste Conjunto, com ênfase na infraestrutura e serviços coletivos existentes na referida área. A estes aspectos são acrescentados aspectos políticos, a partir de entrevistas realizadas com lideranças comunitárias, acerca da história de lutas sociais empreendidas por formas organizativas locais (Associações de Moradores e Centro Comunitário), visando melhores condições de vida e moradia digna em área infraestruturada.

Por último tecemos algumas considerações finais sobre os resultados obtidos da pesquisa, considerando-se que: O Conjunto Parque Modelo II, é um espaço que revela a lógica de precarização da vida, estando condicionado à expansão das áreas consideradas urbanas na RMB a partir do processo de urbanização capitalista vigente, responsável historicamente pelo alargamento de relações sociais contraditórias, uma vez que a infraestrutura, equipamentos e serviços públicos disponibilizados àquela população residente no Conjunto, não tem alcançado níveis satisfatórios, gerando um contingente massivo de despossuídos dos direitos à moradia digna e à cidade.

Configura-se, portanto um desenvolvimento urbano desigual no ambiente metropolitano de Ananindeua, pois a formação de novos espaços na RMB ocorre historicamente a partir da constituição de áreas ocupadas por trabalhadores considerados banidos do direito de acesso às vantagens da cidade: infraestrutura, equipamentos e serviços. Sendo este processo, parte estruturante da dinâmica de desenvolvimento das fronteiras (in)visíveis da cidade capitalista definidas por meio do acesso desigual às condições de reprodução socioespacial.

1. (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

1.1. PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

A histórica formação dos territórios na sociedade capitalista condiz com uma lógica de hierarquia social, que perversamente estabelece a desigual distribuição e acesso à renda, ao trabalho e à moradia. O que fortalece cada vez mais o atual quadro de divisão social, que submete milhares de famílias à convivência cotidiana com a miséria, violência, ausência de infraestrutura, equipamentos sociais e serviços públicos precários, resultando na conseqüente não satisfação de necessidades básicas, revelando a essência do que convém chamar de segregação socioespacial.

Entender a dinâmica de surgimento/espraiamento do fenômeno da segregação socioespacial requer necessariamente a apreensão dos condicionantes da produção da vida nos diversos espaços da cidade capitalista, a partir da expressão das configurações da divisão social e territorial do trabalho no âmbito da produção e reprodução das relações sociais no capitalismo contemporâneo. Portanto, reside nesta questão o paradoxo intrínseco que revela um processo de contradição do capital, onde este ao mesmo tempo em que cria, com a ajuda do agente estatal, a infraestrutura social e física necessária à sua expansão, revela um distanciamento perverso entre estas áreas e aquelas ocupadas pelos segmentos sociais que necessitam de condições satisfatórias para reprodução da vida, como, por exemplo, o saneamento básico e ambiental.

Harvey (2006, p. 146), ao comentar o processo de superação dos limites geográficos pelo modo de produção capitalista, afirma que “o capital e a força de trabalho devem se unir em algum ponto específico do espaço para ocorrer a produção”, evidenciando que o processo de encontro entre essas forças sociais requer uma imprescindível diferenciação e ampla capacidade de mobilidade geográfica, dependendo somente da implementação de infraestruturas físicas e sociais viabilizadas pelo Estado. Enquanto para Lojkin (1997), são inscritos nos espaços da cidade capitalista processos engendrados pela socialização contraditória das condições gerais da produção, sendo centrais as intervenções do aparato estatal.

Os autores realizam um amplo esforço analítico ao desenvolverem a ideia de produção do espaço capitalista a partir de uma lógica de ocupação desigual dos espaços, tendo o Estado como principal fomentador desta notável diferenciação. O que se coloca

em questão ao se tratar o problema da segregação socioespacial é a participação dos sujeitos quanto ao acesso à amplitude do território¹ (terra, trabalho, bens e serviços) produzido e reproduzido dialeticamente ao longo da história dentro das relações sociais que se convergem neste domínio.

Neste sentido a dinâmica de produção do espaço urbano dentro dos moldes histórico-concretos da sociedade moderna evidencia um caráter de fragmentação não apenas do espaço como também das relações estabelecidas entre os sujeitos, o que na prática demonstra uma contraditória percepção da realidade atual tendo em vista que com o advento de uma sociedade mundial, também o espaço se tornou mundial, ou seja, um mundo universalizado que consagra o princípio de unidade e diversidade da história (SANTOS, 2009 b, p. 25).

É exatamente no interior dessa unidade (mundo globalizado) que ocorre a evidente diversidade dos espaços urbanos que não possuem uma lógica de equidade quanto à produção de bens, serviços e equipamentos sociais que beneficiem a totalidade das necessidades do conjunto dos habitantes da cidade. Nestas condições, a finalidade do espaço urbano enquanto lugar de reprodução da vida por excelência acaba assumindo outra conotação, o espaço ganha um caráter de mercadoria universal (Santos, 2009 b), e como tal, entra no circuito de valorização do capital – valor de uso/troca – e da sua necessária acumulação.

1.2. ESTADO E SOCIEDADE CAPITALISTA CONTEMPORANEA

O histórico grau de desenvolvimento econômico que marca a evolução das sociedades complexas assinala o nascimento do Estado no início da era moderna, representando o momento de evolução das sociedades que passaram do aspecto primitivo à civilização implicando não apenas na forçosa divisão do trabalho, como também na separação da sociedade em classes, que tornou o Estado uma “necessidade”, em consequência dessas divisões.

¹ Concorde-se com Santos (2009 c, p. 96) quando diz que “o território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população”.

Autores como Engels e Rousseau defendem que a instituição da propriedade privada ocorreu como meio de gerir um controle devido à divisão da sociedade em classes, tratando o surgimento da figura do Estado como poder instituído pelos homens, devido às novas configurações sociais e econômicas em conjunto com a complexificação das sociedades. Portanto, compete ao desenvolvimento das novas formas de produção estabelecer diferentes modelos de relações entre os homens em sociedade, regulando-os por meio de um poder socialmente instituído, mas que incide no benefício de apenas uma classe, tida como a dominante na sociedade.

[...] na comunidade primitiva, seja ela a *gens* dos Romanos ou as tribos dos Iroqueses, vigora o regime da propriedade coletiva. Com o nascimento da propriedade individual nasce a divisão do trabalho, com a divisão do trabalho a sociedade se divide em classes, na classe dos proprietários e na classe dos que nada têm, com a divisão da sociedade em classe nasce o poder político, o Estado, cuja função é essencialmente a de manter o domínio de uma classe sobre outra recorrendo inclusive à força, e assim a de impedir que a sociedade dividida em classes se transforme num estado de permanente anarquia (BOBBIO, 2007, p. 74).

Contrapondo este modelo de compreensão do surgimento do Estado, situa-se a perspectiva de análise do Estado na visão Liberal, que por sua vez, assume caráter de mediador de conflitos entre os grupos sociais, impedindo que os problemas inevitáveis entre os homens, possam de alguma maneira acarretar a dissolução da sociedade e culminando na desagregação social, onde segundo Cotrim (2006), a função do Estado é, portanto, alcançar harmonia entre os grupos rivais, preservando os interesses do bem-comum.

Os pensadores mais expressivos quanto à defesa da visão liberal foram: John Locke (1632-1704) e Thomas Hobbes (1588-1679). Destaca-se, contudo que o segundo autor se sobressai em sua análise ao apontar o surgimento do Estado “... como resultado da vontade dos indivíduos. São eles que, por consentimento voluntário, criam o poder político para protegê-los e preservar suas vidas” (Teixeira, 1996, p. 200).

A visão marxiana apreende o Estado não como um simples mediador de conflitos, ou instituição de caráter neutro em meio à luta de classes, mas enquanto produto da histórica (re) estruturação da sociedade, e por isso expressa suas contradições e as perpetua, tal como defendem Montaño & Duriguetto (2010).

A tradição Marxista defende que o Estado historicamente assume uma postura política e jurídico-administrativa parcial, ao posicionar-se em favor das classes mais abastadas da sociedade, o que demonstra uma evidência de seu interesse dentro da luta de classes, visto que sua função político-administrativa estabelece de maneira quase que predominante o domínio das classes que detém o poder e o controle da sociedade. Sendo esta, portanto, a visão marxista acerca da função do Estado, que notavelmente percebemos através da citação a baixo.

O Estado não é, portanto, de modo algum, um poder que é imposto de fora à sociedade e tão pouco é “a realidade da ideia ética”, nem “a imagem e a realidade da razão” como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando essa chega a um determinado grau de desenvolvimento. É o reconhecimento de que essa sociedade está enredada numa irremediável contradição com ela própria, que está dividida em posições inconciliáveis de que ela não é capaz de se livrar. Mas para que essas oposições, classes com interesses econômicos em conflito não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, tornou-se necessário um poder situado aparentemente acima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Esse poder, surgido da sociedade, mas que se coloca acima dela e que se aliena cada vez mais dela, é o Estado (ENGELS, 1978, p. 184).

Pressupõem-se a partir da visão de Engels, que o Estado dentro da luta de classes distorce seu princípio fundante de “respeito ao bem-comum”, e estabelece um posicionamento elitista (parcial), tornando-se uma expressão de controle da classe dominante sobre os substratos inferiores da sociedade.

Mesmo sendo supostamente uma instância que propõe a representação do interesse universal, a reprodução do interesse da classe dominante vem se efetivando ao longo da história e principalmente nos dias atuais, haja vista que, mesmo demonstrando a aparência de universalidade, a realidade efetiva e determinante de sua atuação é particular, “... na medida em que ele garante a organização das condições gerais de um sistema social (ou organização da produção) no qual e pelo qual a burguesia existe como classe dominante” (MONTAÑO & DURIGUETTO, 2010, p. 37).

O italiano Antonio Gramsci reavalia o caráter empregado ao Estado por Marx e Engels, principalmente quando o entende como sendo a própria sociedade organizada de forma soberana, pois na análise gramsciana a sociedade é vista como uma organização constituída de instituições complexas, públicas e privadas, articuladas entre si, cujo

papel histórico varia através das lutas e relações de grupos específicos e poderes, que se articulam pela busca da garantia da hegemonia dos seus interesses.

Em sua concepção “ampliada do Estado” (sociedade civil mais sociedade política), Gramsci rompe com a ideia do Estado enquanto representante exclusivo da burguesia, identificando que quem tem a hegemonia do aparato estatal deve preocupar-se com a questão da legitimidade do governo, pois, nenhum poder se sustenta só na sociedade política, mas também com a sociedade civil. Deste modo, a legitimação e acumulação do capital não são funções que derivam de uma natureza instrumental do Estado que colabora diretamente para manter a ordem e harmonia, mais é essencialmente resultante do conflito entre as forças presentes na sociedade e dentro do próprio aparelho estatal.

Gramsci (1996) avalia o Estado não apenas como um aparelho de violência/repressão, mas também enquanto aparato jurídico-político cuja organização e intervenção assumem diversas variações de acordo com a organização social, política, econômica e cultural da sociedade, mediadas pelas correlações de forças entre as frações de classes vigentes.

Dentro do contexto de um novo projeto hegemônico do capital, no qual se dissemina a sua lógica atual de mundialização, o Estado passa a assumir um novo papel, passando por “... uma série de transformações políticas e de modo geral se distingue por seu caráter centralizado, desnacionalizado, tecnocrático e repressivo sob diferentes formas” (SOUZA, 2006, p. 25).

O ideário neoliberal conforme apontam Duriguetto e Montañó (2010), é responsável por comandar o desempenho dos Estados nacionais, de modo a direcionar sua atuação no sentido de emoldurar, sustentar e promover uma gama de processos de transformações sociais, políticas e econômicas, que desenvolvem um novo trato com a “questão social”.

As transformações ocorridas no âmbito do Estado engendram um quadro de violência estrutural que torna emblemática o encolhimento de suas funções sociais e políticas, tendo em vista os índices alarmantes de pobreza e os crescentes agravos à soberania nacional, impondo-se conseqüentemente aos trabalhadores o que Santos (2009 c), considerava ser, uma *globalização perversa*.

Diante desse quadro, é possível ponderar sobre o novo panorama que demonstra as formas de organização e relação do Estado com a sociedade, uma vez que o primeiro esquivava-se cada vez mais de suas funções precípuas, sob o discurso da participação e da

cogestão da oferta de serviços, eximindo-se da obrigação de garantir o funcionamento qualitativo dos bens e serviços públicos.

Esse comportamento por parte do Estado revela a existência de uma lógica diretamente ligada segundo destacam Marques e Bichir (2000), a uma inegável associação existente entre poder econômico e político na sociedade, sendo este o responsável pela circularidade das ações e intervenções do Estado no espaço urbano.

Os autores consideram, portanto, a existência real do poder de barganha da elite dominante sobre o Estado, pois seus interesses influenciam consideravelmente as ações do ente estatal principalmente ao tratar-se de intervenções urbanísticas direcionadas aos espaços onde os grupos sociais abastados se localizam nos ambientes da cidade, situando-se neste ponto a capacidade diferencial deste grupo em influenciar as ações do Estado para as melhorias na infraestrutura e serviços disponibilizados aos seus espaços de localização na cidade².

1.3. CIDADE CAPITALISTA E PRODUÇÃO DE DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS

O entendimento acerca do legado da segregação nos marcos histórico de desenvolvimento do modo de produção capitalista condiz com a necessária percepção da lógica de hierarquia social que difunde o problema da desigualdade e precariedade das condições de vida dos trabalhadores, em face da necessidade de venda de sua força de trabalho nos grandes centros urbanos procuram estabelecer-se nos meios que lhes são viáveis, ou seja, passando a viver em péssimas habitações, apinhadas e insalubres. Engels (1987), ao retratar a situação da falta de habitações para classe operária na Alemanha do século XIX já ratificava o quadro de tensão social produzido pela crise da habitação dos trabalhadores como sintoma direto da revolução industrial que contemplava o país no período.

Nesta etapa histórica a força da industrialização já alterava consideravelmente o quadro produtivo da sociedade, imprimindo um novo ciclo de desenvolvimento das

² Sabe-se que ao longo do processo histórico de formação, desenvolvimento, consolidação e crise da sociedade capitalista a relação entre Estado e classe dominante foi marcada pela ampla reciprocidade no trato de interesses diversos, no entanto, negar o protagonismo da classe trabalhadora e dos movimentos sociais na atual conjuntura político-econômica seria como engessar o conteúdo concreto das lutas sociais e, portanto, se estaria ingenuamente desvalorizando a concretude da luta de classes e, conseqüentemente a centralidade da questão de classe enquanto fundamento da sociedade capitalista, tal como defendiam Marx e Engels (1998).

forças produtivas que nos países da Europa ganhava fôlego através da intensificação do intercâmbio internacional e do aguçamento da concorrência entre os países industrializados mais desenvolvidos, esboçando uma realidade de modificação estrutural da sociedade e das relações de produção anteriormente realizadas: indústria caseira rural e tecelagem manual.

Com a introdução da maquinaria, tudo mudou então. O preço passou a ser determinado pelo produto feito a máquina e, com este preço, desceu o salário do trabalhador industrial caseiro. Mas ele tinha de aceitá-lo ou procurar outro trabalho, o que não era possível sem se tornar proletário, isto é, sem renunciar a sua casinha, sua pequena horta e seu pedaço de terra, próprios ou arrendados. E só muito raramente ele o queria. E assim a horticultura e a agricultura dos antigos tecelões manuais rurais foi a causa de tão longa luta do tear manual contra o tear mecânico, luta que, na Alemanha, ainda não terminou. Nesta luta revelou-se pela primeira vez, especialmente na Inglaterra, que a mesma circunstância que antes fundamentara um relativo bem-estar dos trabalhadores, a posse dos seus meios de produção, se tinha convertido para eles num obstáculo e numa calamidade (ENGELS, 1987, p. 11).

O relato de Engels demonstra claramente o processo de modificação dos padrões tradicionais de vida da classe trabalhadora, à medida que o trabalho caseiro é suplantado radicalmente pelo trabalho industrial, denota um caráter de expropriação dos meios de produção, que a partir do desenvolvimento das forças produtivas no período de incremento da produção industrial acarreta sérios danos à reprodução social dos trabalhadores artesãos e rurais, obrigando-os ao desenraizamento de suas origens camponesas e de seu modelo tradicional de trabalho, ou seja, as máquinas os despojaram de seu ganha-pão os coagindo a procurar trabalho na cidade e abandonar sua existência suportável, sua vida honesta, tranquila e sem sobressaltos (ENGELS, 1975).

O problema da intensa aglutinação da força de trabalho nos diversos espaços dos grandes centros industriais ocorre principalmente pela oferta de trabalho disponibilizada pelo capital e de “suas necessidades para cuja satisfação outras pessoas são necessárias” (Idem, 1975), correspondendo, portanto, a tendência centralizadora do capital de concentrar trabalhadores à medida que também se centraliza em determinado território. Deste pressuposto conjuntural do sistema, é que cidades pequenas ao longo da história tornam-se grandes cidades, a exemplo das cidades Lancashire, Manchester e Liverpool, que tiveram uma considerável duplicação de sua população no século XVIII.

O adensamento demográfico nas cidades industriais inglesas impulsionou consideravelmente a produção ao mercado mundial aguçando também as relações comerciais internas tendo em vista o grande contingente populacional das cidades, todavia, neste mesmo período problemas relativos à fome, áreas de moradias precárias em bairros miseráveis sem infraestrutura e saneamento, escassez de emprego e doenças que assolavam a classe trabalhadora, demonstravam uma realidade de contraste entre a miséria existente nos interstícios do grande centro industrial e a imponência da capital comercial do mundo – Londres - no século XVIII.

Ao considerar o processo de intensa mobilidade dos trabalhadores para as cidades industriais modernas, Marx e Engels (2009, p. 89), asseguravam que o problema da reprodução social dos trabalhadores nestes espaços se dava pela não absorção desta grande massa de homens, ocasionando conseqüentemente a degradação das condições de vida destes sujeitos e de suas famílias, pois “os operários excluídos da grande indústria são atirados por essa grande indústria para uma condição de vida ainda pior do que a dos operários da própria grande indústria”.

Dentro das condições ora apresentadas por Marx e Engels acerca da mobilidade e reprodução social dos trabalhadores nas cidades industriais, faz-se necessário o entendimento acerca de modificações estruturais impulsionadas pelo capitalismo industrial não somente pela separação cidade e campo, como pela intensa divisão (social e técnica) do trabalho que se opera neste modelo de sociedade fazendo emergir uma economia separada baseada nas novas relações produtivas engendradas na sociedade, onde segundo Lefebvre (1999, pp. 63-64):

A grande indústria institui a *economia separada*. A predominância do econômico caracteriza o capitalismo; com ele, a divisão do trabalho, a concorrência, as exigências do mercado e da produtividade se tornam absolutamente compulsórias. O poder da indústria pesa sobre os indivíduos, sobre os trabalhadores, sobre a sociedade inteira.

Portanto, ao retornar a constituição daquilo que chama de gênese teórica do capitalismo, Lefebvre, deseja não apenas uma processualidade histórica contundente acerca do desenvolvimento produtivo do capitalismo na sociedade, mas ao demonstrar o peso da indústria moderna capitalista – sobre os trabalhadores e sociedade -, estabelece um caráter fundante do poder material dessa inserção: a contradição existente entre o

caráter natural da produção humana (formações sociais anteriores), e a situação dos trabalhadores que passam a viver a partir de condições imediatas do produto de seu trabalho (preservação de sua existência/sobrevivência).

A sobrevivência imediata dos trabalhadores nas cidades industriais demarca o campo principal das modificações ocorridas no tecido social, pois a reprodução social do trabalhador recém-chegado a cidade somente é possível pela sua inserção no mercado enquanto força de trabalho, a partir de uma conjuntura amplamente distinta da vivenciada pelo modo de vida no campo. Nestas condições,

O pardieiro da civilização se torna para o operário seu elemento (meio) de vida. O irlandês conhece somente a necessidade de comer, e, o que é pior, de comer batata como os porcos. Ora, a Inglaterra e a França já tem em cada cidade industrial uma pequena Irlanda (MARX *apud* LEFEBVRE, 1999, p. 34).

Pensar essa relação contraditória a partir do alargamento das relações capitalistas na cidade industrial é identificar o contexto de rompimento e superação da cidade (Medieval para capitalista industrial), e da relação conflituosa “cidade-campo” que engendra novas formas de interação entre os sujeitos, não mais pelo caráter quase natural de produção de mercadorias – formas tradicionais -, que produzidas no campo (aldeões exteriores à cidade) abasteciam as cidades (internamente ou externamente), mas fundamentalmente pela contradição existente não somente pelo “modo de vida moderno”, mas pelas condições nas quais se estabelecem a reprodução social dos sujeitos nos espaços da cidade.

O fator imediato de sobrevivência dos sujeitos relegado à necessária venda de sua força de trabalho impossibilita a formação da consciência¹ no quadro histórico da sociedade capitalista, entendendo-a como um “produto social”, conforme assegura Lefebvre (1999, p. 45), pois a intensa necessidade de reprodução dos trabalhadores na sociedade moderna industrial representa em termos políticos a impossibilidade de libertação destes sujeitos das amarras da exploração, pauperização e precariedade a qual estão submetidos neste modelo societário. Daí que Marx *apud* Lefebvre (1999) acredita ser “impossível libertar os homens enquanto eles não forem capazes de adquirir o que lhes é necessário para viver: alimentação, bebida, habitação, vestuário em qualidade e quantidade perfeitas”.

Dentro do processo de produção Marx (2004), já apontava um movimento endógeno no qual através da força produtiva do trabalho o capital assume um grande volume de valor trabalho, e/ou meio pelo qual o capital se realiza, em contrapartida, tal realização para o trabalhador assume um caráter exterior e desfavorável a sua própria sobrevivência, tendo em vista que o produto do seu trabalho é absorvido em grande parte pelo patrão capitalista, restando-lhe apenas uma ínfima parcela de valor necessário à imediata conservação da capacidade de trabalho, onde conforme reitera o autor (2004, p. 135):

[...] A produção capitalista não é apenas reprodução da relação; na sua reprodução a uma escala cada vez maior e na medida em que, com o modo de produção capitalista, se desenvolve a força produtiva social do trabalho, cresce também perante o operário a riqueza acumulada, como *riqueza que o domina*, como *capital*; perante ele expande-se o mundo da riqueza como um mundo alheio e que o domina; e na mesma proporção se desenvolve a sua pobreza, a sua indigência e a sua sujeição subjetiva.

As condições de vida do trabalhador demonstram a materialidade do processo descrito minuciosamente por Marx, pois a grande contradição imposta pelo capital (riqueza da minoria x pobreza da maioria) foi uma realidade evidenciada pelo autor ao se defrontar com o capitalismo em sua fase industrial no século XVIII, momento no qual as condições de sobrevivência expunham uma latente desigualdade social que acometia os diversos espaços da sociedade capitalista naquele período.

Outro ponto a ser destacado dentro da discussão da segregação socioespacial desencadeada pela sociedade capitalista diz respeito ao acesso desigual aos meios de consumo coletivos e aos meios de circulação material (comunicação e transporte), que neste modelo de sociedade ocorre por meio da distribuição díspar e, portanto, contraditória desses importantes componentes das condições gerais do processo de produção social (LOJKINE, 1997). No entanto, esses componentes ora apresentados são percebidos pelo capital como viável materialidade do circuito de produção, circulação e consumo de mercadorias.

Há um caráter eminentemente paradoxal existente na forma como o capital socializa as condições gerais de reprodução dos trabalhadores através do acesso destas demandas aos equipamentos e serviços coletivos, pois como afirma Icasuriaga (2002, p. 230), “para a maioria da população essas necessidades não podem ser cobertas pela

própria produção capitalista, ou seja, não podem ser cobertas com o salário que recebem”, e, portanto, ao restringir-se o acesso a estes serviços necessários à reprodução social dos trabalhadores por parte do capital, torna-se evidente a responsabilidade do Estado em arcar com estes custos, ainda que de forma inadequada às exigências sociais (TOPALOV *apud* ICASURIAGA, 2002).

Como forma de justificativa plausível ao problema da satisfação parcial das necessidades da força de trabalho, no que se refere às condições de acesso aos equipamentos e serviços públicos, é constante o discurso das instâncias governamentais em situar o problema na intensa concentração demográfica nos diversos espaços da cidade, o que inviabiliza as condições objetivas de atender a totalidade das necessidades dessas demandas, alocando-se nesta “impossibilidade de operacionalização jurídico-institucional” o obstáculo à própria urbanização capitalista.

A lógica da concentração espacial conduz a um desenvolvimento desigual da ocupação do espaço, seja na cidade, no país ou mesmo no sistema mundial, disso resultando um quadro de situações de “penúrias setoriais”. A sobreacumulação em algumas áreas gera importantes custos sociais na medida em que os equipamentos de consumo coletivos não acompanham esse crescimento em termos de infraestrutura, notadamente no que se refere aos meios de transporte (ICASURIAGA, 2002, p. 231).

É necessário entender o fenômeno da concentração espacial não apenas pela disposição do fato em si, mas pelas mediações essenciais que determinam a existência do problema. Desta maneira, a simples culpabilidade dos sujeitos em face da estrutura, não desvela o caráter fundamental da desigual ocupação do espaço, como causa da sobreacumulação identificada nas diversas áreas da cidade capitalista desde os tempos de gênese desta estrutura social.

Harvey (2006) realiza um esforço teórico de descaracterização dos argumentos inócuos apresentados pelos segmentos dominantes da sociedade, como tentativa de mascaramento da realidade de polarização social que se estende a todos os campos societários, estando presente inclusive na própria produção do espaço na sociedade capitalista como um dos efeitos nefastos da lei geral de acumulação capitalista.

É exatamente a consolidação dos elementos da lei geral da acumulação capitalista na realidade, que demonstram segundo Marx (2003, p. 716), a existência de

uma consequência inevitável dos processos reais em funcionamento no capitalismo, onde é possível perceber o caráter fundamental da produção capitalista, “capitalista de um lado e assalariado de outro”, que em escala ampliada reproduz “mais capitalistas ou capitalistas mais poderosos, num polo, e mais assalariados, no outro” resultando desta relação a real situação de intensa concentração espacial de excedentes (capital e força de trabalho). Daí constatando que,

[...] A força de trabalho tem de incorporar-se continuamente ao capital como meio de expandi-lo; não pode livrar-se dele. Sua escravização ao capital se dissimula apenas com a mudança dos capitalistas a que se vende, e sua reprodução constitui, na realidade, um fator de reprodução do próprio capital. Acumular capital é, portanto, aumentar o proletariado (MARX, 2003, pp. 716-717).

O efeito concreto desta relação categoricamente mencionada por Marx demonstra que na sociedade há a existência real da acumulação de riqueza num polo e ao mesmo tempo, “acumulação de miséria, trabalho pesado, escravidão, ignorância, brutalidade e degradação mental no outro polo, isto é, no lado da classe que produz seu próprio produto na forma de capital” (HARVEY, 2006, p. 111).

Marx (2003) ao descrever as relações que ocorrem dentro das condições de acumulação impostas pelo capital já apontava o processo de exploração do trabalhador pelo modo de produção capitalista, à medida que cresce o seu domínio e extensão econômica, enfatizando que este é um caráter específico da produção capitalista, pois,

[...] Nesta, não se compra a força de trabalho para satisfazer as necessidades pessoais do adquirente por meio dos serviços que ela presta ou do que ela produz. O objetivo do comprador é aumentar seu capital, produzir mercadorias que contêm mais trabalho do que ele paga e cuja venda realiza também a parte do valor obtida gratuitamente. Produzir mais-valia é a lei absoluta desse modo de produção (MARX, 2003, p. 721).

A polarização identificada por Marx demonstra o caráter fundante da sociedade capitalista visualizado a partir das relações contraditórias que se estabelecem no campo societário, e que no processo de produção expressa o desejo do capitalista, pois ao contratar a força de trabalho o patrão deseja unicamente extrair do trabalhador o máximo de mais-valia (trabalho excedente), aumentando, portanto, os níveis de acumulação de riquezas, sendo esta a finalidade principal deste modo de produção.

O desenho destas relações ocorridas especificamente no espaço urbano confirmam os inúmeros efeitos destes processos no cerne da cidade, estes acompanham as modificações conjunturais apresentadas pelo capital, pois conforme enfatiza Ramos (2002), a cidade capitalista apresenta uma notável característica dúbia que assume nos moldes das intensas transformações identificadas a partir do estágio atual de desenvolvimento do capital. Onde:

- ✓ Há uma crescente concentração de equipamentos e serviços coletivos que criam um modo de vida e novas necessidades sociais;
- ✓ Um modo peculiar de concentração do conjunto dos meios de reprodução do capital e da força de trabalho produz “efeitos úteis de aglomeração” como condição determinante da acumulação capitalista, e neste mesmo processo também cria efeitos contraditórios ao relegar para áreas periféricas onde se concentram espacialmente as aglomerações populacionais mais empobrecidas como parte de um processo de segregação socioespacial.

É válido ressaltar que a inserção da cidade na dinâmica de produção e reprodução do capital assume uma forma não unicamente material, pois a produção do espaço dentro da ordem econômica em questão pode ser considerada efeito direto das relações sociais ocorridas no âmbito do modo de produção capitalista, o que em tese justifica a desigualdade desencadeada no seio deste modelo de sociedade, tendo em vista o domínio material e subjetivo comumente defendido pela existência do individualismo possessivo historicamente consolidado pelo polo dominante da sociedade.

Nestas condições, torna-se possível avaliar que a desigualdade socioespacial não deve ser entendida apenas pelo viés cognitivo/subjetivo das relações desenvolvidas pelos homens no âmbito do desenvolvimento da sociedade capitalista, porém a materialidade da disparidade social atualmente existente decorre destas relações históricas, que inevitavelmente espraiam para a formação dos espaços a mesma dinâmica de constituição dos princípios que regem a produção e reprodução das relações sociais, pois como explica Lefebvre (2001, p. 52):

[...] Se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos. A cidade tem uma história, ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas. As condições, que simultaneamente permitem e limitam as possibilidades, não são suficientes para explicar aquilo que nasce delas, nelas, através delas.

Entende-se desta maneira que a cidade compõe um quadro de relações sociais que se estabelecem dentro da realidade imediata, mas não enquanto produto desta, se percebida tão somente pelo aspecto da produção material, e sim enquanto determinação histórica que se processa em meio às relações diretas entre os homens, servindo de ponto de partida para as inúmeras transformações que acometem a cidade, e no interior deste espaço as condições de vida reproduzidas pelos homens ao longo da história.

Lefebvre (2001) reitera que a constituição do urbano não ocorre e não deve ser considerada enquanto alma, espírito, ou entidade filosófica, mas como sendo resultante de processos econômicos, sociais, políticos e culturais que a partir da forma como ocorrem os novos padrões de sociabilidade orquestrados pela dinâmica estrutural vigente engendram condições materiais e subjetivas responsáveis por modelar a cidade. Inevitavelmente o conteúdo inserido pela “sociabilidade do capital” e seus processos, deflagram condições precárias de existência para os trabalhadores em face da notória benesse e estabilidade do pequeno grupo detentor dos meios de produção.

Portanto, ao pensar a segregação socioespacial nos marcos da sociedade capitalista, convence-se que há uma relação intrínseca entre a formação social existente e as condições materiais que reproduzem essa dinâmica de exclusão e contradição reiteradas e/ou reformuladas pelo atual estágio de mundialização do capital, pois nota-se que a grande investida do mercado nos territórios condiciona inúmeras modificações nos padrões de vida dos trabalhadores, decorrência direta das medidas adotadas pelo Estado quanto à reestruturação do sistema e a superação das crises econômicas que o atingem.

Aumento dos níveis de desemprego, pobreza e miséria, violência urbana, precariedade das habitações dos trabalhadores são retratos do cotidiano das cidades, demonstrando visivelmente o atual quadro de agravamento da “questão social” no mundo, pois à medida que o capital avança em seu “projeto civilizatório” tornam-se constantes os problemas sociais vivenciados pela classe que vive da venda de sua força

de trabalho, notando-se a ocorrência de um processo histórico que gradativamente amplia as precárias condições de sobrevivência dos trabalhadores.

1.4. MARCO HISTÓRICO DA DIVISÃO DO TRABALHO E SEPARAÇÃO CAMPO E CIDADE

A divisão do trabalho ocorre a partir do processo de modificação da estrutura social primitiva, sendo possível entendê-la como o modo de disseminação de uma base econômica e produtiva da sociedade orientada pela lógica do trabalho. Processo que ocorre no contexto das transformações que a estrutura socioeconômica sofre devido o desenvolvimento das forças produtivas existentes, e pela organização interna do trabalho que passa de sua forma natural e espontânea, para a forma cooperada, metódica e sistemática do modo de produção capitalista (MARX, 2010).

O autor da obra *O Capital* ao analisar os graus de civilização dos povos existentes nas antigas formações sócio históricas, identifica a existência de três espécies de divisão do trabalho, classificadas da seguinte maneira: *a forma geral da divisão do trabalho* (distingue os produtores em agricultores, manufatores e comerciantes) *a forma especial* (ocorre pela divisão de cada ramo do trabalho em espécies) e *a divisão de tarefas ou divisão do trabalho propriamente dita*.

No caso dos povos e tribos primitivos, a divisão do trabalho restringia-se a simples distribuição de tarefas entre homens e mulheres ou entre adultos, anciãos ou crianças dentro do grupo familiar, compondo assim uma divisão natural do trabalho a partir da divisão puramente fisiológica, não deixando de assumir também um caráter de divisão sexual do trabalho. Com o desenvolvimento dos conflitos entre as tribos e o intenso crescimento populacional das comunidades, ocorre à ampliação da divisão do trabalho natural antes realizada no âmbito das famílias por via da virtude física, das necessidades ou do acaso, o que posteriormente conduziu a formação de interesses e/ou objetivos característicos, servindo de base para o futuro quadro das diferenças sociais.

Com o passar dos anos as comunidades primitivas dão início a utilização de novos instrumentos de trabalho, cada vez mais aperfeiçoados e complexos, o que através do manuseio peculiar determina a especialização do trabalho, culminando assim posteriormente no aparecimento dos artesãos. Desta maneira o surgimento destes

artífices voltados para criação de meios de produção direcionados para troca por gêneros alimentícios, designa uma forma diversa de permuta de produtos em ramos de produção independentes.

O desenvolvimento destas atividades especializadas culmina na separação entre o artesanato e a agricultura, conduzindo à intensificação das trocas diretas internas e, posteriormente, das trocas indiretas através do mercado e, por fim, ao aparecimento da atividade mercantil.

O incremento da agricultura, a troca recíproca de produtos entre as comunidades e a transformação progressiva desses produtos em mercadorias devido à criação de excedentes econômicos originaram profundas divisões sociais no trabalho. Nestas condições, Marx (2010, p. 407) afirma que “a divisão social do trabalho surge aí através da troca entre ramos de produção que são originalmente diversos e independentes entre si”, apontando, por conseguinte que a superação da divisão fisiológica do trabalho tem como consequência direta à dependência que passa a existir no âmbito das atividades que se processam no conjunto da produção social.

Nos primórdios da civilização o trabalho era utilizado pelo homem como meio de socialização e interação com a natureza. Nesta relação, pode-se considerar que por meio do trabalho o homem tem como objetivo central a satisfação de suas necessidades. Portanto, avaliam-se dois aspectos essenciais da relação homem e natureza, diretamente ligados à base da atividade econômica e social do homem: na realização do trabalho é necessário que o homem possua instrumentos para efetivar esta ação e dela retirar suas condições imediatas de sobrevivência; outro ponto diz respeito à importância e direcionamento ao qual o trabalho se destina, pois as necessidades atendidas pelo trabalho variam conforme as novas precisões dispostas pela sociedade.

Ressalta-se a partir destas condições, que o trabalho tem um fim proposto e uma finalidade concreta, onde o homem assume um caráter de protagonista da ação de efetivação da atividade laborativa, pois são utilizados instrumentos que irão dar condições de realizá-lo por meio de escolhas que são pensadas e projetadas pela mente humana no plano subjetivo (antecipação cognitiva do projeto) e no plano objetivo (transformação da natureza conforme o projeto pretendido).

A passagem da etapa histórica de um modo de produção de caráter tendencial, especificamente do período histórico que antecede o desenvolvimento da sociedade capitalista – sociedade feudal – não apenas designa o avanço das condições de produção,

como também condicionam o surgimento da relação campo e cidade, pois o modo de produção feudal, característico da época da Idade Média séculos V a XV, tinha a propriedade marcada por seu caráter estamental, com base em uma economia rural e autárquica.

No feudalismo o excedente produzido ocorria unicamente para troca e não para acumulação como ocorre dentro da lógica capitalista de produção, pois como afirmam Marx & Engels (2009, p. 73) “[...] No primeiro caso, a troca é principalmente uma troca entre os homens e a natureza, uma troca em que o trabalho de um é trocado pelos produtos da outra; no segundo caso, ela é, predominantemente, troca dos homens entre si”. Demonstra-se de forma clara o quadro de domínio do trabalho pelo capital, através da sistemática divisão do trabalho que forma as bases materiais para o desenvolvimento do capitalismo industrial.

Dentro da organização social deste período passam a surgir diversas profissões e ofícios, pois os indivíduos constantemente passam a recorrer à troca de produtos produzidos - tendo em vista o alargamento da produtividade do trabalho -, a fim de satisfazer as suas necessidades profissionais, individuais ou familiares. Esse processo caracteriza a intensificação do intercâmbio entre estes grupos de produtores especializados, e a conseqüente formação de excedentes, o que amplia a necessidade de produzir artigos destinados à troca, viabilizando uma produção com nítidos propósitos mercantis e à formação dos grupos de mercadores.

Nota-se que a divisão do trabalho desencadeada pelo incremento da atividade comercial, torna as comunidades interdependentes, considerando-se a influência da troca de mercadorias entre os grupos “[...] até o ponto em que a conexão entre os diversos trabalhos se processa por intermédio dos produtos como mercadorias” (MARX, 2010, p. 407).

Ocorre neste momento uma incisiva divisão do trabalho que gradativamente passa a subdividir as atividades humanas entre agricultores, artesãos e mercadores, além da existência de outra divisão, entre trabalhadores rurais e moradores das cidades, o que corresponde ao desenvolvimento da oposição entre a cidade e campo.

O fundamento de toda divisão do trabalho desenvolvida e processada através da troca de mercadorias é a separação entre a cidade e campo. Pode-se dizer que toda história econômica da sociedade se resume na dinâmica dessa síntese [...] (MARX, 2010, p. 407).

Entende-se, portanto, que a divisão do trabalho na sociedade é responsável pela magnitude e densidade populacional que se concentra no espaço de produção específico, incitados pelo surgimento de espaços com maior possibilidade de transações comerciais em vários níveis (comercialização, intercâmbios, transações financeiras etc.), ocasiona a consequente migração da força de trabalho em busca de sobrevivência por meio da venda de sua força de trabalho.

É a divisão campo e cidade que marca a grande transição da época de guerra e conflitos entre os grupos e/ou tribos da comunidade primitiva para a civilização, pois as novas bases de organização da nova estrutura social já estavam consolidadas, pela propriedade e pela acumulação de riquezas oriundas do comércio via excedentes de produção. Essa relação é viabilizada pelas condições materiais em que a produtividade do trabalho alcançava um novo patamar: o da comercialização de produtos por meio do intercâmbio de mercadorias.

Na imane estrutura urbana observa-se uma notável distinção entre setores comerciais, administrativos, culturais, transportadores, artesanais e até agrícolas, fenômeno com menor relevância nos meios rurais e com maior acentuação no espaço citadino, pois,

Com a cidade, está ao mesmo tempo dada a necessidade da administração, da polícia, dos impostos etc., em suma, da organização acima dos indivíduos e, assim, da política em geral. Aqui se revelou primeiro a divisão da população em duas classes, a qual assenta diretamente na divisão do trabalho e nos instrumentos de produção (MARX & ENGELS, 2009, p. 75).

Nota-se que o desenvolvimento da divisão do trabalho na sociedade implica em diversas separações e divisões da atividade social, designando à propriedade uma nova conotação econômica divergente dos estágios precedentes da história até o surgimento das cidades, neste momento entendidas por Marx & Engels (2009) enquanto “verdadeiras “associações”, criadas pela necessidade imediata, pelo cuidado com a proteção da propriedade e para multiplicar os meios de produção e os meios de defesa de cada um dos membros” (Idem, p. 77).

Ao tratar as diferentes formas de propriedade³ Lefebvre (1999), destaca que no âmbito da sociedade antiga escravista as relações sociais partiam da cidade, enquanto que no período medieval tais relações partem do campo, afirmando posteriormente que ainda na Idade Média, a cidade, antes subordinada à estrutura feudal passa a conquistar o domínio econômico por meio da propriedade corporativa que ultrapassou a importância antes dada a propriedade fundiária.

Simultaneamente, a cidade destrói a estrutura feudal e a incorpora, transformando-a em espaços de difusão do domínio dos pequenos capitais comerciais diretamente ligados as atividades de produtores artesãos reunidos em grupos organizados de artesãos. Sobre essa transformação da estrutura feudal, Marx & Engels (2009) indicam a ocorrência do agregado populacional que passa a se concentrar na cidade, sendo este formado por servos que se libertavam dos senhores e fugiam em direção as cidades portando unicamente o trabalho enquanto propriedade e as necessárias ferramentas de ofício, portanto, demonstrando no nível histórico a maneira a qual a divisão do trabalho passa a adquirir novas características, pois,

A separação de cidade e campo pode ser também tomada como a divisão de capital e propriedade fundiária, como o começo de uma existência e desenvolvimento do capital independente da propriedade fundiária, do capital, ou seja, uma propriedade que tem a sua base meramente no trabalho e na troca (MARX & ENGELS, 2009, p. 76).

O começo dessa nova etapa de desenvolvimento do capital apontado pelos autores demonstra o dilaceramento da propriedade fundiária que na época feudal possuía grande importância econômica e social. No período pós-época medieval os servos libertos e/ou fugidos das glebas partem em busca das cidades, formando grandes e novos aglomerados, onde se podia trabalhar com seus ofícios, pois havia nas cidades a necessidade de estruturação – poder armado organizado para proteger a cidade nos conflitos existentes com o campo, e a criação de edifícios comuns para vendas de mercadorias – que impulsionava o surgimento dos ofícios de corporações.

³ Lefebvre (1999) ao retratar a distinção histórica do sentido dado à propriedade aponta a existência cronológica destas diferentes formas: *a propriedade comunitária/tribal* (predominância progressiva da família e divisão do trabalho quase natural e/ou biológica) e *a propriedade comunal* (provinda da reunião de várias tribos numa cidade, por contrato ou conquista), sendo ao lado dessa propriedade que se constitui e desenvolve a propriedade privada.

Este incipiente desenvolvimento do capital nas cidades medievais, é marcado pela não vinculação à propriedade fundiária, tem suas bases no trabalho e na troca, assumindo um novo caráter produtivo, pois havia a presença nestas cidades de um capital natural que segundo afirmam Marx & Engels (2009, p. 78), “[...] consistia da casa, das ferramentas do ofício e dos compradores hereditários naturais, e que, devido ao intercâmbio não desenvolvido e à escassa circulação, tinha de se transmitir de pais a filhos como irrealizável”, deixando claro, portanto, que o capital neste momento assumia um aspecto econômico e comercial de atividade social diretamente ligada ao trabalho particular do indivíduo.

A divisão do trabalho no interior das cidades onde as diferentes formas de corporações se desenvolviam, ainda assumia um caráter natural, tendo em vista a realização integral de um ciclo completo de trabalho por um único trabalhador, além da existência de um intercâmbio reduzido pela escassa ligação entre as diferentes cidades, não permitindo o aprofundamento maior da divisão do trabalho, ou seja, nesta etapa histórica de surgimento das cidades a divisão social do trabalho ainda consistia numa relação própria das diversas formações econômicas, visto que,

Em geral, o trabalhador e seus meios de produção permaneciam indissolúvelmente unidos, como o caracol e sua concha, e, assim, faltava a base principal da manufatura: a separação do trabalhador de seus meios de produção e a conversão desses meios em capital (MARX, 2010, p. 414)

A conversão apontada por Marx ocorre no momento em que as possibilidades de ligação comercial passam a extrapolar os limites locais, exigindo assim uma nova dinâmica de produção que permitia a maior expansão do comércio e a consequente formação de uma classe especial de comerciantes. Formadas as bases para expansão da divisão do trabalho por meio do crescente alargamento do intercâmbio comercial que expande as relações entre as cidades, e viabiliza o escoamento da produção que antes era local, restando então apenas condições materiais – meios de comunicação e segurança para o transporte das mercadorias - para uma maior aproximação com cidades mais longínquas.

Marx & Engels (2009) afirmam que a divisão do trabalho entre as diferentes cidades viabiliza o surgimento das manufaturas nos ramos de produção antes voltados para o modelo corporativo de produção com base no capital natural estamental. A

tecelagem desponta nesse momento como atividade produtiva principal, ou manufatura, que pela expansão do intercâmbio e pela circulação acelerada provocava a necessidade maior de consumo dos produtos manufatureiros.

A tecelagem, um trabalho que na maior parte dos casos pouca habilidade exigia e que cedo se subdivide em inúmeros ramos, opunha-se, por toda a sua natureza, aos grilhões da corporação de ofício. A tecelagem foi também por isso, exercida sem organização corporativa, principalmente em aldeias e em vilas que aos poucos se tornaram cidades e, no curto prazo, as cidades mais florescentes de cada país (MARX & ENGELS, 2009, p. 81).

As modificações implantadas pela manufatura não apenas empregam modificações na divisão do trabalho, mas ocasionam transformações consideráveis nas antigas vilas e aldeias que mais tarde pelo incremento da produção e das relações comerciais internas e externas tornam-se grandes cidades.

Além destas “benesses” da manufatura outro ponto importante a ser considerado diz respeito ao surgimento de comerciantes que assumiram neste momento *status* de detentores e negociadores de capital móvel⁴ face ao natural verificado em tempos precedentes, o que implica em relações comerciais modernas, ocasionando posteriormente uma ampla concorrência entre as diferentes nações que passaram a travar verdadeiras lutas comerciais que culminaram em guerras entre os países que disputavam espaço no mercado.

Neste momento a divisão do trabalho sofre uma intensa complexidade e especialização por meio da atividade produtiva na manufatura, em nada se compara as relações patriarcais existentes nas corporações, pois nesta etapa de produção torna-se necessário a existência de um grande número de trabalhadores sobre domínio e comando de um mesmo capital, sendo este processo determinante para o que Marx (2010) entende como a divisão manufatureira do trabalho.

Neste contexto parte-se do trabalho cooperado que em si mesmo, emprega uma necessidade técnica voltada para atividade de produção, dada as condições de maior necessidade de capital variável e capital constante, devido à ampliação das condições de

⁴ A diferença existente entre capital móvel e natural, no primeiro caso, diz respeito a prevalência de situações econômicas e financeiras em que é possível ocorrer relações avaliáveis em dinheiro, ou seja, há a ampla possibilidade de investir-se dinheiro, tendo em vista a não vinculação direta do capital ao trabalho particular e/ou individual do detentor de capital, diferente relação ocorre no capital natural estamental como já nos apontavam Marx & Engels (2009, p. 78).

produção e a quantidade de matéria prima consumida no processo produtivo, consolidando por meio dessa nova divisão do trabalho a forma de existência do capital.

Marx (2010, p. 414) afirma que “a divisão do trabalho na manufatura é uma criação específica do capital”, e corresponde à necessidade progressiva de transformação de produtos em mercadorias, além da comercialização intensa de manufaturas principal fonte de acumulação de capital móvel, resultando na descaracterização do trabalhador ligado aos seus meios de produção, pois,

[...] A produtividade que decorre da combinação dos trabalhos aparece, por isso, como produtividade do capital. A manufatura propriamente dita não só submete ao comando e à disciplina do capital o trabalhador antes independente, mas também cria uma graduação hierárquica entre os próprios trabalhadores. Enquanto a cooperação simples, em geral, não modifica o modo de trabalhar do indivíduo, a manufatura o revoluciona inteiramente e se apodera da força individual de trabalho em suas raízes. Deforma o trabalhador monstruosamente, levando-o, artificialmente, a desenvolver uma habilidade parcial, à custa da repressão de um mundo de instintos e capacidades produtivas [...] (MARX, 2010, p. 415).

A divisão do trabalho então estabelecida ganha maiores proporções com uma série de acontecimentos que ocorrem no mundo e contribuem para o maior movimento da produção manufatureira, destacando-se: a expansão do comércio e da navegação; o alargamento maior do intercâmbio com o descobrimento da América e do caminho marítimo para a Índia; a circulação massiva de ouro e prata e outros produtos de grande circulação no continente europeu; a colonização de novos territórios por meio de expedições de aventureiros patrocinados pelas grandes nações que buscavam domínio do recente mercado.

Estes acontecimentos podem ser considerados como fatos que impulsionaram a consolidação do mercado mundial, criando as bases para o surgimento de uma nova etapa histórica de avanço dos domínios do capital por meio da grande indústria. Neste momento, a Inglaterra já concentrava em seu território o comércio e a manufatura, pois havia uma necessidade ampla de demandas comerciais dos produtos manufaturados produzidos nas indústrias inglesas, os efeitos desses processos nos apontam Marx & Engels (2009, p. 87):

Essa demanda, que crescera mais do que as forças produtivas, foi a força motora que deu origem ao terceiro período da propriedade privada desde a Idade Média com a criação da grande indústria – a aplicação de forças elementares para fins industriais, a maquinaria e a mais extensa divisão do trabalho.

Ao se referirem a mais extensa divisão do trabalho processada na história os autores revelam a dimensão de pulverização do trabalho que intensivamente passa a perder sua autonomia e seu caráter de produção imediata de sobrevivência do homem. Nestas condições surgem as novas formas combinadas dos ofícios antes independentes, e que nesta etapa passam ao nível de trabalhos especializados ou fragmentados nas diferentes operações particulares, designadas conforme uma função exclusiva do trabalhador dentro do processo de produção.

O caráter de trabalho cooperado entre os trabalhadores designa uma forma específica de desenvolvimento da divisão do trabalho no processo de produção capitalista, tendo como pressuposto o processo de trabalho como ação diretamente subordinada ao capital pelo emprego simultâneo de um grande número de trabalhadores em um mesmo espaço de produção, o que demonstra nitidamente o desenvolvimento das forças produtivas do capital que passa a absorver e organizar o trabalho de acordo com seus interesses econômicos, expressando assim um modelo peculiar do processo de produção capitalista, que se distingue consideravelmente dos modelos de cooperação existentes na história.

Ao retratar o surgimento das indústrias na Inglaterra Engels (1987) afirma a ocorrência contínua da concentração da propriedade nas mãos de um número reduzido de pessoas, que pelos efeitos das relações comerciais realizadas nos períodos que precederam o século XVIII, denotam significativas mudanças na forma de organização do trabalho e no modelo de produção de mercadorias que passa por um considerável incremento das forças produtivas dentro da Inglaterra industrializada.

Expandem-se neste momento as condições de organização do trabalho pelo capital dentro de um mesmo espaço de produção, o que requer novas condições de produção e a utilização de novas forças produtivas que tornam o trabalho uma função parcial, atenuando suas habilidades, e decompondo por meio do trabalho cooperado a produtividade e criatividade das formas de trabalho antes verificadas.

Engels (1987, p. 52) afirma que “a divisão do trabalho, a utilização da força hidráulica e, sobretudo da força a vapor, a maquinaria: eis as três grandes alavancas com

as quais a indústria, desde meados do século passado, se esforça para fazer avançar o mundo”. O avanço comentado por Engels tem como palco principal as cidades industriais inglesas, onde a indústria e o comércio se desenvolviam consideravelmente no período indicado pelo autor, o que representava para as antigas formas de organização social com base na atividade econômica rural uma significativa superação não apenas do modo de vida, como também das formas de divisão do trabalho com base no trabalho manual diretamente voltado a produção natural de objetos.

Este avanço das forças produtivas tendo como suporte as invenções e inovações do período – força hidráulica, força a vapor e maquinaria – significava para o capital a ampla possibilidade de maior rentabilidade produtiva e melhores condições de atender as demandas do mercado. Na contra mão do processo de alargamento das indústrias nas grandes cidades, o crescimento populacional nestas áreas é a causa central do aumento da pobreza, pois afirma Engels (1987, p. 53) “quanto maior for a cidade maiores são as vantagens da aglomeração”, e maior também a concorrência verificada entre o campo e a cidade, pois cada nova indústria criada no campo trazia consigo o germe de uma cidade industrial.

A grande indústria criada no século XVIII desenvolve um modelo de divisão do trabalho mais extenso, pois as condições materiais existentes nesta nova fase implicavam em diversas medidas de manutenção e controle do desenvolvimento econômico empregado no cerne da sociedade. Destacam-se neste processo as regras alfandegárias protetoras que foram responsáveis pela universalização da concorrência; o estabelecimento dos meios de comunicação e do mercado mundial moderno e a transformação das formas anteriores de capital em capital industrial (centralização de capitais através do desenvolvimento das finanças).

Pela divisão do trabalho está dada, logo de início, a divisão também das *condições* de trabalho, das ferramentas e dos materiais, e com ela a fragmentação do capital acumulado entre diferentes proprietários, e com ela a fragmentação entre o capital e o trabalho, e as diferentes formas da própria propriedade. Quanto mais se desenvolve a divisão do trabalho, e quanto mais cresce a acumulação, tanto mais agudamente se desenvolve também essa fragmentação. O próprio trabalho só pode existir sob a premissa dessa fragmentação (MARX & ENGELS, 2009, p. 106).

Os autores assinalam que as medidas empregadas pela industrialização têm como consequência sobre a divisão do trabalho, as retiradas de sua última aparência de

naturalidade, pois a grande indústria foi responsável por aniquilar a naturalidade existente no seio do trabalho, transformando as relações naturais em relações baseadas na troca de valores (dinheiro). Nestas condições, a relação de autonomia do trabalho, modifica-se e passa a existir na forma capital (proprietários dos meios de produção) e trabalho (proprietários da força de trabalho), onde no segundo caso, a existência do indivíduo necessariamente ocorre por meio da venda de sua força de trabalho em troca de um salário que viabilize a satisfação de suas necessidades materiais e/ou de sobrevivência.

Nesse momento a vitória da cidade comercial sobre o campo dava-se no sentido da intensa automação existente nas fábricas das cidades industriais, impulsionando a criação de duas classes, uma sendo responsável pela acumulação via propriedade privada e manutenção de interesses particulares e outra que vivenciava o cotidiano do trabalho explorado nas fábricas e a subsunção de sua atividade à dinâmica de produção imposta pela nova etapa de desenvolvimento das forças produtivas.

Revela-se nos grandes centros industriais existentes, outra face do desenvolvimento proposto pelo modo de produção capitalista: a realidade de agravamento das condições de vida de uma grande massa de trabalhadores amontoados pela cidade em busca de sobrevivência, pois “os operários excluídos da grande indústria são atirados por essa grande indústria para uma condição de vida ainda pior do que a dos operários da própria grande indústria” (MARX & ENGELS, 2009, p. 89).

1.5. SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E CONDIÇÕES DE VIDA DOS TRABALHADORES NA DINÂMICA DE MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL

A dinâmica de modificações que ocorre no interior da sociedade capitalista desde os tempos áureos da industrialização inglesa, impulsiona a grande evolução urbana ocorrida nas principais cidades do mundo, e acaba por dar fôlego ao fenômeno de crescimento das cidades e/ou surgimento de áreas aptas à absorção de força de trabalho e a criação de novos serviços que em alguns casos não estão diretamente ligados à lógica da industrialização como nos tempos pretéritos de desenvolvimento do capital e concentração da força de trabalho.

A segregação socioespacial assume inúmeras formas ou representações nos discursos oficiais encarregados da discussão da temática. Os urbanistas norte-

americanos pertencentes à tendência metodológica *new geography*⁵ consideram a segregação como um diferenciador da sociedade moderna, sendo adotada a partir da vinculação entre pobreza urbana e segregação, assumindo assim um conteúdo étnico-racial (CAMPOS, 2006).

Marcuse (2005, p. 24), define o conceito de segregação, da seguinte maneira: “*Segregação (segregation)* é o processo pelo qual um grupo populacional é forçado, involuntariamente, a se aglomerar em uma área espacial definida [...]”. A definição ora apresentada alude aos diversos padrões de aglomerações espaciais nas cidades, onde inúmeros limites são introduzidos e correspondem a uma variedade de modelos de aglomeração que seguem tipos ideais separados e distintos⁶.

Lojkin (1997) acredita que a realidade do espaço urbano existente nos marcos da sociedade moderna capitalista desenvolve uma noção concreta de espaço de reprodução e valorização do capital constante (máquinas) e variável (força de trabalho), sendo esta realidade, responsável por produzir a valorização dos solos que assumem maior valorização a partir da incorporação da renda fundiária diferencial⁷, uma das principais responsáveis pela manifestação espacial do processo de segregação urbana. O autor também desenvolve três importantes tipos de segregação urbana, sistematicamente descritas a baixo:

- ✓ Uma oposição entre o centro, lugar no qual o preço do solo é consideravelmente mais alto devido às condicionalidades e acessos, e a periferia desprovida destas benesses;

⁵ De acordo com Faissol (1978) a abordagem geográfica denominada *new geography* privilegia os métodos quantitativos, e surge como um novo paradigma que rompe com os modelos geográficos tradicionais, a partir de uma abordagem sistêmica, isto é, utiliza a matemática e a estatística, por concepção ao mesmo tempo que por necessidade, mas continua sendo essencialmente geográfica porque sua principal área e objetivo são a análise espacial.

⁶ Marcuse (2005, p. 26), delimita três grupos que segundo o autor ajudam na construção de uma análise relevante em termos de políticas destinadas aos grupos segregados, delimitando-as da seguinte maneira: Divisões Culturais (diferenças de língua, costume, estilo arquitetônico, etnicidade, por país ou nacionalidade, parentesco, descendência, etc.); Divisões por papel funcional (organização de áreas que correspondem a necessidades econômicas de acesso dos trabalhadores às empresas); Zoneamento (Corporificação legal que se aceita para tais divisões) e diferenças por status hierárquicos (reforça as relações de poder, exploração, dominação, etc.).

⁷ Barreto (1997) ao discutir a renda diferencial da terra, nos diz que esta pode ser entendida como um dos fatores determinantes para a fixação dos preços dos terrenos urbanos, sendo um componente da renda fundiária que se baseia nas diferenças entre condições físicas e localizações dos terrenos, bem como nos investimentos realizados nos terrenos e seus entornos.

- ✓ Uma separação crescente entre as zonas e moradias reservadas aos grupos sociais privilegiados e as zonas de moradia popular;
- ✓ Um esfacelamento generalizado das “funções urbanas”, disseminadas em zonas geograficamente distintas e cada vez mais especializadas: zonas industriais, zonas de comércio, de moradia.

As diversas áreas da moderna cidade capitalista apresentam as características apresentadas pelo autor, e esta separação fronteira entre o mundo dos privilegiados e o mundo dos desprovidos compõe um quadro socioeconômico distinto, e, paradoxalmente existente numa mesma realidade: a produção e reprodução da vida urbana capitalista.

Ramos (2002), ao desenvolver sua análise acerca da categoria segregação socioespacial entende como um processo resultante das relações capitalistas que produzem desigualdades iminentes à estruturação do sistema pelo não acesso igualitário aos meios de produção, circulação e troca da riqueza social, bem como pelo acesso desigual aos equipamentos e serviços coletivos, que hierarquizam a sociedade condicionando desempregados e frações da classe trabalhadora de menor poder aquisitivo e/ou menos qualificada profissionalmente, a serem constantemente atingidos pelo fenômeno.

Campos (2006) aponta que na década de 1920 a segregação tem como significado a concentração populacional de determinado grupo no espaço de uma comunidade, agindo, portanto como resultado da disseminação de inúmeros quadros espaciais seletivos que se formam no interior das cidades.

Seguindo a histórica apresentada, em 1930 estudos americanos sobre a urbanização apontam que a segregação vincula-se à pobreza urbana enquanto fator primordial da questão urbana, ligada ao processo de distribuição da população, pois nas áreas de maior incidência do primeiro fenômeno a delinquência e a criminalidade são constantes principalmente pela ocorrência contínua de delitos e situações envolvendo abandono familiar (CAMPOS, 2006).

Nas décadas de 1940 a 1960 o discurso da segregação prioriza o caráter étnico-racial, enquanto fator de diferenciação não apenas dos sujeitos/moradores de uma cidade, mas também dos espaços onde estes residem devido às inúmeras distinções que qualificam um espaço em detrimento do outro. Evidentemente que estas leituras do

espaço urbano norte-americano, assinalavam unicamente para a ocupação territorial dos grupos negros existentes nos subúrbios e guetos.

Campos (2006) pontua uma característica marcante existente nas análises dos geógrafos pertencentes a corrente *new geography* da Escola de Chicago. Os autores em sua análise acerca do fenômeno da segregação socioespacial se dissociam diretamente da questão de classe, não levando em consideração a discussão clássica pensada dentro da tradição marxista.

A segregação socioespacial debatida dentro da corrente marxista de análise da questão urbana, a partir da estruturação histórica da sociedade capitalista privilegia o conteúdo da produção de Marx (1818-1883) e Engels (1820-1895) sobre a cidade e a urbanização capitalista, considerando-se a centralidade dos conflitos existentes na relação entre capital e trabalho.

Garcia (2009) destaca que Marx & Engels disseminam em suas obras o debate sobre o surgimento da moderna cidade capitalista, ao demonstrarem preocupação com o desenvolvimento da urbanização a partir das condições de moradia, habitação ou especificamente da reprodução social dos trabalhadores, pois “para estes autores, a cidade ocidental moderna constitui o local da produção e reprodução do capital, produto da sociedade capitalista e, portanto, parte integrante de processos sociais mais amplos” (Idem, p. 86).

O Brasil experimenta incisivamente um modelo de segregação socioespacial “implementado” pelo Estado a partir das inúmeras reformas ocorridas no espaço urbano desde as primeiras décadas do século XIX, que foram responsáveis pelo amplo deslocamento de milhares de trabalhadores residentes em áreas centrais valorizadas ou em processo de valorização comercial, para favelas, cortiços, subúrbios e áreas periféricas, a exemplo da Reforma Passos no Rio de Janeiro e do embelezamento do centro de Belém realizado pelo Governo Antônio Lemos.

Nas grandes cidades as obras de embelezamento e expansão urbana foram responsáveis por afastar das áreas centrais e comerciais os trabalhadores remanejados para áreas periféricas e/ou de terrenos alagadiços. Estes passam a ser considerados núcleos de populações “faveladas”, que segundo Oliven (1988) formam grandes núcleos de populações, que expulsos de suas antigas habitações passam a viver em condições

precárias e geralmente ocupando solos ilegais, expressando um quadro social que assume características mais amplas⁸.

Um importante fator a ser considerado na análise que trata da segregação socioespacial no Brasil é o histórico processo de hierarquização socioeconômica disseminada pelo quadro de relações social engendrado desde o período remoto de formação da sociedade brasileira com legado marcante nos dias atuais.

Como vivemos em um sistema social heterônomo, os conflitos sociais são inerentes à realidade social, em que a hierarquização é observada em todos os sentidos: dos empregados sobre os desempregados, dos sindicalizados sobre os não-sindicalizados, dos proprietários sobre os “sem-terra” e os “sem-teto”, da classe de alto e médio *status* sobre as classes populares, dos que se consideram *insiders* (brancos ou que se identificam como ideologia dominante) sobre os *outsiders* (negros e pardos), compondo um sem-número de hierarquias sociais, que serão consideradas de acordo com o contexto social (CAMPOS, 2006, p. 176).

Na conjuntura socioeconômica vigente segregação social e espacial são aspectos consideráveis do quadro de pobreza estrutural ocasionado pelo avanço do modo de produção e reprodução capitalista. Nestas condições, Santos (2009 b, p. 45) considera que “a sociedade urbana é dividida entre aqueles que têm acesso às mercadorias e serviços e aqueles que, embora tendo as mesmas necessidades, não estão em situação de satisfazê-las, devido ao acesso esporádico ou insuficiente ao dinheiro”. Situação responsável por criar diferenças quantitativas e qualitativas de consumo e satisfação dos vários níveis de necessidades.

É importante considerar que o atual desenvolvimento dos centros urbanos desvinculado da industrialização é um processo decorrente das inúmeras transformações sofridas pelo sistema produtivo nas últimas décadas, onde a urbanização sem crescimento desponta como resultado da reestruturação produtiva

⁸ Oliven (1988) destaca que após a Segunda Guerra Mundial o crescimento do processo de favelização disseminou a temática da marginalidade urbana, abordada, contudo a partir de uma limitação explicativa recorrente ao uso das abordagens: *estruturalista funcionalista* (a desintegração de um elemento à estrutura social traria consequências ao conjunto de elementos, devendo ser solucionada pela modificação desses elementos, sem mudar a estrutura e seu caráter fundamental) e *estruturalismo histórico* (a marginalidade de um elemento ou conjunto de elementos é resultado das contradições da própria natureza e tendência fundamental da estrutura social).

que obriga os trabalhadores do campo a venderem suas terras e procurar meios de sobrevivência nos centros urbanos.

Davis (2006) explica que esse modelo de urbanização sem crescimento deve ser entendido enquanto expressão da herança política existente no cerne da conjuntura global, pois a crise mundial da dívida externa do final da década de 1970 e a consequente reestruturação das economias do Terceiro Mundo sob a liderança do FMI nos anos 1980 acarretaram a queda considerável do salário real, alta dos preços e a eminente disparada dos níveis de desemprego dos trabalhadores.

As modificações ocorridas no cerne do modo de produção capitalista na atualidade decorrem de fatores diretamente ligados a uma estratégia articulada sobre um tripé: a *reestruturação produtiva* (incorporação de tecnologias e avanços científicos), a *financeirização* (tem suporte na gigantesca concentração do sistema bancário e financeiro propiciada pelos recursos informacionais) e a *ideologia neoliberal* (disseminação de teses profundamente conservadoras que defendem uma concepção de homem considerado atomisticamente como possessivo, competitivo e calculista, que vê a sociedade como meio de realizar seus propósitos individuais e privados) (PAULO NETTO & BRAZ, 2009). Inevitavelmente a ampla consolidação desse tripé nos diversos segmentos da sociedade viabilizou a materialização da plataforma econômico-política neoliberal.

Os impactos destrutivos das transformações em andamento no capitalismo contemporâneo vão deixando suas marcas sobre a população empobrecida: o aviltamento do trabalho, o desemprego, os empregados de modo precário e intermitente, os que se tornaram não empregáveis e supérfluos, a debilidade da saúde, o desconforto da moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a fome, a fadiga, a ignorância, a resignação, a revolta, a tensão e o medo são sinais que muitas vezes anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados na sociedade (YASBEK, 2004, p. 35).

O quadro político e social apresentado pela autora possibilita um enquadramento nítido da situação vivenciada pelos trabalhadores que vem sofrendo cotidianamente o revés do sistema produtivo, sendo expurgados e condicionados a uma decadente reprodução social nos grandes centros urbanos, situação que afeta diretamente os padrões mínimos de sobrevivência, principalmente no que se refere às péssimas condições de moradia e saneamento básico a qual grande contingente populacional está submetido.

As modificações empregadas pelo capital em seu estágio globalizado indicam significativas alterações nas relações sociais, e são responsáveis pelo acirramento das diferenciações não apenas no campo técnico-científico, mas na própria estruturação dos territórios, operando, portanto, inúmeras transformações no tecido social, efeito direto do processo de globalização em curso.

Cabe ressaltar uma importante diferenciação existente nas transformações político-econômica do modo de produção capitalista a partir do seu estágio de mundialização, onde segundo afirma Souza (2008, p. 36), “internacionalização é um termo já ultrapassado por aquilo que o sucede que é o processo de globalização. É um conceito diferente, pois a internacionalização pressupunha um deslocamento de tempo para acontecer”, ou seja, no estágio globalizado o lapso de tempo necessário para que a informação e/ou produto alcance o efetivo deslocamento no espaço geográfico é mínimo, sobrepondo-se ao período da internacionalização, a partir da capacidade de sobrepor o tempo por meio das altas tecnologias de informação.

Nestas condições, a expansão global do capitalismo desponta enquanto nova investida de mundialização do sistema, pois segundo afirma Santos (2009 c), a globalização seria o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista, tendo como principais fatores: a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, representado pela mais-valia globalizada. Desenvolve-se, portanto, um mercado global que utiliza um sistema de técnicas e informações avançadas que apontam para uma nova etapa de revolução estrutural do modo de produção capitalista⁹.

O capitalismo histórico comporta inúmeras revoluções (sempre de impacto mundial!): nasce da revolução comercial, consolida-se com a revolução industrial, potencializa-se ainda mais com a revolução cibernética. Na verdade vive de revoluções para poder manter o *status quo*: muda para poder permanecer o que é (MELLO, 2001, pp. 11-12).

⁹ Harvey (2011) alerta para o perigo de confundir as mudanças transitórias e efêmeras ocorridas no interior do modo de produção capitalista, com as transformações de natureza mais fundamental da vida político-econômica do sistema. No entanto, os inúmeros contrastes entre as práticas político-econômicas da atualidade e as do período de expansão do pós-guerra (1945-1973) são significativas para ratificar a hipótese de passagem do *período fordista* (conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configuração de poder político-econômico), para o *regime de acumulação flexível* (flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo).

A globalização indicada demonstra uma tendência intrínseca do capitalismo, de modificar e desenvolver continuamente suas forças produtivas, sem, no entanto, superar a histórica contradição entre capital e trabalho. É evidente que o ônus destas transformações históricas recai incisivamente sobre os trabalhadores, que sofrem com a ampla generalização da pobreza e decadência das condições de sobrevivência, impondo-se a grande parte da humanidade uma intensa violência estrutural (material e subjetiva), enquanto efeito da globalização perversa (SANTOS, 2009a).

A perversidade da globalização qualifica o quadro de segregação socioespacial¹⁰ desenvolvida através do incremento das forças produtivas e alargamento da divisão do trabalho, processos responsáveis pelo aprofundamento das diferenças de classe e distância que separa os homens de seus semelhantes, acentuando o movimento paradoxal enfatizado por Santos (2009 b), quando ao tratar da evolução do espaço, reitera que atualmente o espaço que une é o mesmo espaço que separa os homens, acrescentando que,

[...] Quanto mais o processo produtivo é complexo, mais as forças materiais e intelectuais necessárias ao trabalho são desenvolvidas, e maiores são as cidades [...] A proximidade física é indispensável à reprodução da estrutura social. A crescente separação entre as classes agrava a distância social. Os homens vivem cada vez mais amontoados lado a lado em aglomerações monstruosas, mas estão isolados uns dos outros (SANTOS, 2009 b, p. 33).

O isolamento no capitalismo contemporâneo e a reprodução da estrutura social embasada na desigualdade compõe atualmente o desenho da segregação socioespacial, onde conforme enfatiza Sposito (2011, p. 129) “uma parte da sociedade participa precariamente da vida urbana e da sociedade de consumo, ou participa de forma qualitativamente diferente, porque incompleta, e não apenas quantitativamente desigual”.

A participação enfatizada pela autora se refere ao acesso aos níveis elementares de qualidade de vida, ou seja, à inclusão dos trabalhadores na dinâmica de absorção de bens e serviços necessários à reprodução social, seja através das diferentes formas de

¹⁰A dupla grafia frequentemente utilizada quanto ao termo socioespacial no corpo do trabalho, corresponde teórico-conceitualmente ao que dizem Carlos; Sousa & Sposito (2011, p. 18), ao definirem que “socioespacial” diz respeito às relações sociais e ao espaço, simultaneamente (levando em conta o conteúdo relacional de ambos no contexto da totalidade social, mas preservando a individualidade de cada um), representando, portanto, a articulação dialética entre as relações sociais e o espaço, processo este que evidencia a intrínseca contradição existente entre ambos.

consumo e/ou pela produção espiritual como expressão de uma necessidade inerente ao ser humano incluso na dinâmica de determinado espaço.

Corrêa (2011) analisa a segregação socioespacial enquanto parte constituinte dos processos espaciais engendrados na produção do espaço na cidade capitalista, onde ocorre uma projeção espacial característica da histórica estruturação de classes, sua reprodução se desenvolve a partir do diferencial de renda e através da localização das moradias no espaço urbano que atualmente está diretamente ligada às situações de conforto, qualidade e acesso às facilidades da vida urbana.

O emprego do viés da polarização social do espaço como produto da intensificação das relações sociais existentes desde a gênese da estrutura moderna capitalista conduz a um entendimento mais crítico e amplo das razões pela qual se amplia o fenômeno da segregação socioespacial atualmente. Daí que apreender tal noção dual, corresponde a uma lógica específica de entendimento da questão, pois de acordo com Garcia (2009, p. 97):

[...] a segregação ocorreria como uma forma extrema de desigualdade, e o impacto espacial da tendência à dualização social seria, numa extremidade, a apropriação cada vez mais exclusiva dos espaços mais valorizados pelas funções ligadas ao consumo e à moradia de luxo e, na outra, a conformação de espaços exclusivos da pobreza.

O problema da segregação socioespacial não pode ser encarado como uma questão típica da reestruturação produtiva, mas como efeito direto e intrínseco da formação, desenvolvimento, consolidação e crise da sociedade capitalista, embora seu agravamento dentro desta etapa histórica ocorra de modo incisivo, tendo em vista as inúmeras contradições e desigualdades emanadas pelo atual modelo produtivo.

Marx (2004, p. 24), ao comentar o processo de diferenciação entre as classes revela que o ponto crucial entre esta relação reside na existência dentro do cerne social de “classes antagônicas, uma das quais monopoliza o conjunto da riqueza social material da sociedade, encontrando-se a outra totalmente desprovida de qualquer riqueza material”.

O caráter desigual das relações sociais demonstradas por Marx ganha maior ênfase ao refletirem-se tais processos com a dinâmica de desenvolvimento dos espaços da cidade capitalista, pois, sobretudo na contemporaneidade o espaço também é responsável por inúmeras manifestações das contradições do modo de produção, principalmente em termos

de acesso a estrutura, bens e serviços, que na atual lógica econômica de mundialização dos lugares (globalização) assume maior proporção devido à intensa diferenciação entre espaços, ocasionada pela grande fluidez dos territórios (SOUZA, 2008).

Harvey (2005, p. 85), ao comentar esse processo afirma que “as desigualdades resultantes assumem uma expressão espacial e geográfica particular, de modo geral na forma de concentrações de privilégios e poderes em certos lugares em vez de outros”. Daí entendendo-se que as desigualdades expressas na forma espacial e geográfica a partir do período atual de mundialização da vida econômica e de globalização da técnica, ciência e informação se avivam, pois “as lógicas de localização da atividade produtiva e de circulação de bens e serviços precisa se intensificar para viabilizar a estabilidade da realização da taxa de lucros”, conforme assegura Sposito (2011, p. 126).

Nota-se que o processo de ampliação das áreas de domínio do capital ou de reestruturação das relações entre os diversos espaços urbanos não elimina o quadro de desigualdade social, pois a existência de espaços integrados por redes de serviços e infraestrutura não proporciona aos trabalhadores residentes nestas áreas a devida apropriação qualitativa e totalitária dos espaços urbanos.

Revela-se, portanto, a contradição existente na própria formação do espaço urbano da sociedade capitalista atual, sendo também este o responsável pela segregação socioespacial de grande contingente populacional, pois de acordo com Davis (2006, p. 18), “[...] o preço dessa nova ordem urbana será a desigualdade cada vez maior, tanto dentro de cidades de diferentes tamanhos e especializações econômicas quanto entre elas”, sendo, portanto, evidente que a diferenciação dos espaços ocasiona a intensificação da desigualdade socioespacial e conseqüentemente o alargamento da pobreza nestas áreas.

É evidente que o processo de expansão do modo de produção capitalista atualmente em curso, tem afetado diretamente a classe trabalhadora e seu modo de vida, o que determina conseqüentemente a significativa perda do real valor da produção e reprodução dos trabalhadores ao nível da forma originária da atividade humana, diga-se, portanto, da existência do ser social que passa não mais a viver do produto do trabalho, mas sobrevive das migalhas que lhe são impostas pela voracidade do capital global.

[...] Sabemos que um amplo contingente da força humana disponível para o trabalho, em escala global, ou se encontra exercendo trabalhos parciais, precários, temporários, ou já vivenciava a barbárie do desemprego. Mais de

um bilhão de homens e mulheres padecem as vicissitudes do trabalho precarizado, instável, temporário, terceirizado, quase virtual, e dentre eles centenas de milhões tem seu cotidiano moldado pelo desemprego estrutural (ANTUNES, 2008, p. 103).

A precarização em questão atinge não somente os trabalhadores dos países de economia periférica, mas também os países de economia centrais atualmente sofrem os efeitos diretos dos ditames da globalização perversa e da lógica do capital global que empurra todos os dias milhares de trabalhadores para condições degradantes de sobrevivência nos espaços mais precários das cidades.

É fato que a investida do capital mundial após a década de 1980 introduz no plano histórico-conjuntural consecutivas perdas para os trabalhadores, pois o crescente desemprego em massa e as inúmeras metamorfoses ocorridas no mundo do trabalho são expressões imediatas da regressão e eminente perda dos direitos historicamente conquistados - acesso ao trabalho, saúde, educação e a moradia/habitação.

O avanço da globalização em escala mundial através da reestruturação produtiva destitui a classe trabalhadora dos direitos sociais, empurrando-os gradativamente para condições de vida precárias e subumanas, o que constitui neste milênio a perda constante da humanização do trabalhador que passa a ser despossuído dos meios de sobrevivência e subsistência antes disponíveis para a sua reprodução social.

2. METROPOLIZAÇÃO E METRÓPOLES NO BRASIL E NA AMAZÔNIA: CONSTITUIÇÃO DE ANANINDEUA COMO MUNICÍPIO METROPOLITANO

2.1. METROPOLIZAÇÃO E METRÓPOLES NO BRASIL E NA AMAZÔNIA

O período inicial de consolidação das metrópoles¹¹ brasileiras tem seu marco na etapa de expansão industrial no país, sendo a formação das metrópoles o combustível

¹¹ Rodrigues (1996) afirma que o termo metrópole deve ser compreendido dentro de uma das esferas de classificação da hierarquia urbana, tendo como base desta classificação a capacidade de distribuição de bens e serviços realizados pela cidade em relação a determinadas áreas que formam seu território. Havendo categorias que classificam a rede urbana, são elas: a) **Metrópoles nacionais**: São Paulo e Rio de Janeiro, cidades dotadas de equipamento funcional completo e com influência em praticamente todo o país. b) **Metrópoles Regionais**: grandes centros urbanos, com significativo aporte de equipamentos urbanos relacionados com vasta porção do território do país, a exemplo das cidades de Belém, Fortaleza, Recife e Salvador.

deste processo desenvolvimentista. Ressalta-se que a primeira etapa de institucionalização das Regiões Metropolitanas no Brasil ocorre nos anos 1970, período de grande efervescência do autoritarismo do governo militar.

Lima e Moysés (2009), afirmam que no período em questão criaram-se ao todo nove Regiões Metropolitanas (RM's), incluindo os principais centros nacionais e/ou principais capitais dos estados, bem como áreas limítrofes que tinham por base os municípios integrantes da mesma unidade socioeconômica. Essas áreas surgem amparadas por legislação federal (Lei Complementar nº 14 de 1973) que em seu arcabouço jurídico, previa:

- I – Planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social;
- II - Saneamento básico, notadamente abastecimento de água e rede de esgoto e serviços de limpeza pública;
- III - Uso do solo metropolitano;
- IV - Transporte e sistema viário;
- V – Produção e distribuição do gás combustível canalizado;
- VI – Aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental, na forma do que dispuser a lei federal;
- VII – Outros serviços incluídos na área de competência do Conselho Deliberativo por lei federal.

Tais medidas foram legalmente adotadas com o objetivo de constituir uma unidade de planejamento e gestão, estruturada em dois conselhos (deliberativo e consultivo) visando a realização de serviços comuns de interesse metropolitano (LIMA & MOYSÉS, 2009). O processo de elaboração da regionalização das metrópoles brasileiras estava historicamente envolto em um cenário de grande autoritarismo e coerção da liberdade civil e política, momento em que o país vivia o ápice da ditadura militar. A exemplo da Lei Complementar nº 14 de 1973, que dava conta da institucionalização das Regiões Metropolitanas, e que na época foi implementada pelo Ministério da Justiça.

Neste contexto entende-se que as metrópoles brasileiras em sua formação corresponderiam objetivamente aos interesses econômicos do capital em escala nacional e internacional, pois Santos (1990, p. 32), afirma que,

A metrópole, em sua totalidade, funciona como um sistema de estruturas global e interligado, constituído de subsistemas interdependentes e complementares que, ao ajustar-se aos diferentes aspectos da modernização, através das inter-relações dos subsistemas entre si e com o todo, possibilita um determinado “equilíbrio” que impede a sua desintegração.

Nota-se que o apelo à modernização impõe ao país a adequação à lógica econômica, política, social e geográfica atrelada ao caráter elitista e seletivo que continuaria a privilegiar apenas uma ínfima parcela da população. Sendo possível assegurar que o processo de constituição das metrópoles brasileiras são consequências diretas do fenômeno de mundialização do capital.

Esta ampla correlação entre nexos urbanos e econômicos tem como causas: associação da economia ao urbano; relações econômicas e sociais inovadoras; ampla migração da força de trabalho para os grandes centros; integração das redes de transportes e telecomunicações contribuindo para o aguçamento da revolução demográfica iniciada na década de 1950, impondo à sociedade brasileira um contexto divergente aos pretéritos, que desponta consequentemente na industrialização, mecanização agrícola e ampla mobilidade social.

Santos (1990, p. 13) assegura que “no Brasil o processo de urbanização vem acompanhado de um processo de metropolização”, e evidentemente que nestas circunstâncias a oferta de empregos disponíveis não segue os níveis de elevação populacional experimentado pelas cidades, embora nestes mesmo cenários (cidades metropolitanas) ocorra a grande concentração das atividades hegemônicas de produção e de controle, sendo, portanto, estas áreas as principais responsáveis pelo poder de atração de força de trabalho em larga escala.

[...] Na década de 1970, o crescimento de grandes cidades ocorre em todas as regiões do país. Em 1950 a participação da população em Regiões Metropolitanas era de 18%; em 1980 passa a 29%. Atualmente existem várias cidades com mais de 1 milhão de habitantes. Poderia citar aqui algumas delas: Brasília, Goiânia, Manaus, Santos, Campinas, entre outras (SOUZA, 2006, p. 33).

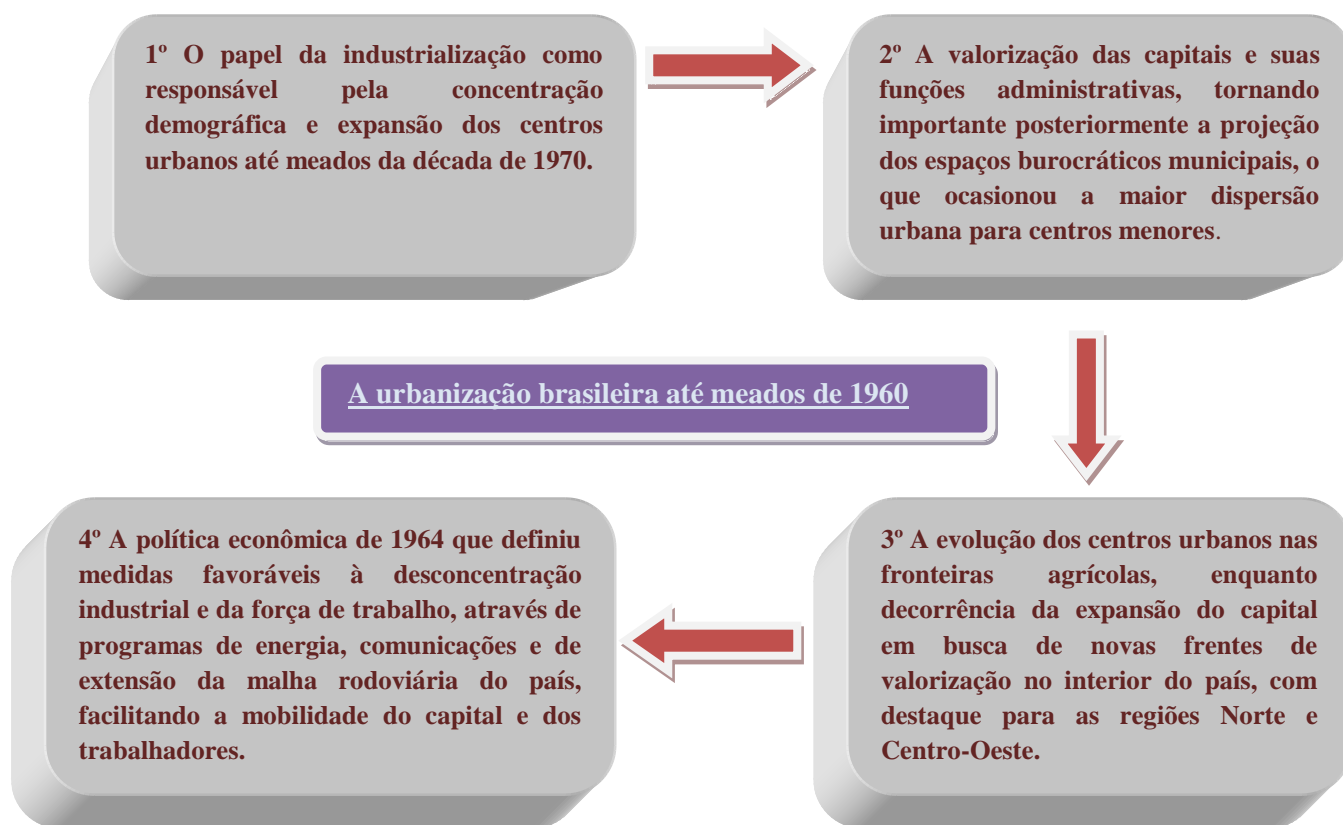
O crescimento das metrópoles tem na grande mobilidade um vetor significativo para sua expansão, embora haja neste ambiente a evidente combinação entre: desigualdade na ocupação dos espaços e extensa diferenciação da força de trabalho

ocasionada pela existência de diversos mercados de trabalho atuando de modo complexo e entrelaçado (trabalho produtivo industrial, trabalho formal e informal, trabalho precarizado etc.), correspondendo ao que Marx (2004) entendia como trabalho associado¹², decorrente da necessidade do capital ocupar os múltiplos níveis de desenvolvimento de modo contínuo e ininterrupto, através dos novos ramos que se formam gradativamente no interior da grande cidade.

Essas diversas medidas de ampliação do capital em busca de novas fronteiras de expansão demonstram um processo contraditório que envolve a ampliação de seus domínios verificados no Brasil principalmente no período de 1940 a 1960, etapa de industrialização concentradora e centralizadora, e, posteriormente até a década de 1980 passa a atuar de modo inverso em um claro movimento de desconcentração e descentralização industrial visando novos espaços favoráveis à acumulação.

Rodrigues (1998) classifica quatro aspectos determinantes do processo de urbanização ocorrido no Brasil até a década de 1960. O diagrama a baixo sistematiza esses quatro processos de modo a facilitar o entendimento da ideia apresentada pela autora:

¹² Para Marx (2004), a forma de trabalho designada de “trabalho associado”, definiria na grande cidade a associação desigual de: modos de trabalho, tempos de trabalho, condições de trabalho, remuneração de trabalho, enfim, seria no modo objetivo e material uma cooperação desigual existente no processo de trabalho dentro dos novos ramos produtivos que se estabelecem continuamente.



A expansão das fronteiras de acumulação do capital articula-se à intensa transformação das relações espaciais apoiadas na capacidade de domínio dos espaços pelo poder econômico, que conforme aponta Harvey (2006, pp. 142-143), ocorre pela “importância de reduzir as barreiras espaciais por intermédio de inovações no transporte e nas comunicações”, conseqüentemente traduzindo as dramáticas transformações ocorridas na geografia da produção, do consumo e da troca por toda a história do capitalismo até os dias atuais.

É válido ressaltar que a espacialidade historicamente elaborada e reelaborada no interior da sociedade moderna deve ser entendida a partir do dinamismo constituído pelos múltiplos movimentos da sociedade, pois como assegura Corrêa (2011, p. 156) “no bojo da sociedade de classes, desigual, a espacialidade implica desigualdades, refletindo e condicionando a sociedade de classes, e tendendo à reprodução das desigualdades”. Daí apreende-se que, na contemporaneidade, os processos sociais ocorridos no espaço refletem de modo objetivo as características essenciais da própria sociedade, e, portanto, a existência dos espaços na sociedade capitalista constroem

dialeticamente a produção e reprodução do capital e das relações sociais historicamente fundamentadas na diferença de classes.

O movimento contemporâneo da história condiciona o processo de metropolização dos espaços como fator coerente ao período urbano atual, que tem na financeirização da riqueza seu sentido e na estrutura do capital produtivo seu fundamento, tal como afirma Lencioni (2006), pois a cada etapa histórica há um novo apelo do mercado que tem nos espaços da metrópole um amplo mosaico de possibilidades para se expandir e alcançar novos patamares de acumulação e consequente superação das crises econômicas.

E o que poderia então ser definido como *o processo de metropolização*? Segundo Lencioni (2006) este revelaria um sentido de ação continuada ou de um processo socioespacial em que determinado ambiente urbano passa a adquirir novas dimensões territoriais notadamente atreladas às modificações históricas, ou seja, assumindo características marcadamente metropolitanas, sendo estas imprescindíveis à reprodução do capital que atualmente se manifesta sob a forma globalizada, ou seja,

O processo de metropolização dos espaços implica, portanto, um território no qual os fluxos de pessoas, de mercadorias ou de informações são múltiplos, intensos e permanentes. Aí é comum a presença de cidades conurbadas bem como a concentração das condições gerais necessárias às particulares condições da reprodução do capital nos dias atuais (LENCIONI, 2006, p. 48).

A metropolização vem ocorrendo incisivamente no Brasil desde o período de maior desconcentração industrial do país, o que condiz com o avanço das relações de produção capitalista pelos diversos territórios. Nestas condições, as cidades passam do patamar de espaços urbanos singulares para áreas de perfil metropolitano, aumentando não apenas suas dimensões territoriais como também o nível e o conteúdo das relações estabelecidas interna e externamente, superando assim os limites do local.

As modificações históricas ocorridas na década de 1980, sobretudo a partir da Constituição Federal de 1988, estabelecem um marco legal que institui formalmente a segunda etapa de institucionalização das regiões metropolitanas brasileiras. Nesta, fica facultado aos estados federados à competência de institucionalização de suas unidades regionais, extinguindo-se o modelo anterior que criou regiões às quais os estados

federados não possuíam autonomia para intervenção, abrindo possibilidades de inserção das regiões metropolitanas a partir do planejamento regional (LIMA & MOYSÉS, 2009).

Nota-se que a institucionalização das regiões metropolitanas passa a ser de competência dos estados, somando-se ainda a criação de microrregiões e aglomerações urbanas que também são direcionadas aos domínios dos entes federativos. Tais mudanças, segundo Lencioni (2006, p. 56) tinham como objetivo “dar suporte legal para a formulação de políticas públicas, e para o planejamento comum destas áreas”.

Esse processo de metropolização, ao mesmo tempo em que abriu a possibilidade de alteração dos limites das RMs existentes, incluindo ou mesmo excluindo municípios, desencadeou um contínuo ciclo de institucionalização de novas unidades regionais, com diferentes portes de população, considerando até pequenas aglomerações urbanas, e quase sempre classificando-as como metropolitanas [...] Muitas delas se articulam configurando também redobrada complexidade quanto ao compartilhamento de uma gestão voltada à inclusão social e municipal (LIMA & MOYSÉS, 2009, p. 04).

Esse movimento decorre segundo Santos (2009d, p. 82) da expansão e diversificação do consumo, bem como da elevação dos níveis de renda e difusão dos transportes modernos que atrelados a uma específica divisão do trabalho cada vez mais acentuada, “fazem com que as funções de centro regional passem a exigir maiores níveis de concentração demográfica e de atividades”. Passando às metrópoles a responsabilidade direta pela absorção destas demandas de força de trabalho e serviços.

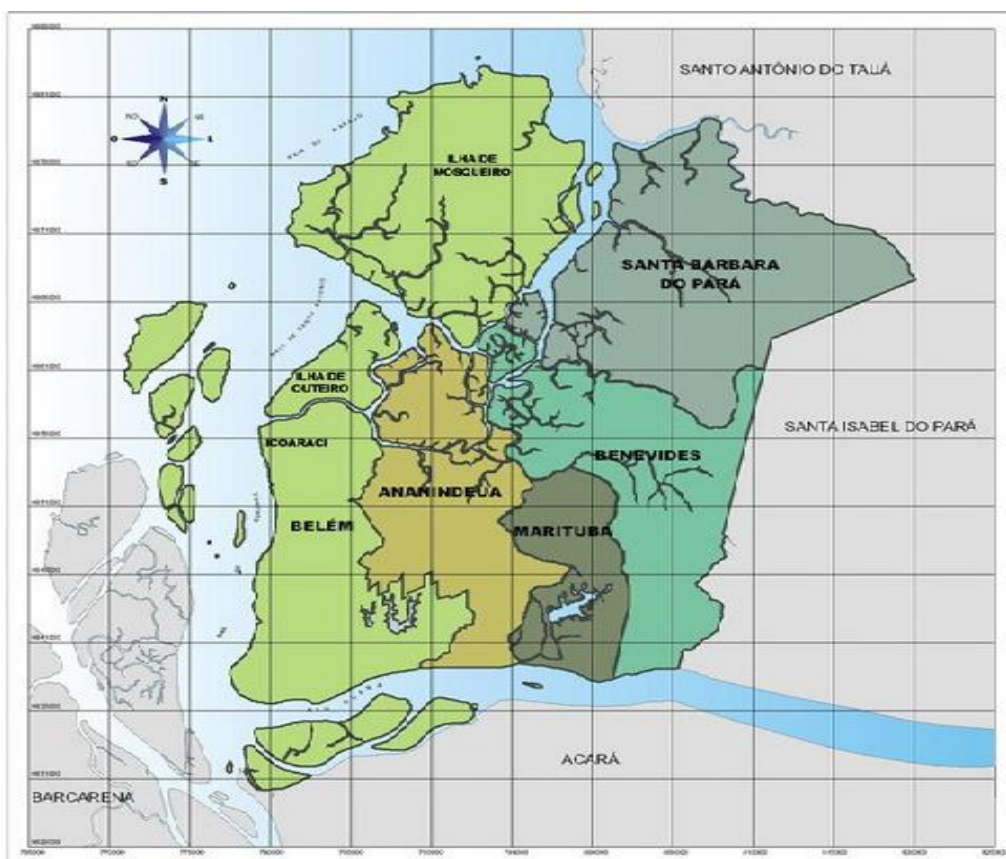
Corrêa (2011) faz referência a um processo espacial que ocorre constantemente na metrópole: a descentralização do espaço central metropolitano. Esta ocorre segundo o autor, a partir da expansão da cidade para novas áreas, favorecendo também a formação do mercado que segue a lógica de espraiamento da metrópole, favorecido por condições como: terras não ocupadas, de baixo preço e sem impostos; infraestrutura implantada; facilidade de transportes; qualidades atrativas do sítio, como topografia e drenagem; amenidades físicas e sociais; e existência de mercado local mínimo que favorece a implantação das grandes redes empresariais.

Conforme registros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010 existem no Brasil 26 (vinte e seis) RMs instituídas, que concentram 413 municípios com número total de 68 milhões de habitantes, e com soma territorial de 167.000km². Esses números demonstram a constante evolução do processo de

metropolização, pois esses números se comparados às cifras dos municípios com mais de 100 mil habitantes que em 1940 eram apenas dezoito em todo o país, posteriormente em 1980 alcançam 142, e no ano de 1991 chegam ao total de 183 municípios (SANTOS, 2009d).

Uma análise paralela alusiva ao crescimento verificado pode ser percebida pelos dados referentes ao Censo IBGE (2010), que afirmam que só a Região Metropolitana de Belém - RMB possui um total de 2.100.319 habitantes, tendo a capital um número total de 1.329.031 habitantes, seguida de 471.744 em Ananindeua; 108.251 em Marituba, 59.476 em Santa Isabel; 51.663 em Benevides e 17.154 em Santa Barbara, o que demonstra um crescimento demográfico considerável quando comparado aos números do total de aglomerações com mais de 100 mil habitantes existentes na década de 1940.

Figura 01 - Mapa imagem / RMB



Fonte: Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão – SEGEP/ Prefeitura Municipal de Belém, 2011.

Nas décadas posteriores a 1950 ocorre um crescimento considerável da RMB, tendo em vista os fluxos constantes de trabalhadores oriundos das diversas regiões do

país e das áreas localizadas no interior do estado do Pará, demandas originadas do modelo de desenvolvimento regional empregado na Amazônia, vultosos investimentos foram realizados com o objetivo de criar condições gerais para a atração de capitais nacionais e internacionais através da inserção de setores produtivos diversos na região, tendo como suporte a implantação das infraestruturas de transporte e energia necessárias à instalação dos projetos econômicos, o que constituíram problemas estruturais para as populações tradicionais, pois “a exploração de recursos em nome do progresso vem, ao longo dos anos, transformando-se em geradora e reprodutora da pobreza” (GARCIA & LIMONAD, 2008, p. 12).

Uma análise quantitativa desse processo pode ser verificada a baixo nos dados acerca da considerável evolução da população residente em unidades administrativas integrantes da RMB a partir da década de 1960 até 2010.

Tabela 1 - População Residente em Unidades Administrativas Integrantes da RMB (1960-2010)

Unidades Administrativas	1960	1970	1980	1991	2010
Belém	402.170	642.514	949.545	1.244.688	1.329.031
Ananindeua	20.478	22.602	66.027	88.035	471.744
Benevides	13.867	14.565	22.321	59.664	51.663
Sta. Bárbara	-	-	-	8.781	17.154
Marituba	-	-	-	49.322	108.251
Sta. Izabel	-	-	-	-	59.476
TOTAL	436.515	679.681	1.037.893	1.450.490	2.037.319

Fontes: IBGE, Censos 1960, 1970, 1980, 1991 e 2010.

Trindade Jr (1998) alude ao processo de desconcentração espacial metropolitana, decorrente da ampliação do espaço metropolitano que configura um quadro emergente de reprodução do capital em determinadas áreas de expansão. No entanto, para o autor, o processo de desconcentração não desconsidera a importância do centro metropolitano, situação recorrente e peculiar à região amazônica, correspondendo assim ao fenômeno de dispersão e concentração, onde conforme assegura Santos (2009, p. 101 d), esses

processos espaciais “dão-se, uma vez mais de modo dialético, de modo complementar e contraditório”.

O modo complementar e contraditório enfatizado por Santos (2009), pode ser considerado como uma realidade peculiar da rede urbana amazônica, pois nestas áreas o centro urbano é responsável por promover a integração entre economia, território e sociedade, pois segundo Trindade Jr (1998, p. 65) o centro “torna-se o destino final de grande parte de mão-de-obra móvel e polivalente que se desloca no espaço regional¹³”. As áreas contíguas (periferias) expressam a lógica espacial de expansão da cidade, ligada tanto ao adensamento populacional que extrapola os limites da metrópole, como ao reforço político e econômico da concentração urbana, o que leva Trindade Jr (1998, p. 71) a constatar que:

Enquanto produto, o espaço acompanha o movimento de dispersão e se define, a exemplo da expansão metropolitana. Ao mesmo tempo, essa dispersão coloca a concentração em outro patamar, que no caso belenense, é sinônimo de reforço à metropolização, evidenciando a natureza do espaço, como condição e meio de reprodução de determinadas relações que se alocam no plano regional (TRINDADE, JR, 1998, p. 71).

A concentração torna-se reforço à metropolização devido à necessidade de criação de áreas que possam atender ao expressivo crescimento demográfico e comercial do centro urbano. Entretanto, no cerne da realidade brasileira existe também um processo que deve ser considerado característico das metrópoles do país, onde segundo afirma Barreto (1997, p. 98), “uma das características mais marcantes das metrópoles brasileiras é sua verticalização central e horizontalização periférica”. O que demonstra que a expansão do espaço brasileiro está ligada à dinâmica de acumulação capitalista, sobretudo por meio da especulação imobiliária e das intervenções setorializadas do ente estatal que forçam a consolidação de novos espaços.

Nestas condições, a metrópole acaba por assumir dentro da lógica do capital global um caráter corporativista e fragmentado, segundo definição de Santos (2009 d), que argumenta ser esta, um ambiente composto de espaços luminosos enquanto

¹³ Trindade Jr (1998) ao analisar dados do Censo IBGE (1996), afirma que houve um crescimento demográfico significativo na Região Metropolitana de Belém na época, pois na contagem realizada no mesmo ano, foi apontado um total de 1.574.578 habitantes na RMB, correspondendo a 28,57% do conjunto populacional do Estado, tal crescimento tem relação direta com os novos espaços de assentamentos em distritos e municípios vizinhos à Belém (Icoaraci, Ananindeua, Marituba e Benevides).

expressão máxima da modernização (*shopping centers*, áreas de luxo, condomínios e edifícios, áreas de lazer com alto padrão e sofisticação etc.) e de espaços opacos (periferias e lugares de exclusão desta mesma modernização).

Souza (2006, p. 33), assegura que “no Brasil, historicamente a regionalização é para permitir a fluidez – para permitir que os fluxos se realizem, e não os fixos. Nos fixos está à população, o povo, que nunca resolve plenamente seus problemas”. E são exatamente nestes fixos que se alocam os trabalhadores que não conseguem experimentar a totalidade dos espaços luminosos e as benesses das inovações técnicas e informacionais, que ainda não emergiram dos espaços opacos, sem infraestrutura e com ausência de serviços mínimos.

Nesses locais, não persiste apenas o quadro de *déficit* na infraestrutura, principalmente quando confrontados com os bairros privilegiados da classe média e elites dominantes, mas a evidente estigmatização das pessoas em função do local de moradia (periferias, cortiços e, principalmente, favelas) torna-se muito forte e agressiva. Sérios problemas de integração e de convivência entre grupos sociais diferentes e de autoestima coletiva costumam estar associados a essa questão (SOUZA, 2007, p. 69).

Os trabalhadores desprovidos dos meios de produção e estigmatizados continuam sendo as maiores vítimas da desigualdade socioespacial revelada atualmente sob a face globalizada. As grandes cidades experimentaram a terceira fase de urbanização do mundo, que, segundo Rochefort (2008), seria correspondente à etapa pós-industrial, considerada a fase mais perversa em que a crise urbana se demonstra cada dia mais aguçada e perceptível, pois as fronteiras que tornam a cidade hierarquicamente dividida já não são mais tão invisíveis, pois a miséria se manifesta degradante, sendo capaz de afrontar as inovadoras técnicas informacionais e de comunicação.

2.2. CONSTITUIÇÃO DO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA NO PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO

No que tange ao aspecto histórico e econômico a participação da região amazônica na consolidação da industrialização brasileira por meio da exportação da borracha enquanto matéria-prima foi de grande importância para o desenvolvimento do capitalismo na Europa. O papel da região foi evidenciado no desenvolvimento

capitalista a partir de diversas intervenções governamentais que viabilizaram sua inclusão no cenário produtivo, ao mesmo tempo que, alterava a estrutura produtiva e o processo de reprodução social existente.

Diversas ações institucionais no cenário político brasileiro marcam o início da apropriação/ocupação da Amazônia pelo bloco de interesses econômicos e políticos, que, por sua vez, marcam a prática capitalista e a disseminação de seus interesses e consequências materiais que influenciam as relações socioeconômicas na região até os dias atuais.

Na década de 1940 a reativação do interesse capitalista pela economia gomífera ocorre em função do empenho norte-americano pelo produto, decorrência do acirramento da II Guerra Mundial que passa a ter maior ênfase no cenário produtivo automobilístico. Neste intuito, diversos acordos foram firmados entre Washington e o governo brasileiro, dispondo do fornecimento de minérios e borracha aos norte- americanos¹⁴.

Fialho Nascimento (2006) destaca que neste período criou-se o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para Amazônia (SEMTA), órgão vinculado ao governo federal que tinha como meta realizar um grande processo de migração de trabalhadores para a região, tendo como consequência a grande mobilidade de 55 mil nordestinos espalhados nos inúmeros espaços da região, que se aventuravam tendo como promessa a possibilidade de melhoria de qualidade de vida, saúde e acesso à terra.

É fato que no período da década de 1950, o governo brasileiro passa a integrar a Amazônia à economia nacional a partir de um processo de inclusão capitaneado pelo presidente Juscelino Kubitschek – JK (1956 – 1960), responsável por introduzir no país a dinâmica produtiva de caris desenvolvimentista, e por promover a reestruturação do espaço nacional e regional.

¹⁴ Em março de 1942 foram fechados acordos de cooperação entre os E.U.A (Washington), e o Governo Brasileiro para fornecimento de minérios estratégicos à indústria bélica norte americana, dentre os principais produtos destacavam-se: alumínio, bauxita, cobre, cristal quartzo, estanho, magnésio, mica, níquel, tungstênio, zinco e borracha. Para este ultimo produto foi estabelecido um fundo de financiamento especial, gerenciado pela *Rubber Development Corporation* e o *Departamento Nacional de Imigração* (DNI). Com este incentivo financeiro o governo brasileiro comprometia-se a incrementar as atividades do serviço de recrutamento, encaminhamento e colocação de trabalhadores nos seringais da Amazônia (Serviço Especial de Trabalhadores para a Amazônia – SEMTA e a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico – SAVA), conforme Decreto – Lei nº 5.813/1943. Os acordos entre os governos selaram um empréstimo de 100 milhões de dólares para a modernização e implantação do projeto siderúrgico brasileiro, além da aquisição de material bélico no valor de 200 milhões de dólares. Acordos decisivos para a criação da Companhia Siderúrgica Nacional e Companhia Vale do Rio Doce - CVRD (GARCIA & LIMONAD, 2008).

Cardoso (1978) enfatiza que o governo de Juscelino Kubitschek centrando-se na perspectiva desenvolvimentista, propunha um crescimento econômico com base na industrialização, objetivando a saída do estado de atraso em que vivia o país.

[...] Com o advento da ditadura militar e do correspondente centralismo instaurado no país, a partir de 1964, o território passa a assumir uma dimensão estratégica nas políticas de governo, só antes vista na outra ditadura do século XX, a ditadura Vargas das décadas de 1930 e 1940. O centralismo exercido no período de 1964 (sobretudo a partir da Constituição Federal de 1967) a 1985, foi responsável pela imposição, em cascata, de uma estrutura política e administrativa de controle dos estados, dos municípios das capitais e de uma variada quantidade de outros municípios considerados pelo regime como de interesse da segurança nacional, alguns também integrantes de regiões metropolitanas (LOPES, 2006, p. 144).

Evidentemente que havia no cenário político brasileiro deste período a nítida preocupação com a integração do território nacional atendendo a proposta de modernização do país pautada na execução de obras de infraestruturas e rodovias, sistema elétrico e de informações, bem como outras medidas e ações, que segundo afirma Souza (2006, p. 32) “estavam atrelados ao jogo de interesses econômicos da industrialização”.

Para consolidar o processo de coerção simétrica¹⁵ apontado por Lopes (2006), era necessário a consolidação de uma superestrutura federal responsável pelo assessoramento técnico e financeiro do desenvolvimento urbano direcionado às RMs, daí a criação dos seguintes órgãos: o Banco Nacional da Habitação (BNH); Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU); Comissão Nacional de Política Urbana e Regiões Metropolitanas (CNPU), sucedida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU), além dos Fundos de Desenvolvimento Metropolitano.

A ascensão dos governos militares em 1964 ocasiona o reajuste da Amazônia ao padrão de acumulação do capital, haja vista que, as medidas institucionais adotadas por esses governos promoveram intensas reformulações nas leis e instituições brasileiras, consequentemente facilitando a apropriação privada de territórios e riquezas naturais concentradas, sobretudo no espaço amazônico.

¹⁵ A coerção simétrica, segundo destaca Lopes (2006), ocorreu nas décadas de 1970 e 1980 por meio da iniciativa, da vinculação institucional, da sustentação política e financeira e do repertório de ações metropolitanas empreendidas pelo governo federal.

Segundo Leal (2010) as medidas adotadas pelos militares podem ser sequencialmente enumeradas: a reforma do Estatuto Agrário – Estatuto da terra, reforma do Código Brasileiro de Mineração e a criação dos Incentivos Fiscais que tinham por objetivo viabilizar a concentração e expansão dos grandes grupos ou corporações do capital em busca da apropriação dos recursos naturais da região.

Nota-se que as consequências futuras, no que diz respeito à abertura de espaço legal para a ação de grupos privados sobre o patrimônio mínero-natural brasileiro, ocasionaria a exploração de recursos, via grandes projetos, imprimindo mudanças, tanto no aspecto econômico, quanto socioespacial.

Decorre desse momento, intensos conflitos fundiários deflagrados pela prática de concentração de terras por parte de latifundiários, fazendeiros, empresários e grandes corporações multinacionais; a favelização em larga escala; os desequilíbrios espaço-ambientais; os conflitos urbanos decorrentes da grande imigração fruto da desestruturação dos trabalhadores agrícolas e dos povos naturais (nativos) da região.

Esse esboço histórico pontua momentos memoráveis do processo de desenvolvimento capitalista na Amazônia acenando para a implantação de grandes projetos no território amazônico, a partir de diversos empreendimentos que se instalam na região e que são responsáveis pela incidência de problemas estruturais que traduzem, desde os primeiros momentos da década de 1950, as diversas manifestações da “questão social”¹⁶ no espaço amazônico.

A ocupação da Amazônia acompanha o movimento internacional de conflitos imperialistas pelos domínios de novos territórios que expressam a possibilidade necessária de acumulação capitalista, portanto, o período que vai do pós-segunda guerra mundial até 1964 apresenta, em termos políticos exógenos, “um processo de ajustamento da economia nacional às exigências da monopolização capitalista, melhor dizendo, à nova divisão internacional do trabalho” (RODRIGUES, 1996, p. 22).

Leal (2010) destaca que a necessidade de uma nova divisão internacional do trabalho é expressa pela ação de redistribuir internacionalmente o aparelho produtivo e a industrialização capitalista, buscando-se a superação das fronteiras tradicionais de produção e reprodução do capital, tendo em vista a massa de conhecimento social

¹⁶ Paulo Netto (2001), ao tratar a histórica relação entre capital e trabalho, pontua que a “questão social” nesta perspectiva teórico-analítica, não tem a ver com o desdobramento de problemas sociais que a ordem burguesa herdou ou com traços invariáveis da sociedade humana; tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital.

presente na produção após o conflito mundial no qual a produção científica e tecnológica é grandemente ampliada.

O período pós - Segunda Guerra Mundial caracteriza a hegemonia imperialista dos Estados Unidos e imprime a reorganização do sistema capitalista, redefinindo-se estratégias para a retomada da ordem produtiva do capital a partir de medidas políticas e econômicas que definem o projeto imperialista. Tais medidas se dão a nível internacional através das seguintes ações: 1) criação do Fundo Monetário Internacional – FMI, em 1944; 2) criação do Banco Mundial (Banco Internacional para reconstrução e desenvolvimento); 3) propagação político-ideológica de segurança nacional e desenvolvimento; dentre outras (LEAL, 2010).

Vale ressaltar que no período nacional-desenvolvimentista no Brasil (1945 – 1964), se almejava a industrialização e o desenvolvimento do país, tendo como principal parceira a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe), criada em 1948, tendo como objetivo subsidiar um modelo de desenvolvimento baseado na passagem necessária dos países ditos atrasados e/ou subdesenvolvidos, para um estágio moderno, através de uma industrialização que assumiria a mesma dinâmica dos processos ocorridos nos países que realizaram a Revolução Industrial e tecnológica (FIALHO NASCIMENTO, 2006).

Destaca-se que a partir da década de 1950 o Estado passa a integrar a Amazônia à economia nacional, através de um plano de desenvolvimento regional que oferecia suporte ao intuito de crescimento. Neste sentido, em 1951 foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA, o Banco de Crédito da Amazônia e o Instituto nacional de pesquisa na Amazônia (INPA).

Segundo afirma Rodrigues (1996), na segunda metade dos anos 1950, seria marcante a consolidação da feição de um modelo de desenvolvimento que balizaria a introdução da Amazônia no circuito das formas de acumulação propriamente capitalistas. Este processo ganha maior força em seguida com a ascensão dos governos militares ao poder, tendo em vista a “generosa contribuição” que os militares direcionam aos grandes grupos de capital estrangeiro e/ou nacionais, por via das reformulações aplicadas na legislação brasileira, tendo como meta “facilitar a livre apropriação e exploração privada de territórios e riquezas naturais que, na sua maior parte estavam na Amazônia”, tal como nos aponta Leal (1996, p. 19).

O estreitamento das relações entre o governo militar e o grande monopólio imperialista americano, articulava um grande fomento à expansão do capital a partir das fronteiras brasileiras, denotando, com isso, uma proposta de desenvolvimento subjugado aos mandos externos do capital monopolista.

Com a Operação Amazônia¹⁷ desponta no cenário político nacional a intenção de integração da região ao restante do país. Sob o *slogan* de que era preciso “*integrar para não entregar*”, o governo desenvolveu uma política de incentivos fiscais e creditícios que beneficiava quem quisesse atuar economicamente na região. Data desse período a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1966 (RODRIGUES, 1996).

Na década de 1970, é proposto o I Plano de Desenvolvimento da Amazônia – I PDA (1972-74), com fortes razões advindas do contexto político e econômico vivido à época com o Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND). Ainda neste período, conforme destaca Pinto (1994), o Estado brasileiro passa a facilitar um setor de grande valor na Amazônia (exploração mineral), sendo este, um dos setores que mais desperta o interesse do capital internacional.

Tal facilitação foi possibilitada pela adoção da Política de Incentivos Fiscais para a região, visando a inserção de investidores e empresas estrangeiras e nacionais que potencializassem a integração e o crescimento acelerado da região, sendo amplamente subsidiados pelo governo, que segundo mostra Pinto (2009), dava ao empresariado até 75% do valor investido na região para assegurar o estabelecimento de capitais naquele espaço.

Este período (1970) desponta como o momento de instalação e implantação de grandes projetos mínero-metalúrgicos, a partir de um conjunto de medidas adotadas pelos governos militares para aglutinar a região de infraestrutura básica (construção de estradas) de apoio aos projetos de desenvolvimento comandados pelo grande capital.

Na verdade, a propaganda do governo federal, em torno do projeto de colonização dirigida, serviu apenas para atrair uma imensa população migrante para a Amazônia. A partir de meados da década de 1970, o governo passou a realizar maciços investimentos públicos em megaprojetos de infraestrutura energética – Tucuruí, Balbina e Samuel – visando fornecer

¹⁷ Sobre a “Operação Amazônia” ver: Leal *apud* Fialho Nascimento (2006, p. 106-107), que trata com detalhes desta intervenção estatal.

energia barata para grandes projetos industriais fornecedores de bens intermediários¹⁸ (CARVALHO, 2001, p. 424).

É importante destacar que se criam nesse contexto as infraestruturas físicas e sociais necessárias ao pleno desenvolvimento produtivo do capital (HARVEY, 2006, p.130), algo característico do processo de avanço das fronteiras de expansão para maior acumulação capitalista dos espaços produtivos, tendo o poder público como principal fomentador deste processo, pois “a implantação concreta das rodovias alterou profundamente o padrão da circulação (capital e trabalho) e do povoamento regional” (BECKER, 1999, p. 139).

A consolidação da integração econômica da região amazônica, ao restante do país pelos governos militares, teve como referência os grandes projetos agropecuários, industriais e infraestruturais, considerando-se o processo de industrialização tardia ocorrido no Brasil, responsável por implantar o progresso técnico internacional, tendo em vista que o ápice da industrialização inglesa durou aproximadamente 10 anos (1820-1830) e as mesmas inovações industriais só foram incorporadas no processo produtivo brasileiro mais de 100 anos depois (1930 em diante).

Quanto à industrialização brasileira tardia, é importante considerar as particularidades de cada região quanto a sua inserção neste padrão produtivo industrial, pois os objetivos de integrar os diversos espaços regionais à economia nacional, de modo algum asseguraram a uniformidade produtiva do país, tendo em vista, não apenas, as características geográficas, econômicas, sociais e políticas de cada região, mas os processos históricos envolvendo o uso e ocupação do território pelo capital e trabalho.

Um exemplo marcante dessas características e processos foi qualitativamente sistematizado por Ianni (1978), ao desenvolver importante análise acerca da transformação sofrida pela terra que passa a ter valor de mercadoria na região amazônica a partir da década de 1960. Segundo o autor, as medidas adotadas pelo governo federal estavam diretamente relacionadas à etapa de novo desenvolvimento do

¹⁸ As infraestruturas energéticas enquadram-se no que previa o II Plano Nacional de Desenvolvimento que compreendia 15 polos de desenvolvimento para a região amazônica e privilegiava projetos de grande escala, intensivos em capitais e direcionados principalmente para os setores de mineração, extração de madeira, pecuária e produção de energia. Quanto ao último setor, o Plano Plurianual – PPA (1996-1999), chamado de Plano Brasil em Ação, sistematizado na primeira gestão do então presidente Fernando Henrique Cardoso, previa os seguintes projetos ligados ao setor elétrico no país: UHE Tucuruí II, UHE Samuel (Porto Velho – Rondônia), UHE Lajeado (Tocantins), UHE Serra Quebrada (fronteiras dos Estados Maranhão e Tocantins), Termelétrica Gás Natural de Urucu (Manaus), Linha de Transmissão de Guri (Interligação Brasil-Venezuela) e Linha de Transmissão de Tucuruí – Oeste do Pará (CARVALHO, 2001).

capitalismo no Brasil, que ocasionaram inúmeras modificações econômicas e políticas que engendraram novos arranjos e articulações sociais nas regiões com maior potencial de absorção de força de trabalho e/ou de expansão das fronteiras produtivas, pois:

[...] Ao mesmo tempo que cresceu o afluxo de trabalhadores rurais vindos de áreas rurais que se achavam em crise, cresceu o afluxo de empresários, ou seus prepostos, incentivados e favorecidos pelos governantes federais, estaduais e municipais. Cresceu a procura das terras boas para pastos e plantações. Cresceu a luta pela apropriação privada das terras devolutas, invadidas ou ocupadas. Do lado dos trabalhadores rurais, eles vinham tangidos pela crise das atividades agrícolas no estado do Nordeste; vinham em busca de terras para cultivar, numa área em que as terras eram devolutas, ou escassamente ocupadas. A sucessão das secas, em certas áreas do Nordeste, e as diversas formas de superexploração do trabalhador rural nessa região induziam esse trabalhador a buscar o Centro-Sul urbano e industrial e as áreas devolutas (ou escassamente ocupadas) da Amazônia (IANNI, 1978, p. 153).

A dinâmica de transformação da região amazônica, não instituiu, nesse período, modificações que pudessem estabelecer uma plena incorporação ao progresso técnico industrial. Ao longo da década de 1970, a Amazônia ainda mantinha seu padrão de crescimento sustentado na economia agroextrativista, considerando-se que a proposta de integração da região não assumia, necessariamente, as condições da industrialização e/ou modernização da produção, havendo, contudo, grande estímulo para que se formassem grandes empresas agropecuárias, extrativistas e mineradoras nas diversas áreas da região.

Entender as diversas modalidades existentes no urbano regional amazônico, em sua extensa e difusa realidade socioeconômica, é apreender o sentido histórico das diversas cidades a partir da afirmação de seus papéis que são considerados diferenciados na rede urbana e rural (hierarquizada), expressando um modelo territorial excludente, que em sua formação e desenvolvimento apresenta a segregação socioespacial como uma de suas principais características (JÚNIOR; CARVALHO; MOURA & NETO, 2009).

Durante a década de 1980 os padrões de crescimento das cidades brasileiras trouxeram inúmeras consequências socioespaciais diretamente ligadas à implementação de políticas de desenvolvimento econômico pelo governo central e também por governos locais.

A atual situação da extensa urbanização do território brasileiro condiz com o processo de metropolização que assume importância fundamental na disseminação da dinâmica de ocupação do solo, considerada altamente complexa e contraditória dentro do cenário nacional devido o desencadeamento do contínuo ciclo de institucionalização

de unidades regionais com diferentes contingentes populacionais, que passam a ser classificadas como áreas metropolitanas.

O alargamento dessas áreas revela um aspecto importante da dinâmica socioespacial brasileira, caracterizada não apenas pela ampla mobilidade e concentração demográfica a partir do crescimento espacial das áreas metropolitanas, como também pelas condições de reprodução social dos trabalhadores que residem ou passam a residir nestes espaços.

De acordo com Corrêa (2011, p. 121), as metrópoles atuais são produtos diretos da economia de mercado, surgidas ou não do processo de industrialização e da emergente sociedade estratificada e, portanto, “como tal, a metrópole moderna constitui-se em importante local de acumulação de capital e onde as condições para a reprodução da força de trabalho podem mais plenamente ser realizadas”. Neste caso, devem ser consideradas como expressões dos processos sociais que refletem as características essenciais da sociedade nas quais se constituem. As afirmações feitas pelo autor acerca dos pontos essenciais das regiões metropolitanas brasileiras não deixam de incluir as especificidades da Região Metropolitana de Belém (RMB).

É inegável, pois, o papel do governo federal à época sobre o domínio político do regime militar, para a constituição da Região Metropolitana de Belém. Vale destacar que no âmbito da criação da RMB há diversos interesses econômicos e políticos envolvidos no processo de integração da região Norte e Nordeste na dinâmica produtiva do país.

Na época de criação da RMB, o governo militar instituía inúmeras medidas governamentais que visavam à implantação dos grandes projetos na Amazônia e a integração econômica e política da região ao restante do país. Ao comentar as medidas adotadas pelo governo militar neste período, Diniz (s/d, p. 04), afirma que as ações do governo “possibilitaram a implementação de um novo modelo (econômico), escancarando a porta da Amazônia para o capital do Centro-Sul e transnacional”.

Nessas condições, a estrada de ferro Belém-Bragança que no período áureo do ciclo da borracha foi responsável pela interiorização do desenvolvimento no estado do Pará, foi desativada pelo governo militar na década de 1960, como iniciativa que dinamizava consideravelmente a acessibilidade ao estado e à região amazônica a partir da abertura da Rodovia Belém-Brasília, representando assim um avanço do capitalismo na região, pois,

A quem interessava, portanto, a desativação da Estrada de Ferro Belém-Bragança? Certamente ao novo modelo, ao grande capital que estava sendo implantado na Amazônia. A construção da Estrada Belém-Brasília, associada

à construção da Transamazônica dinamiza a implantação de grandes projetos na região voltados para a indústria e para a agropecuária. A SUDAM, o PIN, o INCRA, o BASA e outros instrumentos criados pela ditadura, além de repassarem recursos financeiros e concederem incentivos fiscais para a criação de infraestrutura e implementação dos grandes empreendimentos, executam a implantação dos grandes projetos com a alegação de contribuir para a formação de capital, introduzir modernas tecnologias e pagar a dívida externa (DINIZ, s/d, p. 3).

A política de incentivos fiscais patrocinada pelo governos militares e o modelo econômico implantado na região reconfiguram a dinâmica organizacional das cidades amazônicas, pois a acumulação em escala ampliada da força de trabalho e de capital requer a necessária reinvenção da relação de valor de uso dos espaços da cidade.

No processo de adensamento populacional provocado pela migração incentivada pelo governo, os espaços da cidade passam a assumir um valor de troca cada vez mais apropriado pelo capital privado ocasionando inúmeros conflitos urbanos que dão início à luta pela moradia em diversos espaços da cidade de Belém (entreposto comercial da região na época) e áreas adjacentes.

Havia, portanto a necessidade de estabelecer um padrão de urbanização para a cidade de Belém que oferecesse condições de absorver a grande demanda de capital e força de trabalho, tendo em vista a dinamização da economia urbana da cidade a partir da modernização conservadora implementada pelo governo na região, que não transforma o centro regional em uma cidade propriamente industrial, mas cria um padrão de desenvolvimento regional que prioriza a produção de bens primários para exportação (RODRIGUES, 1996).

A alusão ao padrão de desenvolvimento criado para região traz como consequência uma ampla mobilidade de trabalhadores que se direcionam aos diversos espaços da grande metrópole regional, visando melhores condições de vida e sobrevivência. Essa realidade pode ser percebida a partir da análise dos dados contidos na tabela 2, referente à variação populacional ocorrida em Belém durante as décadas de 1950 e 1970, período de maior efervescência de seu crescimento demográfico.

Tabela 2
Variação Populacional do Município de Belém (1950-1970)

1950	1960	1970
225.218	402.170	642.514

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1950-1996, apud Trindade JR, 1998.

Nestas condições a Região Metropolitana de Belém instituída pelo Governo Federal em 1973, possuía em sua composição dois municípios (Belém e Ananindeua), que permaneceram com esta formação até o ano de 1995, período em que foram integrados mais dois municípios (Marituba e Benevides) e, em 1996, o município de Santa Bárbara passou a fazer parte também da Região Metropolitana. O último município que passa a integrar a RM é o município de Santa Isabel em 2010¹⁹.

É fato que a RMB é considerada área depositária de grande contingente populacional devido os intensos fluxos migratórios constantes de outras regiões, como decorrência direta da expulsão dos trabalhadores do campo, que como alternativa de sobrevivência recorrem à vida nos grandes centros urbanos, confirmando o processo de mobilidade da classe trabalhadora em busca de melhores condições de vida.

No caso da capital paraense, no período pós - década de 1950, ocorre seu maior destaque no plano econômico, político-administrativo e social, além da intensa busca por novos espaços, pois a integração da força de trabalho neste emergente cenário produtivo implicava em uma necessária estruturação dos espaços urbanos de recepção desta demanda, tendo em vista o papel que Belém assume enquanto elemento de mediação entre as políticas de desenvolvimento pensadas para a região e a ressocialização da população migrante, força de trabalho característica desse tipo de fronteira econômica.

[...] Os investimentos em infraestrutura e serviços em Belém acabam por dar-lhe o título de metrópole, e essa metropolização, com a concentração dos serviços urbanos, deixa muitas cidades de porte inferior dependentes de sua estrutura urbana. Este fato torna-se indutor de uma atração populacional e permanência na cidade (COUTO, 2010, p.84).

¹⁹ A Lei Complementar Nº. 072 de 20 de Abril de 2010, publicada no DOE Nº 31.656, de 30/04/2010, estabelece normas e requisitos para incorporação do município de Santa Isabel à Região Metropolitana de Belém, alterando o conteúdo da Lei Complementar nº 027, de 19 de outubro de 1995.

Segundo Diniz (s/d, p. 08) a percepção do aumento considerável da dinâmica migratória em direção à RMB pode ser mais bem visualizada pelos dados demográficos disponibilizados pelo IBGE e IDESP (1990), que revelam um crescimento populacional exponencial na RMB entre 1950 e 1986, onde a população da RMB passou de 268.252 para 1.302.942 habitantes, representando um incremento de 385,5%.

O fluxo migratório regional ocorrido incisivamente na década de 1960 tem relação direta com os ajustamentos da economia nacional às exigências da monopolização capitalista, sendo determinante neste processo a inserção dos grandes projetos minero-metalúrgicos na região²⁰, que são responsáveis pelas inúmeras modificações socioeconômicas devido à reorganização dos espaços e o remanejamento inter-regional dos trabalhadores.

Leal (2010) assegura que a inserção destes projetos nas diversas áreas do território amazônico, ou mesmo em áreas específicas do estado do Pará, tem a ver com a histórica submissão da Amazônia aos saques de recursos naturais com o objetivo de redução de custos do capital e do processo de espraiamento das fronteiras de acumulação.

Longe, pois, de significar um polo irradiador de oportunidade e de melhoria na qualidade de vida dos brasileiros que geram riqueza, os projetos das mineradoras e dos fazendeiros difundidos por meio da retórica do desenvolvimento regional e da integração da Amazônia ao Brasil e ao mundo têm se expressado pela pauperização cada vez maior dos habitantes nativos e dos imigrantes, que iludidos pela propaganda de riqueza fácil, constituem bolsões de pobreza tornando o Estado paradoxalmente rico em recursos naturais e paupérrimo em geração de renda e emprego (CARDOSO, 2008, pp. 57-58).

Evidentemente que a massiva imigração dos trabalhadores em direção as áreas de localização dos grandes projetos ocorre com o objetivo de melhoria na qualidade de vida, no entanto, a realidade encontrada ao chegarem nestas áreas é dissonante ao desejo de reprodução social antes projetado, tendo em vista a escassez de oportunidades aos trabalhadores sem qualificação profissional e o grande contingente de força de trabalho

²⁰ No ano de 1980 é implantado na região amazônica o Programa Grande Carajás – PGC, situando-se em partes dos Estados do Maranhão, Pará e Tocantins, num total aproximado de 900.000 Km², correspondente a 11% do território nacional, e posteriormente, projetos e empresas como: Mineração do Norte / exploração de bauxita metalúrgica (Oriximiná, Noroeste do Estado do Pará); Projeto ALBRAS/ALUNORTE – produção de alumínio e alumina; Projeto Caulim (respectivamente instalados no município de Barcarena, leste do Estado do Pará); Projeto Ferro Carajás (Parauapebas, Sudeste do Estado do Pará); **Projeto Onça Puma – extração de ferro níquel (Ourilândia do Norte, Sudeste do Estado do Pará)**; e Hidroelétrica de Tucuruí - Sul do Estado do Pará (FIALHO NASCIMENTO, 2006, inclusão do autor).

já disponível, conseqüentemente ocasionando nova busca por oportunidade de sobrevivência em novos espaços metropolitanos.

Mesmo cidades metropolitanas situadas na região amazônica – a exemplo de Belém - não oferecem condições de absorver o grande contingente de força de trabalho disponível, principalmente ao considerar-se a histórica estrutura econômica do município, que ainda na década de 1970 sofre os reflexos da produção industrial inexpressiva, conforme assegura Rodrigues (1996), é consequência da hegemonia do centro-sul e do reduzido mercado regional, e da incipiente indústria que apenas assume a função de produzir para exportação e/ou servir de apoio para os grandes empreendimentos implantados no próprio estado do Pará.

O quadro econômico-industrial demonstrado pelo autor revela uma realidade contrária aos objetivos do desenvolvimento propagados pelo governo militar na época da inserção econômica da região amazônica no cenário produtivo nacional e internacional. Além do amplo impacto demográfico ocasionado pelas constantes e massivos fluxos de trabalhadores, há, segundo Rodrigues (1996, p. 103), a existência de um problema relacionado ao papel secundário da força de trabalho na economia, que tem como consequência, a situação de desemprego estrutural, agravada pela intensa concentração populacional ocorrida nas últimas décadas, impondo aos trabalhadores como alternativa de reprodução social a inserção no mercado de trabalho informal.

É fato que a RMB representava também neste período o principal ponto de escoamento da produção, sendo considerada enquanto centro político-administrativo regional, no entanto, conforme asseguram Lima & Paracampo (2010) o crescimento econômico atingido na época foi abaixo das necessidades de geração de emprego e renda, não permitindo, conseqüentemente o aumento de padrões de vida de grandes contingentes populacionais urbanos.

Em termos econômicos a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) da RMB, no período das décadas de 1980/1990, refletiu o quadro de dificuldades da economia brasileira, enquanto o PIB nacional cresceu apenas 1,8%, o PIB da RMB teve incremento anual em torno de 3%. Resultado decorrente de efeitos indiretos do crescimento econômico de outras áreas do estado do Pará, pois neste período a implantação dos grandes projetos minero-metalúrgicos já havia ocorrido, somando-se a exploração madeireira (LIMA & PARACAMPO, 2010).

A intensa migração dos trabalhadores em busca de sua reprodução social em outras cidades da região decorre dos impactos do processo de reestruturação produtiva que agrava o quadro de escassez dos postos de trabalho, situação responsável por direcionar grande quantidade de trabalhadores para os grandes centros urbanos, pois cidades como Belém e Manaus, são consideradas como concentradoras de empregos e serviços, funcionando, portanto, como polo de atração de população imigrante (LIMA & MOYSÉS, 2009).

[...] Com as políticas de integração nacional das décadas de 1950 e 1960, intensos fluxos migratórios e grandes empreendimentos agropecuários e industriais foram orquestrados e financiados na Amazônia pelo poder federal. As consequências, em termos de crescimento urbano e de impactos ambientais, foram significativas para a região de Belém a partir da década de 1970, determinando um modelo de desenvolvimento urbano consumidor de espaços naturais e gerador de uma segregação socioespacial de grande escala (CASTRO; FAURE, PROST, 2006, p. 179).

Percebe-se que o município de Belém sofreu neste período significativa concentração populacional, diretamente ligada aos fluxos migratórios intensos no sentido interior-capital e a fluxos de migrações interestaduais, caracterizando assim um grande avanço na sua urbe e o crescimento espacial de sua área para locais cada vez mais afastados do grande centro. Na Amazônia, uma das fronteiras urbanas que crescem com mais velocidade em todo o mundo, 80% do crescimento das cidades tem-se dado nas favelas, alheias aos serviços públicos e transportes municipais, pois nestas áreas tornam-se sinônimos “urbanização” e “favelização” (DAVIS, 2006, p. 27).

Na esteira do entendimento acerca do adensamento populacional da Região Metropolitana de Belém e de áreas próximas ao grande centro, como no caso do município de Ananindeua é necessário compreender não apenas o expressivo conteúdo do alargamento populacional ocorrido, mas as condições de reprodução social dos trabalhadores fixados nestes espaços, pois estes processos históricos são responsáveis por definir a trajetória destas cidades. Haja vista que,

Às famílias sem renda, migrantes de outras regiões do país e do interior do estado do Pará, restou a alternativa de ocupação, num movimento espontâneo, das chamadas “baixadas” existentes nos limites da área continental de Belém e, a partir da década de 1980, das franjas do município de Ananindeua (CARDOSO, 2008, p. 41).

Torna-se claro que a evolução do espaço urbano de Belém para áreas que compõe sua região metropolitana – especificamente o município de Ananindeua – caracteriza uma nítida situação de alta taxa de aglomeração que acentua inúmeros contrastes socioespaciais determinados pelas condições de vida e habitabilidade, revelados pelo alto percentual de domicílios carentes, sem infraestrutura e com precariedade de saneamento básico.

Os problemas urbanos comuns às cidades como Belém e Ananindeua decorrem de processos revelados pelo binômio centro/periferia, pela verticalização, pelos vazios urbanos reservados à especulação imobiliária e a exclusão e desigualdade socioespacial que historicamente são representações do quadro de reprodução social nestas cidades. A estes processos soma-se aquele que ocorre no interior da metrópole referente à lógica de segregação socioespacial, que coloca em posições opostas os que se beneficiam financeiramente dos investimentos estatais e da valorização imobiliária deles decorrentes, dos que vivem em situação de extrema degradação das condições de vida, com pouca opção de moradia e com precário acesso aos serviços públicos e à infraestrutura urbana (COUTO, 2010).

O processo anteriormente assinalado decorre das condições de ocupação dos espaços urbanos da cidade de Belém e municípios próximos, pois ao chegar à cidade o imigrante busca fixar-se nesses espaços pela facilidade de acesso, pelo baixo valor financeiro da terra, dado o interesse imediato do capital imobiliário, pela proximidade do grande centro comercial e de redes de serviços.

A partir de 1970 é marcante a expansão urbana da RMB, dinamizada fundamentalmente pelo crescimento vertical na primeira légua patrimonial, pela implantação de conjuntos habitacionais de baixa renda e pela ocupação de dezenas de áreas por população carente, utilizando como vetores de expansão o corredor Augusto Montenegro – em direção a Icoaraci – e a BR 316; em direção a Marituba e Município de Ananindeua (DINIZ, s/d, p. 07).

Dados do Censo IBGE (2010) demonstram que a RMB concentra 89% dos aglomerados subnormais²¹ existentes no estado do Pará, e reiteram que a ocupação destas é em geral resultante de processos espontâneos e sem regularização. A pesquisa

²¹A definição utilizada oficialmente pelo IBGE (2010) é de *aglomerados subnormais*, para designar locais como favelas, ocupações e comunidades com no mínimo 51 domicílios que podem ser barracos, casas ou outras moradias consideradas carentes.

também revela que na RMB há um total de 1.131.268 moradores vivendo em aglomerados subnormais, e que a maioria sofre com a falta ou inadequação de serviços públicos de qualidade, além de, em geral, estarem dispostas densa e “desordenadamente”, esse numero corresponde a 52% de toda a população da RMB (2.097.287 habitantes). Esta é a maior proporção de pessoas residentes em favelas entre todas as regiões metropolitanas do país.

O IBGE (2010) também indica que no total existem 248 aglomerados subnormais por todo o estado do Pará, distribuídas por 13 municípios. Em Belém e Ananindeua ocorrem as maiores concentrações – 101 e 62 favelas respectivamente – e em 75% dos domicílios a renda familiar é inferior a um salário mínimo e o valor do rendimento nominal mediano mensal é inferior a R\$ 240,00. Esses números demonstram as reais condições de vida dos trabalhadores concentrados nestas diversas áreas da RMB, submersos em um quadro de precariedade estrutural e ausência de serviços essenciais como esgotamento sanitário, saúde e abastecimento de água.

Nesses aglomerados vivem uma grande massa de trabalhadores imigrantes que fazem parte da grande explosão demográfica ocorrida nas principais cidades amazônicas desde a década de 1960, como consequência direta do movimento de superação das fronteiras tradicionais de produção e reprodução do capital, sempre acompanhado pela grande mobilidade da força de trabalho.

Segundo discorrem Castro; Faure & Prost (2006), ao longo das décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000, ocorre à ascensão demográfica do município de Ananindeua, considerado como segunda maior cidade do estado do Pará, e responsável por agregar em termos urbanos mais de 397.693 pessoas, passando de 74.051 habitantes em 1970 para 471.744 em 2010, conforme dados do Censo IBGE (2010).

O município tem uma extensão territorial de 190.502 km² e densidade demográfica de 2.477,56 hab/km², possui 125.800 domicílios particulares permanentes, destes 76.549 estão em aglomerados subnormais, isto é, 60,8% do total de domicílios particulares permanentes abrigando 288.611 habitantes ou 61,1% da população do município.

Ananindeua possui um Produto Interno Bruto, que é a soma de toda riqueza gerada no município, no valor de R\$ 2.844.676.000,00 (dois bilhões oitocentos e quarenta e quatro milhões seiscentos e setenta e seis mil reais) conforme IDESP (2010), de outro lado, sua população em grande maioria vive em condições de grande

vulnerabilidade social, posto que, 71,6% auferem renda entre zero e um salário mínimo, e destes 42,7% não tem rendimentos como vemos na tabela 3 abaixo.

Tabela 3
População com mais de 10 anos de idade segundo renda individual nominal mensal – Município de Ananindeua/PA

<i>CLASSES DE RENDA</i>	<i>PESSOAS</i>	<i>%</i>
Sem rendimento	168541	42,7
Até 1/2 salário mínimo	19576	5,0
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	94340	23,9
Mais de 1 a 2 salários mínimos	65174	16,5
Mais de 2 a 5 salários mínimos	34439	8,7
Mais de 5 a 10 salários mínimos	9568	2,4
Mais de 10 a 20 salários mínimos	2105	0,5
Mais de 20 salários mínimos	551	0,1
TOTAL	394.294	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Ainda segundo o Censo Demográfico de 2010, somente 36,2% dos domicílios particulares permanentes possuem rede geral de abastecimento de água, 40,3% dos domicílios com banheiro possuem esgotamento sanitário irregular em fossa rudimentar, vala, rios e lagos.

O município de Ananindeua é o segundo mais populoso do estado do Pará e o terceiro da Amazônia, situa-se ao norte da cidade de Belém. Segundo dados históricos datados de meados do século XIX seu maior adensamento populacional ocorreu por volta de 1960, a partir da construção da BR – 010, e (rodovia Belém – Brasília) da antiga estrada ferroviária Belém-Bragança.

A nomenclatura Ananindeua é de origem Tupi, sendo oficialmente incorporado à definição do município devido a grande quantidade de árvores denominadas “Anani”, árvore que produz a resina de cerol utilizada para lacrar as fendas das embarcações (LIMA, 2007).

Originalmente, Ananindeua pertencia à circunscrição de Belém. A partir da localização da estação da estrada de ferro Belém - Bragança seu povoamento passa a adquirir expressivo dinamismo, sendo reconhecido como Freguesia, e posteriormente, como distrito de Belém. Em 1938, por um Ato do Governo Estadual, é considerada

como Sede Distrital, pertencendo ao município de Santa Isabel, retornando ao patrimônio territorial de Belém.

Pelo Decreto-lei Estadual nº 4.505, de 30 de dezembro de 1943, promulgado pelo Interventor Federal Magalhães Barata o município de Ananindeua foi criado, acontecendo sua efetiva municipalização em 03 de janeiro de 1944, na ocasião para dirigir o novo município foi empossado o Prefeito Claudemiro Belém de Nazaré.

No mês de outubro de 1945, com a queda do regime ditatorial, foi nomeado como Prefeito de Ananindeua Fausto Augusto Batalha. Sua sede municipal foi reconhecida como cidade em 31 de dezembro de 1947, com a aprovação da Lei nº 62, que foi publicada no Diário Oficial do Estado, em 18 de janeiro de 1948 (ESTATÍSTICAS MUNICIPAIS, 2011).

Na década de 1950 o município de Ananindeua passa a assumir ao lado de Bragança, um papel de destaque na região, do ponto de vista econômico. Nesse período destacava-se a grande produção extrativista mineral e vegetal, com ênfase na extração de madeiras, argila (barro), pedra e areia. Na agricultura destacava-se a pimenta-do-reino, que representava a base econômica do município, que chegou a ser considerado o segundo maior produtor regional desta cultura. Somava-se à produção de pimenta-do-reino, o cultivo da mandioca, abacaxi, cana-de-açúcar, arroz e amendoim.

Em Ananindeua a diversão e o lazer eram realizados aos finais de semana em casas de família e barracões cobertos de palha *ubussú*, sendo muito comum na época junina os cordões de pássaros e bois-bumbás. O lazer no município ocorria por meio dos constantes banhos de igarapés com água das fontes e mananciais espalhados pelo município, tendo ainda como suporte os campeonatos de futebol não profissional, comumente chamados de futebol “pelada” (DINIZ & SCALON, 1990).

O setor industrial em Ananindeua era formado por dezoito olarias, cinco serrarias, uma fábrica de papel, um matadouro, uma fábrica de calçados, uma fábrica de ração balanceada, uma fábrica de adubos e o Cortume Maguari, que na década de 1950 chegou a ser considerada uma das principais indústrias no ramo de curtimento de couros do Norte do país (FASE, 1991).

Tabela 4

Distritos Industriais da RMB: Nº de Unidades Industriais

Distritos	Ano de Implantação	Número de Empresas (1994)	Número de Empresas (1997)
Ananindeua	1979	33	21
Icoaraci	1980	25	17

Fonte: Trindade JR., (1998).

A princípio, o município foi criado com o objetivo de atender as necessidades da demanda móvel da força de trabalho dispersas das áreas centrais e comerciais de Belém, sendo considerada inclusive como “cidade dormitório”, tendo em vista o grande fluxo de trabalhadores que realizavam suas atividades laborais no centro comercial de Belém retornando ao fim do dia para as diversas áreas do município de Ananindeua.

Localiza-se ao longo da Rodovia BR-316, com área aproximada de 485 km², pertence à mesorregião e a microrregião de Belém, limitando-se ao Norte, Sul e Oeste com o município de Belém, existindo uma estreita relação político-administrativa e econômica entre ambos.

Integrando a Região Metropolitana de Belém (RMB) o município de Ananindeua unido por cornubação ao município da capital, com ele se confunde, em virtude de seus limites, recentemente oficializados²², após inúmeras controvérsias, e seus moradores dividem entre os dois municípios suas atividades de trabalho, estudo, lazer, compras e serviços. Sem possuir uma infraestrutura de apoio, Ananindeua vem sofrendo as consequências do crescimento rápido e desordenado da metrópole e de seus projetos de urbanização de áreas carentes e alagadas, que passaram a deslocar a migração da pobreza (LIMA, 2007, p. 38).

Corrêa (2011) chama a atenção para um processo existente no ambiente metropolitano brasileiro que segundo o autor tem como característica ser um espaço complexo, fragmentado e articulado que reflete o quadro de descentralização da

²²Em 02 de Outubro de 1991, é celebrado o protocolo de definição dos limites político-territoriais dos municípios de Belém e Ananindeua. O acordo altera definição estabelecida pela Lei Estadual nº. 158, de 31/12/1948, utilizando-se como embasamento jurídico a existência de áreas conurbadas entre os municípios, o que ocasionaria às populações residentes nestas áreas diversas consequências negativas e prejuízos de ordem fiscal, não deixando de causar prejuízos aos Erários. É válido ressaltar que apesar da definição dos limites político-territoriais fixada entre os municípios, atualmente a população do bairro Una sofre ainda as consequências dessa indefinição, tendo em vista que sua área não consta nesse acordo.

metrópole, enquanto processo diretamente associado ao crescimento da cidade com o intuito de ocupar novas áreas de grande rentabilidade para o Capital, por meio do aumento da acessibilidade para outras frentes de acumulação viabilizadas pelo desenvolvimento dos meios de transporte e infraestrutura.

Ananindeua por ser um município conurbado com a metrópole passa a assumir esta divisão territorial de funções a partir do grande adensamento populacional ocorrido em Belém, que culminou com a necessidade de descentralização das funções consumidoras do espaço que definem novas relações comerciais e de serviços com o núcleo central metropolitano.

O mapa imagem a baixo retrata o município de Ananindeua a partir da delimitação de suas áreas e bairros, sendo possível identificar a dimensão de sua extensão territorial (rural e urbana), onde a identificação do limite de bairro n°. 23 representa a área rural do município e as demais, a área urbana.

Figura 2 – Mapa imagem município de Ananindeua (área rural e urbana)



Fonte: Wikipédia (2009).

O Atlas do Desenvolvimento Humano – PNUD (2009), apontam que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM de Ananindeua figura em 0,782. Tal índice corresponde às variáveis (longevidade, educação e renda), e a variação do índice se estabelece entre 0 (nenhum desenvolvimento humano) e 1 (desenvolvimento humano total).

Apesar dos dados da PNUD (2009), demonstrarem um IDHM elevado acerca da situação de Ananindeua, o número apresentado entra em contraste com os dados do Mapa da Pobreza e Desigualdade – Municípios Brasileiros (2009) que apontam um percentual de incidência de pobreza de 43,01%, caracterizando a situação de diferenciação de renda, acesso aos serviços públicos e infraestrutura existente no município.

Segundo dados do Atlas de Abastecimento Urbano de Água – ANA (2010), em Ananindeua o sistema de abastecimento de água precisaria até 2015, o que implica em investimentos na cifra de 170 milhões, tendo em vista as condições de adensamento populacional e o conseqüente agravamento dos problemas sociais relacionados ao fenômeno.

É evidente que a expansão do município de Ananindeua a partir do processo de metropolização ocorrido desde a década de 1970 não segue uma linha de uniformidade na composição de seu espaço, mas ao contrário, reproduz sistematicamente a dinâmica de divisão social desenhada a partir da crescente adequação de espaços antigos e/ou de novos para o incremento populacional verificado neste período, elevando sobremaneira o *déficit* habitacional, dada a omissão do poder público nestas áreas.

Há que se considerar, no entanto, que tais processos segundo afirma Castro (2006), estão diretamente relacionados com a intensificação da dinâmica regional ocorrida nas décadas de 1970 e 1980, mostrando-se enquanto resultados do confronto social de modelos diversos de apropriação do espaço, que estabelecem neste domínio a ampla disputa em prol do desejo de adquirir um lugar na cidade.

A ampla desigualdade socioespacial, agravada pelo adensamento populacional do município de Ananindeua, demonstra um semblante palpável e peculiar da ampla desigualdade imposta pela dinâmica de expansão das áreas de fronteiras que expulsam os trabalhadores de suas terras desapropriando-os do uso dos recursos que antes garantiam sobrevivência ao grupo familiar, obrigando-os a migrar para os espaços urbanos dos grandes centros, pequenas e médias cidades da região.

Os efeitos desse processo são consideravelmente nocivos se comparados à realidade vivenciada até então por esses sujeitos em suas antigas áreas de sobrevivência no campo, pois os espaços de reprodução existentes nas cidades dispõem de mínimas condições de oferta de serviços básicos e essenciais, o desemprego, e os baixos salários pagos pela venda da força de trabalho expressam um quadro de maior pauperização desses imigrantes que adensam os diversos espaços precários das cidades amazônicas.

Ananindeua apesar de ser considerada área conurbada à metrópole Belém e possuir o *status* de segundo maior município do Estado não se diferencia das relações de contradição entre capital e trabalho ocorridas no âmbito dos outros 143 municípios existentes no Estado do Pará, ao contrário, por estar imbricada à capital os conflitos decorrentes da grande mobilidade do trabalho, associados à grande concentração das

relações de mercado, ocasionam a precarização da força de trabalho cada vez mais excluída dos postos de trabalho.

Essa realidade engendra o município num papel socioeconômico importante dentro da metropolização ocorrida a partir da década de 1970, pois sua disposição à absorção da grande demanda de força de trabalho imigrante nos limites de seu território tornam crescentes as novas áreas de ocupação espontânea, consideradas espaços urbanos com os maiores índices de insuficiência na atuação do Estado e das políticas públicas responsáveis pela garantia da cidadania.

2.3. REALIDADE PERIURBANA NA AMAZÔNIA: AFINAL DO QUE SE TRATA?

O debate acirrado acerca do efetivo entendimento dos dilemas e conflitos relacionados às dimensões regionais e territoriais do país vem ocorrendo com maior frequência no período pós década de 1990, momento em que se afirmam instâncias legais que discutem de modo jurídico-institucional à problemática das cidades (Ministério das Cidades, Estatuto das Cidades e Política Nacional de Desenvolvimento Urbano) visando dar conta da compreensão dos reais processos ocorridos na histórica ocupação do território rural e urbano no Brasil e especificamente na região amazônica.

No âmbito destas discussões merece destaque o aprofundamento da compreensão acerca das diferentes formas de produção dos espaços urbanos e rurais existentes nos municípios brasileiros com maior ênfase para a Amazônia e para o Nordeste, tendo em vista que nestas áreas ocorrem problemas urbanos específicos e peculiares aos modos de vida existentes, técnicas que são próprias de manejo dos recursos naturais, os saberes coletivos oriundos das diversas manifestações étnico-culturais e relações sociais características da reciprocidade cotidianamente vivenciada pelo homem com os ecossistemas.

Nesse quadro a importância de discutir as especificidades do tema principalmente quando visualizado a partir das condicionalidades das regiões anteriormente apontadas, se enquadraria como um desafio de realizar uma análise não segmentada, tal como defende Castro (2006), mas de entender esse processo enquanto parte inseparável da dinâmica territorial que definitivamente não possui somente uma

face urbana, tendo em vista que a formação dos espaços urbanos historicamente tem nas estruturas rurais sua gênese.

O processo de formação dos espaços na Amazônia teria como fio condutor um emblemático quadro de desenvolvimento histórico de luta pela terra no processo de ocupação das diversas áreas existentes na região, onde o incremento de determinado território está envolto em distintas formas sociais do uso da terra e em seu significado social que necessariamente delega à terra um sentido de produto da relação social, conforme defendia Ianni (1978), ao desenvolver importantes considerações sobre a formação do espaço, território e produção do homem em uma área específica da Amazônia situada no sul do Estado do Pará.

Singer (1981) entende que a relação entre cidade (urbano) e campo (rural) constitui dos modos distintos de organização da vida social, pois a cidade para existir precisa realizar o domínio sobre o campo, haja vista que para permanecer, a cidade precisa do campo e por outro lado o espaço rural só depende da cidade devido o grau de especialização das atividades que nesta se desenvolvem, a saber: os bens e serviços, e a dinamicidade da circulação de capitais.

Percebe-se que historicamente há um desenvolvimento entrelaçado entre os espaços rurais e urbanos, e que atualmente essa dinâmica de relações recíprocas ultrapassa os esquemas simplórios da distinção meramente ecológico-demográfica que dava conta da diferenciação do que seria rural e urbano apenas pelo tamanho da população e/ou densidade demográfica, ou através do nível de desenvolvimento de determinado espaço.

Segundo afirma Miranda (2010), é preciso considerar que o desafio existente no exercício do entendimento da interface rural-urbano, requer a avaliação das inúmeras diversidades e processos econômicos, políticos e sociais ocorridos na trama das relações socioeconômicas e culturais estabelecidas entre as cidades e territórios, pois,

Na medida em que a urbanização se expande e assume uma forma cada vez mais espraiada, e em alguns casos descontínuas, as áreas de transição urbano-rural tornam-se objetos de interesses diversos e de conflitos cada vez maiores. Essas áreas concentram um grande estoque de terras, mananciais, matas, a produção rural e o transbordamento dos conflitos urbanos expressos, principalmente, na produção da moradia (MIRANDA, 2010, p. 06).

Esse espraiamento e expansão da malha urbana e os interesses envolvidos nesse processo tem sido cada vez mais regulares na região amazônica, pois há um contínuo fluxo migratório inter-regional, sobretudo de trabalhadores rurais que comercializam suas terras para morar na cidade. Onde conforme asseguram Alonso & Castro (2006, p. 191), essa situação é determinada pela aceleração do “processo de concentração fundiária pelos pecuaristas (fazendeiros), comerciantes e políticos da região” que se beneficiaram da política de créditos por parte do Governo federal, bem como dos incentivos dos governos locais quanto à regularização de novos espaços urbanos através do loteamento de novas áreas.

A ocupação das áreas urbanas disponibilizadas pelo governo local na região foi responsável por gerar divisões socioespaciais materializadas no espaço físico-territorial a partir da ideia de áreas rurais e urbanas que se formam culturalmente na concepção dos próprios sujeitos do espaço. Evidentemente que esse processo está diretamente relacionado com a existência de uma dinâmica sócio-política responsável por disseminar a diferenciação existente e reproduzida no âmbito das relações locais.

Uma descrição notória do processo de diferenciação entre o rural e urbano na região amazônica é feita por Sá; Costa e Tavares (2006), quando expõem de modo claro as representações identificadas pelas falas dos próprios sujeitos pertencentes à área situada no Oeste paraense – cidade de Santarém, esboçando a cristalização das representações constatadas por aqueles que são os verdadeiros partícipes da construção do território, nestas condições destacam que na visão destes:

[...] O rural passou a ser associado a uma forma de vida com contato direto com a natureza, áreas espaçosas, vida simples, de paz, tranquilidade, liberdade, conforto, paraíso, aconchego, valorização do trabalho, trocas positivas, lugar do trabalho coletivo, lugar da organização comunitária. Ao urbano foram associadas ideias de realização plena, de progresso, de saber, de formas avançadas de comunicação, de prestação de serviços – saúde e educação, lugar de venda de produtos diversos (comercialização/consumo), de abastecimento de outros bens, mas também de falta de liberdade, de excessiva padronização e aglomeração (vida imprensada e comprimida), lugar de difícil organização comunitária (SÁ; COSTA & TAVARES 2006, p. 149).

O entendimento acerca do conteúdo ideológico da sociedade capitalista pode ser visivelmente percebido através das definições expostas pelas autoras, pois a percepção apresentada sobre os espaços rurais e urbanos contidos num mesmo território demonstram que as áreas rurais ainda são consideradas cadeias produtivas que tem por finalidade o

fornecimento de produtos responsáveis por subsidiar a sobrevivência imediata dos cidadãos. Por outro lado, a cidade é considerada entreposto de troca, nestas condições, atua como responsável pelo fornecimento de bens e serviços inexistentes nas áreas rurais, o que assinala uma intensa relação de trocas materiais e subjetivas entre os espaços.

É preciso considerar ainda que no caso da região amazônica as áreas rurais que possuem aproximação com as zonas urbanas enfrentam problemas socioeconômicos que são acentuados pela perceptível ausência de serviços básicos e essenciais. Situação não condizente com a realidade dos grandes centros urbanos que apesar de apresentarem *déficits* de oferta de bens e serviços necessários ao bem-estar da população, oferecem minimamente condições para que o acesso às políticas públicas seja alcançado pelas demandas por meio da integração político-administrativa existente.

3. DO CONJUNTO HABITACIONAL CIDADE NOVA AO CONJUNTO PARQUE MODELO II: PROCESSO DE OCUPAÇÃO E LUTAS SOCIAIS LOCAIS

3.1. SURGIMENTO DO CONJUNTO HABITACIONAL CIDADE NOVA E OCUPAÇÃO DO PAAR

No entendimento da dinâmica de ocupação do município de Ananindeua há uma necessária ligação entre o expressivo crescimento populacional do município no período pós década de 1960 e o avanço das fronteiras econômicas do Capital na região, tendo em vista que neste quadro alocam-se dois processos: o grande contingente de trabalhadores rurais que “obrigados” a deixar suas terras procuram espaços de sobrevivência nas grandes cidades; e, a existência de trabalhadores urbanos à procura de terra para fixar moradia e realizar sua reprodução ou sobrevivência.

Há também que se considerar que a produção do espaço em Belém acompanha a dinâmica capitalista engendrada nas demais cidades metropolitanas do país, e, no caso específico da região amazônica, impõe uma nova lógica de produção do espaço regional patrocinada pela política de incentivos fiscais do governo federal, responsável pela atração de grande quantidade de trabalhadores para os diversos espaços das principais cidades amazônicas.

É fato que a intensificação da ocupação de Belém vem a reboque das inúmeras alternativas de moradia da população em áreas isoladas e longínquas, a exemplo dos grandes quarteirões com aberturas de vilas e passagens, das ocupações dos terrenos de cotas mais baixas (baixadas), além da ocupação e ultrapassagem de áreas do cinturão institucional²³ (TRINDADE Jr., 1998).

Percebe-se que o crescimento contínuo da cidade de Belém em direção as novas áreas ocorre enquanto consequência do desenvolvimento da urbanização capitalista na região, que segundo afirma Rodrigues (1998), mostra-se compatível com os processos verificados nas periferias das diversas regiões metropolitanas, situações em que se exacerba a função habitacional dos espaços, decorrendo, portanto, desta importante condição o crescimento da procura por habitação e moradia, seguida da tentativa de inserção no mercado de trabalho dentro da cidade de Belém e áreas adjacentes, onde o desenvolvimento espacial obedece à lógica do modo de produção vigente.

A cidade enquanto construção humana, produto social, trabalho materializado, apresenta-se enquanto formas de ocupações. O modo de ocupação de determinado lugar da cidade se dá a partir da necessidade de realização de determinada ação, seja de produzir, consumir, habitar ou viver (CARLOS, 2011, p. 45).

As formas de ocupações apontadas pela autora possuem relação direta com a reprodução da lógica do capital através das intervenções da especulação imobiliária que reduzem a disponibilidade de terras também no espaço urbano de Belém, ocasionando a necessidade de espraiamento da cidade, através do crescimento populacional que pode ser claramente identificado quando analisados os números referentes à evolução populacional de Belém e de sua Região Metropolitana nos anos de 1950 a 1980. Conforme dados do IBGE (1960, 1970 e 1980) há um crescimento populacional na capital de 96,6% no ano de 1970, sofrendo queda na década posterior 93,4%, período de maior crescimento demográfico de áreas mais distantes do centro da cidade.

²³As áreas denominadas de cinturão institucional dizem respeito aos espaços institucionais pertencentes ao governo federal e estadual, dentre as quais pode se elencar: os centros de pesquisas e instituições educacionais; áreas militares; áreas de serviços de utilidade pública; áreas destinadas a atividades recreativas e de lazer; áreas de preservação para reservatório de água; área de reserva para desenvolvimento futuro e centros administrativos do Estado. Conforme descrição feita por Trindade Jr., (1998).

Tabela 5
Evolução populacional na Região Metropolitana de Belém (1960 /1980)

ANO	POPULAÇÃO		
	BELÉM	ANANINDEUA	RMB
1960	402.170	20.478	422.648
1970	633.374	22.257	655.901
1980	933.287	65.878	999.165

Fonte: IBGE – Censos demográficos – Anuários estatísticos do Brasil (1960 / 1980).

Nota-se que a evolução demográfica da RMB nos períodos apontados pelos Censos demográficos demonstra o dinamismo do município de Ananindeua, sobretudo, nas décadas de 1970 e 1980, onde segundo Rodrigues (1998, p. 145), “a taxa anual de crescimento de sua população chega a 11,4%”.

Trindade Jr (1998) afirma que a partir da década de 1970 com a ultrapassagem do “cinturão institucional” a malha urbana de Belém se expande consideravelmente para áreas consideradas distantes da Primeira Léguas Patrimonial²⁴ do município, especificamente para Rodovia Augusto Montenegro (eixo Belém-Icoaraci), BR-316 e Estrada do Coqueiro (eixo Belém-Ananindeua).

O município de Ananindeua na década de 1960 era considerado área com características agro-urbanas, tendo em vista a grande dimensão rural existente, e que posteriormente sofreria intensas modificações devido à instalação dos conjuntos habitacionais, das ocupações populares, além dos inúmeros empreendimentos industriais e comerciais (SANTOS; DINIZ & SCALON, 1990).

Ocorre que a implantação do Conjunto Cidade Nova no povoado do Coqueiro modifica a base rural de parte expressiva da área do município de Ananindeua - antes

²⁴ Quanto à definição da Primeira Léguas Patrimonial, considera-se área de terra com aproximadamente 4.110ha, que constituiu o patrimônio fundiário inicial da municipalidade – o chamado “rossio” -, doado pela Coroa Portuguesa em 1627. Obedece a um traçado de uma légua contada a partir do marco de fundação da cidade, o Forte do Presépio (Forte do Castelo) que foi demarcada no início do século XVII. Atualmente essa área corresponde à parte mais densamente construída e valorizada de todo o espaço metropolitano, sendo igualmente, a área onde está localizada a maior parte dos bairros oficialmente reconhecidos. Trindade Jr. (1998), ao discutir a importância da primeira légua patrimonial, relata que esta se caracteriza pela predominância do uso residencial do solo e pela concentração, no âmbito regional e metropolitano, do comércio em geral, do comércio especializado e de alguns subcentros de bairros com importância significativa, tendo os principais equipamentos de interesse coletivo concentrados nessa área.

possuía uso rural-produtivo devido a grande quantidade de propriedades rurais (retiros, sítios e granjas) – transformando-o em espaço urbano-habitacional voltado para o consumo coletivo (RODRIGUES, 1998). Considera-se, portanto, que a ação de implantação do Conjunto no município foi responsável pela transformação física do sítio da área que a partir da década de 1970 sofre um intenso processo de transição rural-urbano.

Nestas condições, o Conjunto Cidade Nova deve ser compreendido enquanto complexo habitacional viabilizado através da Companhia de Habitação do Estado do Pará – COHAB/PA, na década de 1970. Neste período, chegou a ser considerado o maior conglomerado habitacional planejado do Pará, seu desenvolvimento segue a lógica da manutenção da hegemonia política do Regime Militar que no período pós década de 1968 engendra um modelo de política habitacional popular através do Banco Nacional de Habitação – BNH, utilizando como parâmetro o Plano Nacional de Habitação Popular – PLANHAP²⁵.

Considerando-se que a área disponível pela COHAB-Pará no Cidade Nova alcança 10.589.462,01m², e tomando-se por base a média de 377,8m² correspondente à relação entre projeto urbanístico/unidades habitacionais, estima-se a possibilidade de construção de 28.030 casas, e, assim, a aglomeração de 138.468 pessoas, caso se continue com o padrão de construção horizontal adotado. Em termos comparativos a dimensão territorial, do Cidade Nova supera em 38% o tamanho do maior bairro de Belém, o Souza, que segundo a CODEM, mede 7.668,00m² (RODRIGUES, 1998, p. 148).

No caso do Conjunto Cidade Nova sua ocupação está diretamente ligada aos novos vetores de expansão urbana que reafirmam a tendência de crescimento da área urbana na RMB, sendo importante destacar que no caso dos investimentos realizados pela COHAB/PA na área, um dos condicionantes de execução dos projetos de habitação popular propostos pelo BNH direcionados para o município de Ananindeua, teria como fator primordial o valor do preço da terra que à época apresentava valores mais acessíveis no conjunto da RMB (TRINDADE Jr., 1998).

²⁵ Conforme assegura Rodrigues (1998), o objetivo principal do PLANHAP à época de sua institucionalização no ano de 1973 era amenizar as desigualdades sociais existentes, através do acesso à propriedade imobiliária urbana, no entanto, as medidas adotadas contraditoriamente possuíam outro viés: satisfaziam os interesses dos grupos econômicos ligados à construção civil e dos agentes do mercado imobiliário.

Trindade Jr. (1998), chama atenção para um paradoxo existente nos mecanismos de escolha adotados pela COHAB/PA quanto à aquisição de terrenos para construção dos conjuntos habitacionais nas periferias distantes, pois embora os terrenos afastados da primeira légua patrimonial fossem considerados com preços acessíveis, inevitavelmente os custos com investimentos em infraestrutura e equipamentos comunitários teriam valores elevados devido à ausência expressiva da disponibilidade destes serviços nestas áreas, embora a instituição defendesse que supostamente o custo das obras seria mais rentável.

Evidentemente que o discurso de redução dos custos na realização das obras dos conjuntos habitacionais não pode ser tomado como principal justificativa para a implementação dos projetos, tendo em vista que a construção de conjuntos habitacionais, bem como as ações de remoção populacional propostas pela política habitacional possui estreita relação com o objetivo de expulsão da população das áreas destinadas à especulação imobiliária para periferia distante do grande centro.

Rodrigues (1998, p. 196) ao discutir o processo de desconcentração populacional de Belém para periferia distante da primeira légua patrimonial, revela que no seu estudo sobre o Conjunto Cidade Nova 71,4% das pessoas pesquisadas moradoras do Conjunto, teriam como moradia anterior o distrito de Belém que desponta como lugar predominante, seguido de Ananindeua (23,6%), outros municípios do Pará (33,6%) e fora do Estado (1,4%). A autora identifica ainda, que os números referentes à quantidade de antigos moradores das áreas de Belém demonstram que nos últimos anos tem aumentado o potencial freador da migração para Belém.

Corrêa (2011) afirma que a descentralização das áreas consideradas de grande importância política e econômica (centros regionais) tem a ver com a reprodução interna da expansão capitalista verificada atualmente em escala global, pois a necessidade de descongestionamento do sistema de transporte e comunicação, a dificuldade de obtenção de espaços para expansão devido às restrições ao uso e valor da terra, e o crescimento demográfico e espacial da cidade condicionam a necessidade de adequação de novas áreas limítrofes à área central, responsáveis pela garantia de reprodução do capital e da força de trabalho.

Abelém (1992) ao observar esse processo cada vez mais recorrente no espaço urbano regional amazônico, identifica uma contínua desconcentração demográfica e

espacial ocorrida no cenário regional principalmente a partir da década de 1960, acentuando que:

Embora a população urbana regional continue concentrada nas capitais estaduais (64,3% em 1980), principalmente em Belém e Manaus (53,8% da população das capitais regionais), outras localidades de porte pequeno e médio apresentam um acelerado ritmo de crescimento, superior inclusive ao das capitais, como é o caso, entre outros, de Marabá, Ananindeua, Santarém, Altamira, Ariquemes e Ji-Paraná. Há, portanto, uma dispersão concentrada, evidenciando a tendência da população amazônica a se aglomerar cada vez mais em uma fração cada vez menor de seu território (ABELÉM, 1992, pp. 04-05).

A autora aponta ainda que esta dinâmica é responsável por apresentar inúmeras alterações na constituição da rede urbana na Amazônia, pois o espaço urbano a partir desta lógica é continuamente organizado e desorganizado, tendo o Estado como responsável pelos investimentos produtivos e infraestruturais funcionais à expansão das fronteiras do espaço global do capital.

Em Ananindeua, o processo de dispersão concentrada a partir dos índices elevados de adensamento populacional e espraiamento demográfico e espacial do Conjunto Cidade Nova, tem como foco o conjunto PAAR²⁶ (Pará, Amazonas, Acre e Rondônia), que inicialmente surge como parte da estratégia de ordenamento da periferia, no entanto, em sua fase final o conjunto habitacional foi amplamente ocupado, e durante muitos anos chegou a ser considerado enquanto a maior área de ocupação do país e da América Latina.

A lógica de ocupação dessa área, resultou não só no espraiamento dos assentamentos, como também num quadro urbano construído de maneira caótica, com uma malha urbana única, porém descontínua e fragmentada. As áreas de ocupação estão, em sua maioria, dispostas em torno dos conjuntos residenciais e núcleos urbanos. Cerca de 90% das ocupações realizadas a partir da década de oitenta no espaço metropolitano se situam nessa área, ratificando a tendência de suburbanização do processo de periferização, que no primeiro momento da metropolização se verificou nas áreas de baixadas da Primeira Léngua Patrimonial (Trindade Jr. 1998, p. 141).

Segundo Barros (2007), as terras do Conjunto PAAR faziam parte do Curtume do Maguari, sendo posteriormente adquiridas pela COHAB/PA em meados de 1989,

²⁶ O Conjunto PAAR tem aproximadamente 1.804.200 m², situa-se a Nordeste do Estado do Pará, às margens da BR-316 e abrange uma área territorial de 185 km². Dados disponíveis no site da ONG Arca de Noé: <http://socialarcadenoe.org>

tendo em vista o objetivo de construção de um novo conjunto habitacional denominado “Guajarazão”, financiado pela Caixa Econômica Federal (CAIXA). O projeto do conjunto habitacional seguiria o mesmo padrão de construções de casas populares realizadas anteriormente, nos Conjuntos Cidade Nova e Guajará.

No final dos anos 80, a área do PAAR foi demarcada para a construção de um grande conjunto residencial com 4.289 unidades habitacionais além de equipamentos de uso comunitário. A área do Conjunto a partir de uma observação aérea feita pelos técnicos da COHAB/PA teria a configuração geográfica dos Estados do Pará, Amazonas, Acre e Rondônia.

Alves (1997) revela que a principal proposta do Projeto para a implantação do Conjunto PAAR elaborado em maio de 1990, era inserir a população alvo assegurando-lhes a participação desde a escolha do padrão habitacional, bem como o acompanhamento de sua construção. Neste sentido, a construção desde Conjunto fazia parte de uma nova proposta que vinha sendo adotada pela CAIXA, onde o mutuário poderia participar de todas as etapas do planejamento de conjuntos destinados à moradia, desde a fase inicial até o momento de recebimento do imóvel.

Com base em informações coletadas junto aos técnicos da COHAB/PA responsáveis pela operacionalização do projeto no conjunto, Barros (2007), destaca que no primeiro momento da elaboração do projeto PAAR, foram liberados recursos pela CAIXA para a implantação de infraestrutura (limpeza da área, terraplenagem, rede de drenagem, pavimentação, rede de água e esgotos, meio-fio, posteamento e sistema de energia elétrica e loteamento), além de equipamentos de uso comunitários, tais como: escolas, creches, postos de saúde e outros.

No período que antecede o momento da ocupação do conjunto por cerca de seis mil famílias em setembro de 1990, já haviam sido realizados investimentos em diversos equipamentos comunitários e infraestrutura, embora haja divergências acerca dos percentuais de infraestrutura construída que variam entre 65% a 80%, conforme imprecisão de dados contidos nos documentos da COHAB/PA, que tratam da implantação do conjunto (BARROS, 2007).

Outra questão que norteia o processo de ocupação do PAAR diz respeito ao repasse de recursos financeiros do Governo Federal para o término das obras no conjunto que ocorriam de acordo com as parcelas liberadas pela CAIXA para a continuidade das obras. Sobre este processo Alves (1997, p. 98), afirma que “a invasão do Conjunto PAAR

reflete a crise do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e a precariedade no repasse financeiro do Governo Federal à Política Habitacional”, fato que segundo a autora associa-se diretamente ao afastamento e/ou diminuição das funções do Estado enquanto provedor dos serviços básicos de consumo coletivos, o que foi determinante para a ocorrência das ocupações, muito presentes nas décadas de 1980 e 1990.

Conforme assegura Barros (2007), a ocupação do conjunto PAAR ocorre a partir da área do canteiro central, próxima ao Conjunto Icuí-Guajará, sendo planejada por lideranças comunitárias, a ação não atingiu um ordenamento na ocupação do espaço, tendo em vista a depredação de muitos equipamentos de uso coletivo existentes na área, a ocupação de espaços destinados ao lazer, educação, além do furto de equipamentos do sistema elétrico.

Esta realidade demarca um fenômeno constante na região ao se considerar o processo de reprodução social dos trabalhadores nos diversos espaços da RMB, e as condições de sobrevivência de grande parcela da população, tendo, conseqüentemente inúmeros reflexos na configuração espacial intra-urbana da metrópole e áreas contíguas, situação gerada pelas precárias condições de vida dos trabalhadores nos espaços urbanos, pois,

[...] Com o empobrecimento da classe trabalhadora e dos migrantes a população mais carente é expulsa das áreas centrais através de programas de remoção e renovação urbana ou expulsas indiretamente pelos impostos, aluguéis, especulação imobiliária. As próprias baixadas vão sendo urbanizadas e sua população passa a migrar internamente nessas áreas em busca da casa própria que lhe dê abrigo e garanta sua reprodução (ABELÉM, 1992, p. 07).

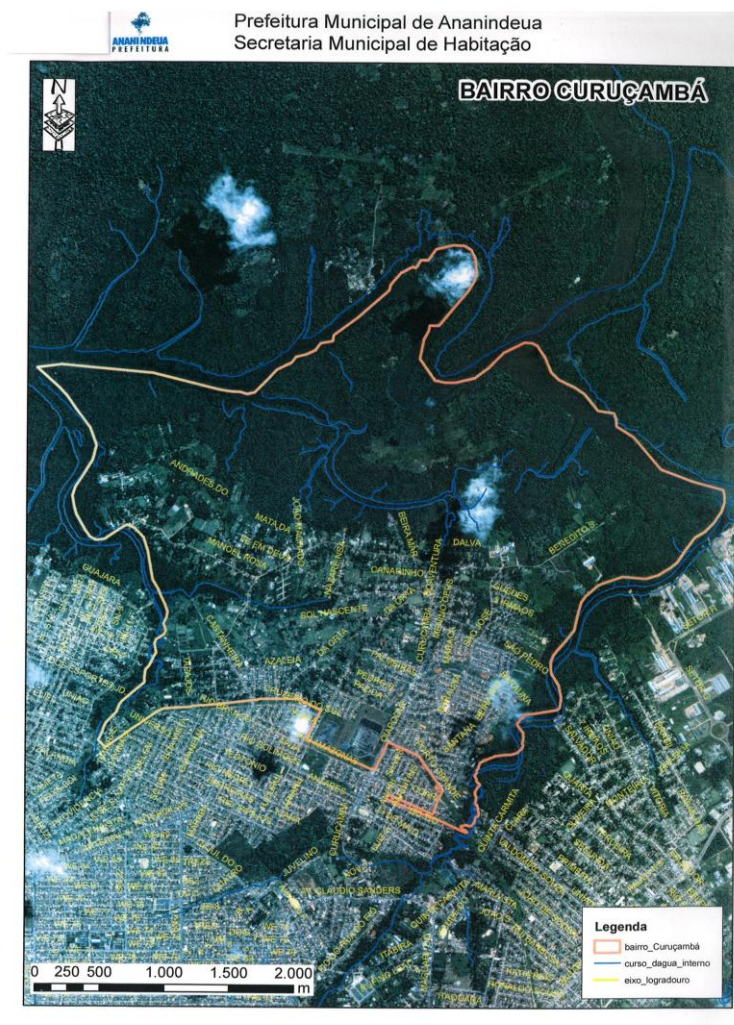
A ocupação do PAAR ocorreu quando os lotes e arruamentos já haviam sido demarcados, e com a ocupação das unidades habitacionais pelas seis mil famílias de trabalhadores que buscavam alternativa de moradia, não se deu a continuidade do projeto por parte da COHAB/PA, ficando assim a cargo dos próprios moradores. Posteriormente a extensão e o desmatamento de sua área deram origem ao Bairro Curuçambá, considerado inicialmente como área de ocupação agregada.

3.2. PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO BAIRRO CURUÇAMBÁ E SURGIMENTO DO CONJUNTO PARQUE MODELO II

O bairro Curuçambá está localizado na área sul de Ananindeua, onde estão localizadas 13 (treze) ilhas entrecortadas por afluentes do rio Maguary-Açu, que são igarapés contíguos às áreas agrícolas e as áreas com cobertura vegetal densa. Segundo dados da Secretaria de Saúde de Ananindeua (2009), geograficamente, o Curuçambá possui uma área composta por espaços considerados urbanos e rurais, sendo incluídas nestes últimos as ilhas adjacentes.

Por ser uma área de referencia no entorno dos principais espaços urbanos de Ananindeua, o bairro Curuçambá historicamente absorve, em seus domínios territoriais, grande contingente da força de trabalho que busca espaços para se fixar e reproduzir, dada as condições de proximidade com as principais áreas do centro metropolitano.

Figura 3 – Mapa imagem de localização do Bairro Curuçambá.



Fonte: Secretaria Municipal de Habitação (2010).

Devido à aproximação físico-geográfica do Curuçambá com as ilhas que contornam o município, é comum que diversas extensões do bairro assumam a característica de áreas de transição rural-urbano²⁷, tendo em vista que é predominante não apenas o modo de vida, a cultura e identidade rural, como também as atividades de subsistência (agricultura familiar com ênfase para o cultivo do açaí e de outras frutas e hortaliças, e criação de pequenos animais), além da baixa densidade demográfica, que acabam por definir a ruralidade existente e seu modo particular de utilização do espaço e da vida social (Kayser *apud* Miranda, 2009, p. 27).

Os resultados do Censo/IBGE (2010) demonstram a existência de uma população rural de 1.154 pessoas em Ananindeua, representando um percentual de 0,24% do total de habitantes do município, destes 655 pessoas são residentes nas ilhas do Curuçambá,²⁸ e possuem estreita relação com o cotidiano urbano do bairro, seja por meio do processo de “atividades agropecuárias localizadas em nichos específicos de mercado, o qual fomenta novas cadeias produtivas, partindo do rural, mas chegando a uma intervenção nas cidades” (MIRANDA, 2009, p. 27), ou pela via do acesso aos equipamentos e serviços inexistentes nas comunidades, tais como: hospitais, postos de saúde, feiras, mercados, agências bancárias, farmácias etc.

O bairro Curuçambá tem sido polo frequente de recepção de migrantes desde a década de 1980, consequência do adensamento populacional dos Conjuntos Cidade Nova e PAAR, considerados corredores de acesso desta área. Por possuir em seus arredores, grandes áreas de densas florestas esse espaço tem sido ao longo dos anos constantemente ocupado pela população oriunda de outros estados do país e de outras regiões do estado do Pará, formando assim novas áreas habitacionais precárias e sem infraestrutura.

Alves (1992, p. 9) revela que “mesmo os habitantes de pequenos e médios municípios são atraídos aos grandes na esperança de encontrar empregos, aperfeiçoamento profissional, maior facilidade de acesso aos serviços e bens de consumo contemporâneos etc.” Essa realidade também se evidencia no Conjunto Parque

²⁷ Segundo afirma Miranda (2009, p. 29), as áreas de transição rural-urbana são espaços plurifuncionais, em que coexistem características e usos do solo tanto urbanos como rurais – presença dispersa e fragmentada de usos, e ausência de estrutura urbana coerente que proporcione unidade espacial, submetidas a profundas transformações econômicas, sociais e físicas, com uma dinâmica estreitamente vinculada à presença próxima de um núcleo urbano.

²⁸ Do número anteriormente referido de ilhas que contornam o rio Maguary-Açu as principais são: Igarapé Grande, João Pilatos, Maritubinha I, Maritubinha II e Sorocaba, estas são as ilhas que ficam mais próximas do Porto do Surdo (ponto de deslocamento para as ilhas).

Modelo II, espaço que também caracteriza o avanço da nova dinâmica regional da Amazônia, e de grande incidência de trabalhadores que buscam novas alternativas de moradia e trabalho.

A migração de grandes contingentes de trabalhadores é induzida pela política de desenvolvimento regional, implementada pelo governo federal na região, ao incentivar a busca de melhorias nas condições de vida, fazendo-os acreditarem que estas seriam realizadas nas terras amazônicas, haja vista as grandes mudanças ocorridas na região desde a década de 1950, período em que se iniciam os massivos investimentos do governo em infraestrutura, transporte e comunicações, visando à integração nacional e internacional da região ao cenário produtivo (ALENCAR, 2008).

A modernização capitalista ocorrida no campo introduz novos instrumentos e formas diversificadas de trabalho, e, no caso da Amazônia, torna-se responsável pelo amplo processo de concentração de terras públicas, não cumprindo os objetivos de assentamento das famílias de colonizadores imigrantes divulgados pelo governo militar à época de sua integração²⁹. Nestas condições, as migrações intra-regionais passam a serem adotadas como forma de superação da condição de exclusão vivenciada no campo.

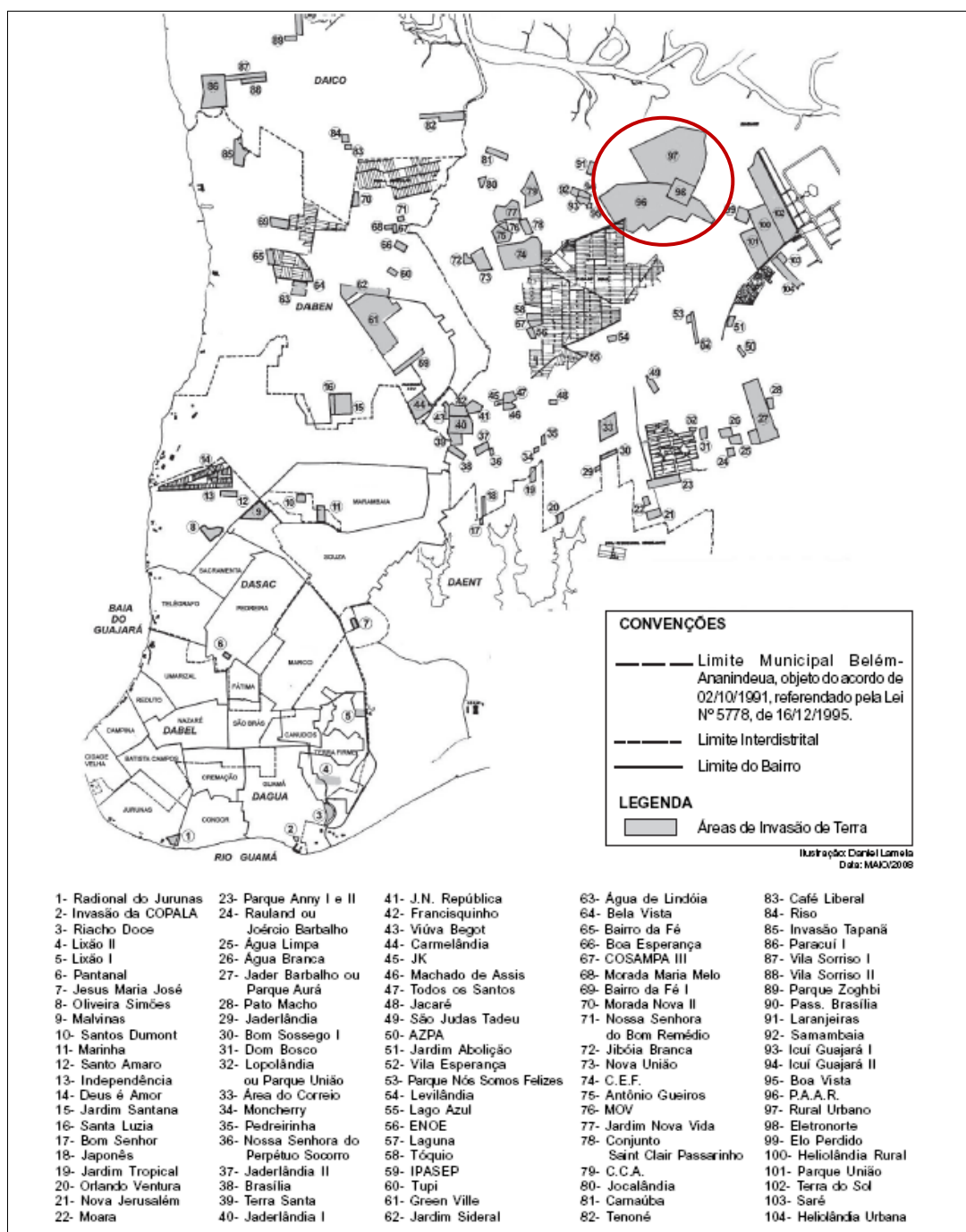
Quanto aos pequenos proprietários sem condições de adaptação ao modelo capitalista mais moderno, sobraram-lhes poucas e péssimas opções: vender a terra a preço baixo, abandoná-la simplesmente ou resistir e mantê-la a duras penas, necessitando, muitas vezes, devido à baixa produtividade, garantir a sobrevivência da família realizando trabalho assalariado temporário em propriedade alheia (ALVES, 1992, p. 12).

Rodrigues (1996) ao comentar o processo de adensamento populacional na região e a migração de trabalhadores para os principais centros regionais relata que na década de 1970 houve um crescimento demográfico considerável em Belém, pois neste período a população ultrapassou a marca dos 500.000 habitantes e deste total, 134.753 (20,90%) eram naturais de Belém, e o restante (70,10%) era dividido entre imigrantes naturais de outros municípios do Pará e imigrantes de outros estados, via Belém-Brasília.

²⁹ Alves (1992) ao tratar das mudanças ocorridas no espaço rural brasileiro desde a década de 1950 elenca as principais: a inserção de insumos e máquinas (fertilizantes, defensivos agrícolas, novas técnicas de plantio, capinas mecânicas, tratores e colheitadeiras); produção agrícola voltada para exportação (produção da cana de açúcar para usina de álcool e soja); incentivo ao crédito rural; a substituição de áreas agrícolas de subsistência para áreas destinadas à criação de gado.

A seguir, encontra-se o mapa de localização das Invasões de Terra na Região Metropolitana de Belém (Figura 4), produzido em 1995 (VALENTE, 2011), com destaque (em círculo) para a área de estudo. Vale destacar que os nomes das áreas indicadas pela autora em 1995, correspondiam a Rural-Urbano (7) e Eletronorte (8), foram atualizados nesta pesquisa, correspondendo atualmente às áreas Curuçambá (7) e Eletronorte / Parque Modelo II (8), respectivamente.

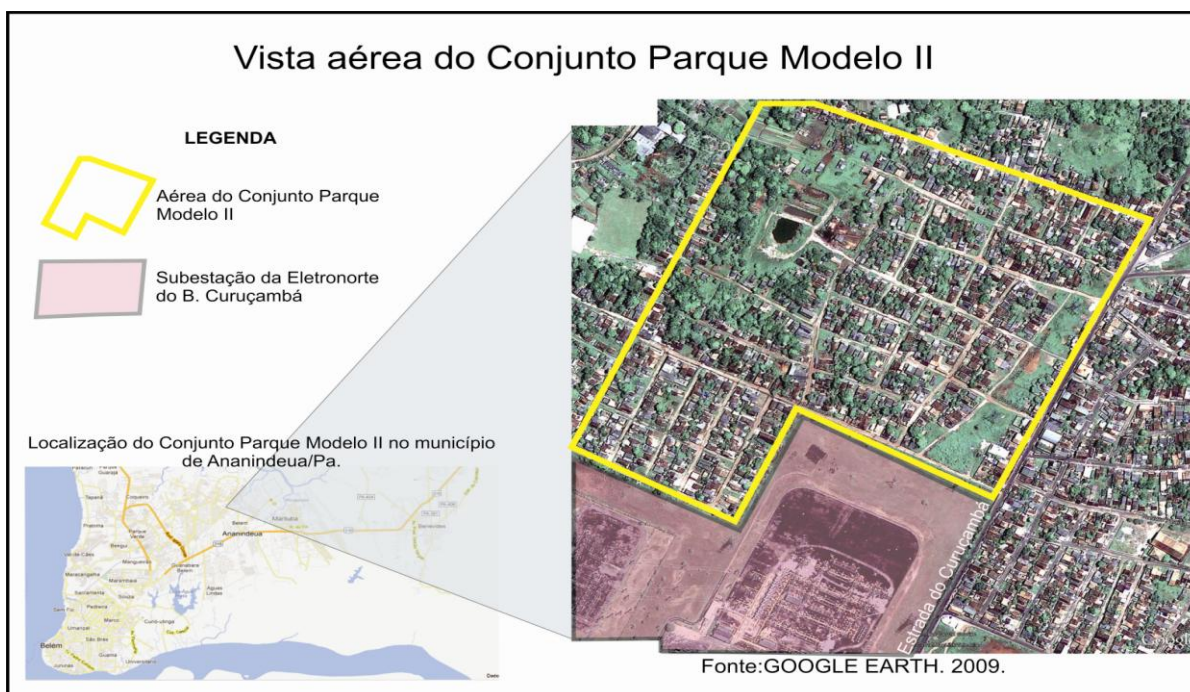
Figura 4 – Mapa de Invasões de Terra na Região Metropolitana de Belém (1995).



Fonte: Reproduzido de Santana e Sá (2011, p. 112). Intervenção do autor, 2012.

O Conjunto Parque Modelo II têm 16 (dezesesseis) anos de existência, surge no ano de 1996, e localiza-se em área ao lado da Subestação da Eletronorte, na Estrada do Curuçambá. À época da ocupação do Conjunto Roraima Amapá I e II, espaço situado em frente ao referido Conjunto, no Parque Modelo II era uma grande mata virgem. Ainda nesse período, ocorreram houve três tentativas de ocupação, ficando denominada a área inicialmente de Conjunto *Help* III, Conjunto Curuçambá – CURUPAAR e posteriormente Parque Modelo II.

Figura 5 - Vista aérea do Conjunto Parque Modelo II.



Fonte: Disponível em: GOOGLE EARTH (2009). Acesso em: 10 abr. 2012

Os impasses relacionados à efetiva propriedade das terras do Parque Modelo II - Curuçambá surgiram nos primeiros momentos de sua ocupação, pois havia discordâncias jurídicas entre a COHAB/PA e a Empresa Eletronorte que reivindicavam para si a titularidade e propriedade das terras. Nesse período, 540 (quinhentos e quarenta) famílias passaram a residir na área do conjunto, que possuía 24 (vinte e quatro) ruas³⁰.

³⁰ As ruas do Conjunto Parque Modelo II são: Rua Muriã, Rua dos Trabalhadores, Rua do campo, Rua São José de Alencar, Rua Paes de Carvalho, Pass. Bom Jesus, Rua da Paz, Trav. Santa Maria, Rua Salmo

Dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Habitação de Ananindeua – SEHAB em 2011 informam que o Conjunto Parque Modelo II, possui um total de 672 (seiscentos e trinta e dois) domicílios.

Figura 6 – Mapa Imagem / Conjunto Parque Modelo II.



Fonte: Secretaria Municipal de Habitação de Ananindeua (2010).

Em 2007 foi firmado convênio de implantação de galerias de águas pluviais, terraplenagem e pavimentação primária das ruas integrantes da Bacia da Eletronorte, parceria entre a Prefeitura Municipal de Ananindeua e o Governo Federal, através do

91, QD. 48, Trav. São Francisco, Trav. Sebastião Carneiro, Travessa Salvador, Trav. Nova União, Rua Bandeirantes, Rua da Estrela, Pass. Santa Rosa, Pass. São Cristóvão, Pass. Boa Esperança, Rua da Palmeira, Pass. Santa Helena, Rua da Torre, Rua Santo Antônio e Pass. Santa Terezinha.

Contrato de Repasse nº. 229.751-25/2007, no valor de R\$ 1.462.500,00 (hum milhão, quatrocentos e sessenta e dois mil e quinhentos reais), e valor total de R\$ 1.910.853,67 (hum milhão, novecentos e dez mil, oitocentos e cinquenta e três reais e sessenta e sete centavos), para realização de obras de saneamento e asfalto em 12 (doze) ruas do Conjunto.

Figura 7 - Rua da Torre – Conjunto Parque Modelo II.



Fonte: Registro do autor, 2012.

Figura 8 - Rua da Torre – Conjunto Parque Modelo II.



Fonte: Acervo da Associação de Moradores e Amigos e Colaboradores da Rua da Torre – AMACORT (2012).

As obras iniciaram-se em março de 2009 e duraram 10 (dez) dias, sendo paralisadas em seguida. Retomadas em 2010, as obras foram novamente paralisadas e reiniciadas em 2011 nos meses de março, abril e maio, quando sofreram nova paralisação.

Conforme informações prestadas pelos diretores da Associação de Moradores do Parque Modelo II, os responsáveis pela execução das obras afirmam que a não execução completa do projeto ocorre pela desatualização dos recursos financeiros destinados à obra, segundo os mesmos, os valores alocados não são suficientes para cobrir as despesas com material e pessoal, o que inviabiliza a continuidade do projeto físico na área.

Figura 9 - Rua Paes de Carvalho – Conjunto Parque Modelo II.



Fonte: Registro do autor, 2012.

Atualmente os novos mecanismos de marginalização da classe trabalhadora assumem expressões do processo de segregação socioespacial, tais como: crescente miséria causada pela crise do emprego; deterioração das áreas ocupadas pelos trabalhadores; ausência e/ou precariedade de equipamentos urbanos e de saneamento, insuficiência dos serviços públicos – saúde, educação, saneamento ambiental, habitação etc.

Essa realidade indica a existência de um quadro característico da sociedade atual que produz e reproduz desigualdades enquanto fator elementar e essencial de sua estrutura, tendo em vista a histórica incapacidade de produzir bem - estar para a maioria da população, seja por meio da distribuição da riqueza produzida, ou pela oferta de serviços públicos e infraestrutura, afetando consideravelmente a reprodução social dos trabalhadores nos diversos espaços da moderna cidade capitalista.

3.3. Reprodução social e lutas sociais dos trabalhadores residentes no Conjunto Parque Modelo II

A carência por moradias em todo país é decorrente do histórico processo de urbanização indissociável ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, situação em que os espaços organizam-se em função das relações de dominação e subordinação engendradas pelo avanço da produção capitalista ditada pela divisão territorial e internacional do trabalho.

Carlos (2011) comenta que esse processo de reprodução socioespacial ocorre a partir do desenvolvimento de uma sociedade hierarquizada, dividida em classes, responsável por tornar a cidade um produto apropriado de modo diferenciado pelos cidadãos, sendo esta situação a responsável pela construção dos espaços citadinos, áreas de inúmeras contradições e conflitos existentes na moderna cidade capitalista.

Neste capítulo, será discutida a reprodução social dos trabalhadores no Conjunto Parque Modelo II, a partir de uma análise mais singular do processo, onde será estabelecido um diálogo entre o modo particular da realidade vivenciada pelos moradores e as condições de sobrevivência dos trabalhadores no Brasil e no mundo, resguardadas as diferenciações existentes na região amazônica.

A demonstração empírico-teórica acerca da realidade das famílias residentes no Conjunto Parque Modelo II seguirá a ordenação temática adotada na construção do instrumento de coleta de dados que foi o **formulário** aplicado com 64 (sessenta e quatro) famílias residentes nesta área, número resultante de amostra calculada e apresentada anteriormente³¹. A organização do material coletado para posterior análise interpretativa obedeceu a dois (2) procedimentos: **primeiro**, diz respeito à exposição dos dados coletados, resultantes de perguntas fechadas, sob a forma de tabelas e gráficos, seguidos de suas respectivas interpretações; **segundo**, está relacionado à organização das respostas dadas às questões abertas, sob a forma de categorização temática, ou seja, procedeu-se à organização por temas sugeridos a partir das respostas apresentadas pelos pesquisados.

Os temas referem-se aos conteúdos expostos, apresentados quantitativamente. Desta forma, apresentam-se os temas a partir das respostas formuladas pelos pesquisados residentes no Conjunto Parque Modelo II, por exemplo, avaliação acerca da

³¹Vide a construção metodológica da presente pesquisa na Introdução desta Dissertação.

atuação da Prefeitura Municipal de Ananindeua no bairro. Dessa categorização foram identificados 05 (cinco) temas centrados nas respostas das 64 (sessenta e quatro) famílias pesquisadas.

Nos formulários aplicados na referida amostra de famílias moradoras neste Conjunto, procurou-se identificar através da ponderação de variáveis estatísticas sobre o município, o bairro, as condições de trabalho e renda, de infraestrutura e equipamentos sociais, de moradia, reveladoras das condições de vida das famílias residentes naquele espaço.

3.3.1. Trabalho e renda

Na pesquisa realizada priorizou-se a aplicação dos formulários junto aos moradores responsáveis pelo grupo familiar, tendo os resultados referentes ao Conjunto Parque Modelo II confirmado o número expressivo de mulheres que assume funções de administração do lar e cuidados com os filhos, portanto, são mulheres consideradas chefes de suas famílias.

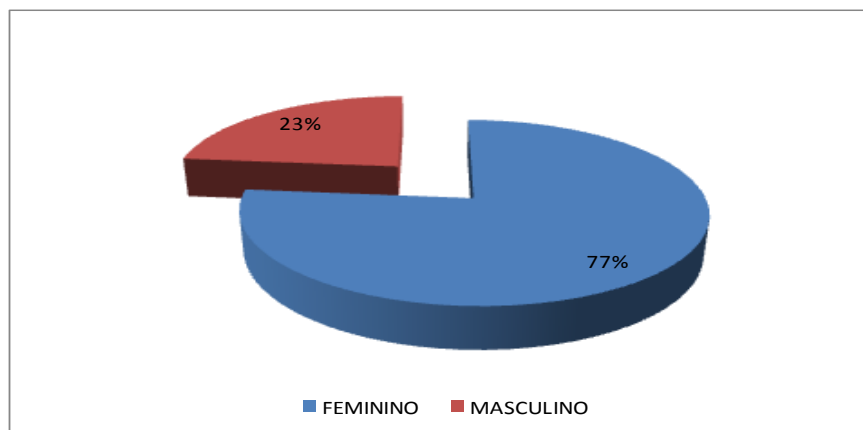
Os dados contidos na Tabela 6 e no Gráfico 1 demonstram a quantidade de moradores abordados por gênero, identificando-se que 76,6% são do sexo feminino, ficando os 23,4% restantes são do sexo masculino.

Tabela 6 - Distribuição por gênero

<i>GÊNERO</i>	<i>PESSOAS</i>	<i>%</i>
Feminino	49	76,6
Masculino	15	23,4
Total	64	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Gráfico 1 - Distribuição por gênero



Fonte: Pesquisa de Campo (2011).

Dados do IBGE (2010) apontam que o Brasil tem hoje 192 milhões de habitantes e, deste total, mais da metade da população é feminina. Paullino (2011) destaca que os dados do Anuário das Mulheres Brasileiras, divulgado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SEPM), assinalam que no Brasil quase 22 milhões de mulheres são provedoras do próprio lar, o que corresponde a 35% das famílias no país, e desse total quase 50% são mães com filhos. No Pará, 39,8% das famílias são chefiadas por mulheres, perdendo somente para Pernambuco, Mato Grosso, Bahia e Amapá.

Esses números correspondem à realidade revelada nos dados coletados no Conjunto Parque Modelo II, demonstrando que a estrutura econômica vigente, juntamente com a precariedade no acesso a direitos sociais constitui o desenho de uma sociedade historicamente marcada pela estruturação desigual. Este processo se torna ainda mais evidente quando se trata do gênero feminino, embora os movimentos de luta pelos direitos das mulheres venham avançando, no entanto, a situação de exploração e desvalorização econômica e social ainda persiste.

As medidas adotadas pelo modo de produção capitalista a partir do processo de reestruturação produtiva iniciado na década de 1980 afetam o mundo do trabalho a partir de uma histórica manobra apoiada pelo Estado para beneficiar as ações de desestruturação dos direitos historicamente conquistados, fato que coloca a força de trabalho feminina em situação de extrema vulnerabilidade social.

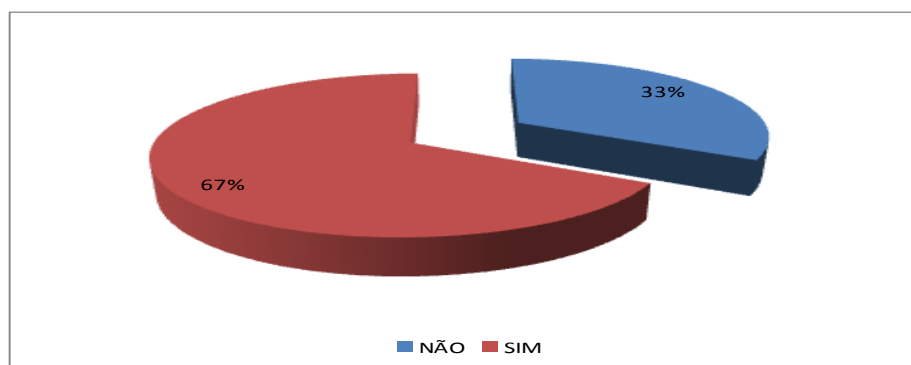
É importante ressaltar, entretanto, que esse fenômeno atinge não apenas o gênero feminino, mas de um modo geral tem afetado os segmentos de trabalhadores subalternizados e, portanto, deve ser entendido como efeito direto da expansão e reestruturação produtiva capitalista responsável por criar uma população trabalhadora sobrando, que se tornou não empregável e que inevitavelmente não encontra lugar reconhecido na sociedade (YAZBEK, 2001).

Esse quadro social é bastante comum também nas metrópoles brasileiras que reproduz no seu interior um amplo processo de mobilidade da força de trabalho associado às buscas por melhores condições de vida em outras áreas, onde segundo aponta Alves (2011, p. 111), “a mobilidade física, em geral, está associada a uma mobilidade social, articulada às formas de habitações precárias, em espaços da metrópole localizados predominantemente nas chamadas áreas periféricas (...)”.

Este fenômeno da mobilidade marca historicamente o processo de desenvolvimento dos grandes centros urbanos do país, e pode ser considerado resultado do surgimento de aglomerações urbanas que representam a viabilização de um mercado consumidor e fornecedor de força de trabalho, serviços e equipamentos coletivos voltados à reprodução do capital e do trabalho, e que no Brasil ocorreu por meio da concentração espacial das atividades e ramos industriais e/ou de serviços especializados, onde “uma parcela crescente da população do país se transferiu, então, para essas áreas, e essa concentração de pessoas, atividades econômicas e renda acentuou ainda mais os desequilíbrios regionais dentro do país” (ALVES, 1992, p. 35).

A força de trabalho móvel atraída pela possibilidade de melhorias nas condições de vida se concentra nas metrópoles, acentuando ainda mais as assimetrias socioespaciais já existentes, seja no que se refere às condições de acesso à infraestrutura e serviços públicos, ou pelo acesso desigual aos postos de trabalho e alternativas de geração de renda e, no limite, a negação ao direito à cidade e à riqueza socialmente produzida. Essa realidade ocorre também no Conjunto Parque Modelo II, onde no Gráfico 2, que aborda a origem dos moradores pesquisados, foi identificado que 67% são originários de outras cidades/municípios e 33% são originários do próprio município de Ananindeua, constatando-se, portanto, que a maioria dos trabalhadores abordados migrou de outras áreas.

Gráfico 2 - Lugar de origem dos moradores



Fonte: Pesquisa de Campo (2011).

Esses moradores são em grande parte originários de cidades interioranas do estado do Pará, que migram para diversos espaços da RMB em busca de novas alternativas de vida, de modo a viabilizar o acesso à postos de trabalho, tal como se pode observar nos relatos abaixo:

Morava no interior e vim para a cidade grande em busca de conseguir um emprego por aqui, as coisas são difíceis por lá, e agora tô levando minha vida, trabalhando com minha mulher e criando minha filha (M.P.C.D, 41 anos, pintor).

Meu marido arranhou emprego numa construtora em Belém, aí ele comprou a casa de um amigo e nós viemos morar aqui (J.G.C, 33 anos, empregada doméstica).

Meu ex-marido conseguiu emprego em Belém e na época tava difícil a situação no interior então resolvemos mudar para a cidade (J.J.P.L, 37 anos, dona de casa).

Buscando melhores condições de vida, estudo para os filhos, e também melhorar de vida aqui na cidade que oferece bem mais oportunidades (R.S.C, 40 anos, estoquista).

Um fato a ser considerado diz respeito ao processo de crescimento das cidades e ofertas de empregos disponíveis, que não seguem os níveis de elevação demográfica, e no cenário das cidades metropolitanas a grande concentração das atividades de produção e de controle, pode ser considerada como principal responsável pelo poder de atração de força de trabalho em larga escala. Esta situação que também pode ser

verificada na Tabela 7, que trata dos motivos que levam à busca por moradia no Conjunto Parque Modelo II.

Tabela 7 - Motivos da busca por moradia na área do Conjunto Parque Modelo II

<i>ALTERNATIVAS AVALIATIVAS</i>	<i>RESPOSTAS</i>
Alternativa de moradia própria	10
Troca ou negócio envolvendo o terreno/lote	05
Repasse intrafamiliar da propriedade do terreno/lote	10
Facilidade de acesso (compra) ao terreno/lote	13
Tentativa de conseguir emprego	14
Busca por melhores condições de vida	12
TOTAL	64

Fonte: Pesquisa de campo (2011).

A Tabela 7 evidencia que a busca de moradia no município de Ananindeua, mais especificamente, no Conjunto Parque Modelo II, tem como fator preponderante a tentativa de inserção no mercado de trabalho, onde 14 (quatorze) moradores pesquisados expuseram que a busca de moradia na área estava diretamente relacionada com a possibilidade de encontrarem novas alternativas de postos de trabalho.

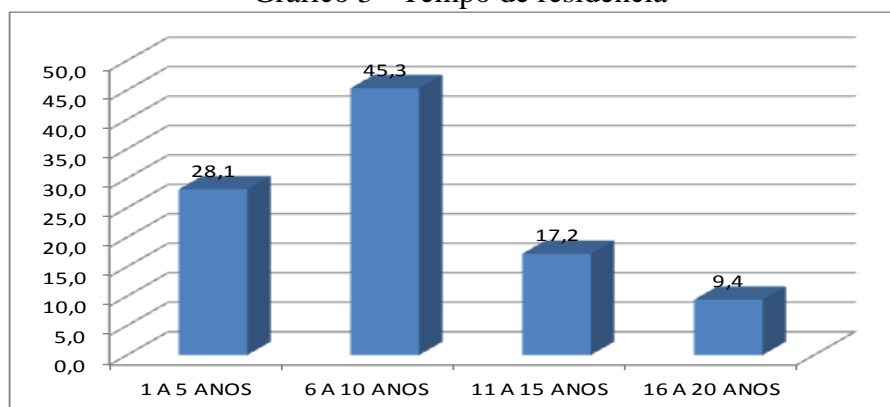
Outra situação identificada junto aos moradores diz respeito ao tempo de residência na área, que também pode ser percebido como um indicativo de que as condições de vida desses trabalhadores têm sido marcadas pelas alternativas de fixação de residência no próprio Conjunto e pelas alternativas alcançadas de postos de trabalho.

Tabela 8 - Tempo de residência

<i>TEMPO DE RESIDÊNCIA</i>	<i>RESPOSTAS</i>	<i>%</i>
1 a 5 anos	18	28,1
6 a 10 anos	29	45,3
11 a 15 anos	11	17,2
16 a 20 anos	6	9,4
Total	64	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo (2011).

Gráfico 3 - Tempo de residência



Fonte: Pesquisa de Campo (2011).

É preciso avaliar que as modificações no mundo do trabalho afetam consideravelmente as condições de vida dos trabalhadores, situação também perceptível em Ananindeua, que por ser um município pertencente à RMB também apresenta as mesmas características econômicas, políticas, culturais e sociais dos grandes centros regionais amazônicos, onde a realidade de exclusão da força de trabalho dos ínfimos avanços econômicos verificados não consolidaram e estruturaram o mercado de trabalho formal, ocorrendo,

Noutras palavras, a conformação do segmento social dos despossuídos em meio à ampliação do emprego assalariado no total da ocupação, ainda que submetido a heterogêneas condições de trabalho. A distinção entre assalariamento formal e informal constitui a mais simples identificação da desregulação, assim como a ampla presença de baixos salários e de grande

quantidade de trabalhadores autônomos (não-assalariados) conformaram o padrão de sociedade salarial incompleto, com traços marcantes de subdesenvolvimento do mercado de trabalho no Brasil (POCHMANN, 2006, p. 25).

Os processos macros ocorridos não apenas na economia brasileira, como também em economia mundial tem afetado consideravelmente a reprodução social dos trabalhadores (assalariados e não assalariados) na região amazônica, e no caso de Ananindeua, as condições de sobrevivência dos trabalhadores demonstram o aguçamento desta realidade - precariedade das condições de vida -, pois conforme ressalta Lima (2007, p. 43), “Ananindeua, hoje é considerada um grande centro urbano, aglomera um grande contingente populacional, e por não possuir infraestrutura suficiente que agregue tal população, acaba tornando-se palco de grandes desigualdades...”.

A força de trabalho, que procura o município de Ananindeua em busca de condições de vida socialmente justas em seus espaços urbanos e rurais, é oriunda de áreas próximas ao município, e de outras cidades pertencentes ao estado do Pará e de outras regiões do país. Esses trabalhadores possuem baixa qualificação técnica e profissional, devido o não acesso a política de educação em seus níveis elementares e/ou de formação técnica. Esta condição os coloca em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica a qual estão historicamente submetidos.

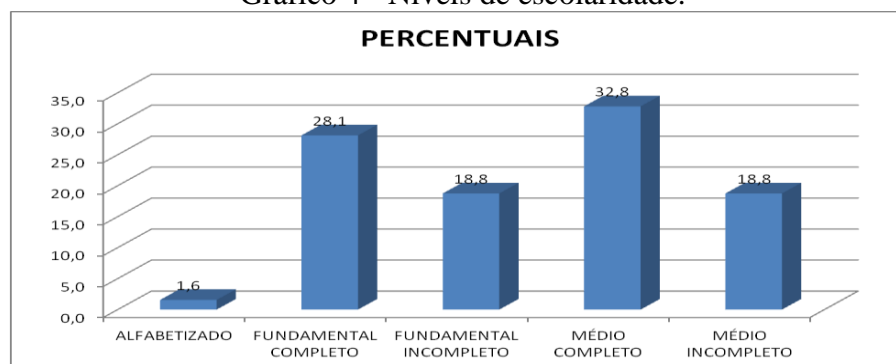
Uma análise do quadro socioeconômico anteriormente apresentado pode ser realizada a partir dos dados contidos na Tabela 8 e Gráfico 4 abaixo, que apresentam os números referentes aos níveis de escolaridade dos moradores do Conjunto Parque Modelo II.

Tabela 9 - Níveis de escolaridade

<i>ESCOLARIDADE</i>	<i>RESPOSTAS</i>	<i>%</i>
Alfabetizado	1	1,6
Fundamental completo	18	28,1
Fundamental incompleto	12	18,8
Médio completo	21	32,8
Médio incompleto	12	18,8
Total geral	64	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo (2011).

Gráfico 4 - Níveis de escolaridade.



Fonte: Pesquisa de Campo (2011).

Constata-se que o percentual de moradores que possuem o ensino médio completo é de 32,8%, seguido do ensino fundamental completo com 28,1%, ficando o ensino fundamental incompleto e médio incompleto com 18,8%, respectivamente, não apresentando nenhuma ocorrência de moradores pesquisados com nível superior completo e/ou incompleto.

Com os resultados apresentados pode-se acrescer inicialmente a ocorrência de um quadro de segmentação educativa existente no espaço da pesquisa, processo resultante, segundo aponta Ribeiro (2005), da forte e profunda segmentação escolar existente historicamente na sociedade brasileira, identificada fundamentalmente na distinção existente entre escola pública e privada, onde a primeira destina-se aos segmentos inferiores da estrutura social e a segunda aos segmentos médios e superiores, que dispõem de renda suficiente para financiar sua capacitação técnica e profissional. Nestas condições, conforme Ribeiro (2005, p. 57),

[...] O resultado da segmentação escolar está no fato de os alunos egressos do ensino privado terem maiores chances de ingressar nas universidades públicas do que os formados nas escolas públicas. Em consequência, a instituição escolar brasileira não realiza sua missão republicana de democratização das oportunidades, cujos resultados é a transmissão intergeracional do capital escolar, fazendo com que haja uma espécie de herança da desigualdade na educação no país (RIBEIRO, 2005, p. 57).

A segmentação escolar apontada pelo autor, no Brasil está diretamente atrelada com a forte incidência da vinculação entre capital escolar e capital econômico, ou seja, no atual modelo de desenvolvimento, a educação assume uma forte tendência a reproduzir formalmente a desigualdade a partir da alienação da consciência dos trabalhadores, revelando um conteúdo significativo e real da base material da sociedade capitalista, pois segundo afirma Marx (2003, p. 301), “[...] na produção social de sua vida, os homens contraem determinadas relações de produção necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das forças produtivas materiais”.

Orso (2008) constata que na conjuntura atual o modelo de educação vigente tende a fomentar o individualismo e a competição visando enaltecer a concorrência entre os indivíduos, processos que aguçam no nível das relações sociais a corrida pela produtividade material da vida, uma ação seletiva que ostenta a aptidão e descarta os inaptos a partir dos valores socialmente defendidos, uma educação voltada para o capital e para a nítida formação de sujeitos subservientes.

Este modelo de educação também é responsável pela “formação” do grande exercito de trabalhadores sem trabalho, pois a falta de qualificação³² técnica e profissional direciona um grande número de trabalhadores para a informalidade ou precariedade das relações de trabalho, situação que pode ser verificada na análise dos dados que tratam da atividade laboral desenvolvida pelos trabalhadores do Conjunto Parque Modelo II.

Quanto à atividade laboral, destaca-se que 70% dos moradores pesquisados estão inseridos no mercado de trabalho informal e/ou autônomo, 22% são trabalhadores

³² Ramos (2001) chama a atenção para o deslocamento conceitual ocorrido no contexto capitalista atual, no que se refere às noções de qualificação e competência. Para a autora, os novos padrões de regulação do trabalho definem a configuração de novas habilidades relegadas ao mesmo, neste interim, a qualificação enquanto conceito central na relação trabalho-educação estaria dando lugar à competência enquanto forma de “aprimorar” as habilidades dentro das relações de trabalho (raciocínio lógico, aptidão para novos conhecimentos, responsabilidade com o processo de produção, iniciativa para resolução de problemas e capacidade de decisão).

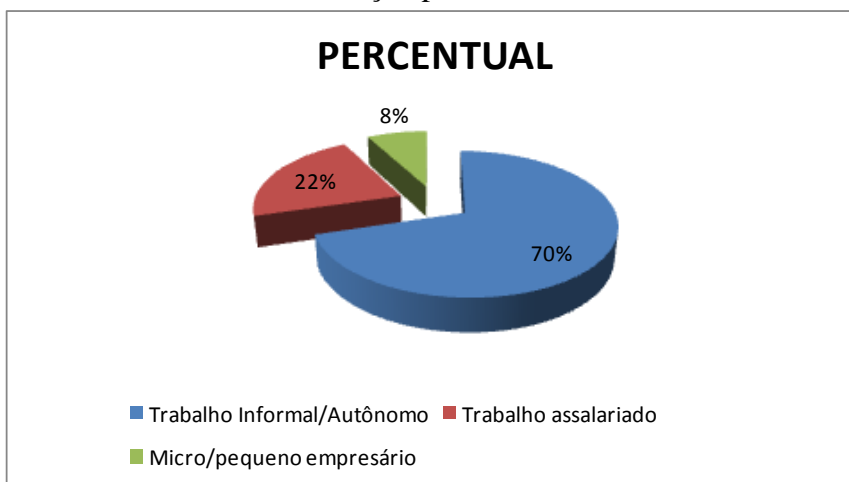
assalariados e apenas 8% têm atividades em micro e/ou pequenas empresas formalmente constituídas das quais auferem renda, conforme Tabela 10 e Gráfico 5, respectivamente. Estes números representam o desenho real do quadro de oportunidades socioeconômicas desigualmente distribuídas que se materializam também naquela área.

Tabela 10 – Distribuição por atividade laboral

<i>ATIVIDADE</i>	<i>RESPOSTAS</i>	<i>%</i>
Trabalho informal/autônomo	45	70
Trabalho assalariado	14	22
Micro/pequeno empresário	5	8
Total	64	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

Gráfico 5 - Distribuição por atividade laboral



Fonte: Pesquisa de Campo (2011).

Esta situação possui estreita relação com as metamorfoses ocorridas no mundo do trabalho a partir da década de 1980, que incidiram sobre a oferta de postos de trabalho e estabeleceram as novas formas de contratações flexíveis, provocando a precariedade do emprego formal e o aumento considerável do número de trabalhadores “ocultos” na informalidade (SILVA E SILVA & YASBEK, 2006).

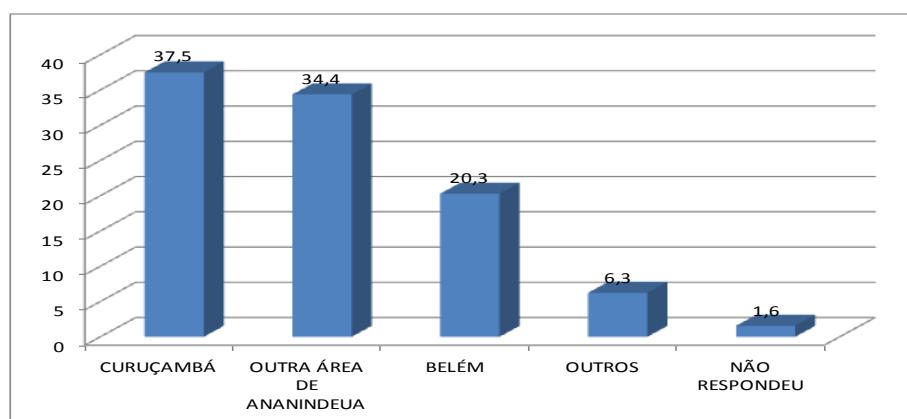
Um indicativo maior da relação de informalidade vivenciada pelos trabalhadores no Conjunto Parque modelo II pode ser identificado a partir da percepção do local de realização da atividade laboral dos moradores, onde 37,5% destes trabalhadores realizam essa atividade no próprio bairro, e 34,4% desenvolvem seu trabalho cotidiano em outras áreas do município, o que demonstra que a busca por alternativas de geração de renda por parte desses trabalhadores ocorrem em áreas próximas às suas residências revelando, em grande medida, o grau de precarização no atendimento de suas necessidades básicas.

Tabela 11 - Local de realização da atividade laboral

<i>ONDE REALIZA A ATIVIDADE</i>	<i>RESPOSTAS</i>	<i>%</i>
Bairro Curuçambá	24	37,5
Outras áreas de Ananindeua	22	34,4
Cidade de Belém	13	20,3
Outras áreas	4	6,3
Não respondeu	1	1,6
Total	64	100

Fonte: Pesquisa de Campo (2011).

Gráfico 6 - Local de realização da atividade laboral



Fonte: Pesquisa de Campo (2011).

Conforme dados apresentados pelo IBGE (2010), os trabalhadores pobres inseridos em relações de trabalho informal no Brasil atingiu a marca de 47,7 milhões de trabalhadores nos últimos oito anos. Uma informação importante sobre a informalidade no Brasil disponibilizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) revela

que o Brasil é o segundo país na América Latina com o maior número de trabalhadores informais, ficando somente atrás da Bolívia.

Segundo dados do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), no último mês do primeiro trimestre de 2012, houve um desaquecimento na geração de empregos no país, conforme informação do Ministério do Trabalho, que aponta que o número de empregos gerados nesse período caiu de 280,7 mil para 92,6 mil postos. Essa realidade demonstra que o percentual de trabalhadores vivendo da venda informal de sua força de trabalho pode ter aumentado ainda mais nos meses seguintes.

Matos (2005) registra que a dinâmica demográfica brasileira resultante do crescimento econômico experimentado no país durante as décadas de 1950-1980 quando o país avança no processo de substituições de importações e investimentos do Estado e empresas internacionais no mercado nacional, aquecem a economia brasileira e produz um período de ampla transição demográfica.

Esse processo contribui de forma significativa para a pressão formada sobre o mercado de trabalho urbano, que concentra nas cidades seus principais polos de produção e escoamento, e grande parte deste excedente de força de trabalho atualmente está inserido na condição de mão de obra “[...] geralmente pouco qualificada, com poucas chances de encontrar trabalho nas economias urbanas em crise das grandes cidades de hoje” (MATOS, 2005, p. 82).

A visão ampliada deste fenômeno de precarização/exploração da força de trabalho nacional e internacional, ocorrido por meio do processo de reestruturação produtiva experimentado pelo Capital atinge diretamente os trabalhadores, pois,

Essas mutações criaram, portanto, uma classe trabalhadora mais heterogênea, mais fragmentada e mais complexificada, dividida entre trabalhadores qualificados e desqualificados, do mercado formal e informal, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários, imigrantes e nacionais, brancos e negros etc., sem falar nas divisões que decorrem da inserção diferenciada dos países e de seus trabalhadores na nova divisão internacional do trabalho (ANTUNES, 2008, p. 198).

Conforme já destacado, tanto no cenário nacional quanto regional há um problema estrutural relacionado ao papel secundário da força de trabalho na economia, fato que tem como consequência, a situação de desemprego estrutural agravada pela intensa urbanização ocorrida no país nas últimas décadas, impondo aos trabalhadores

como única alternativa a busca de formas não institucionalizadas de ocupação econômica, sobretudo por meio das vias de trabalho informal realizadas nas áreas centrais e nas periferias das cidades brasileiras. Uma forma de entender este histórico problema encontra-se nas taxas de crescimento econômico atingidos na época da industrialização tardia, que nas diversas metrópoles brasileiras foi considerada abaixo das necessidades de geração de emprego e renda, o que inviabilizou conseqüentemente a satisfação das necessidades materiais de grande contingentes populacionais que adensaram os centros urbanos.

Pochmann; Campos & Barbosa (2004) destacam, ainda, que no Brasil nos anos 2000 as cinco mil famílias mais ricas detinham 45% da renda nacional, resultado que apontava forte disparidade na distribuição de renda, tornando o país o terceiro colocado no *ranking* dos países com pior distribuição de renda no mundo.

No entanto, conforme estudos do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), na última década, a desigualdade no Brasil chegou ao menor nível já registrado, pois a renda da metade mais pobre da população aumentou em ritmo 5,5 vezes mais acelerado que a da minoria mais rica. A renda dos 50% mais pobres no Brasil cresceu 67,93% entre dezembro de 2000 e dezembro de 2010, enquanto a dos 10% mais ricos aumentou 10,03%. Estes estudos apontam também que os determinantes destas mudanças estão diretamente relacionados ao aumento da escolaridade e aos programas sociais de redistribuição de renda, sendo estes os grandes responsáveis pela redução das desigualdades de renda no país.

Por outro lado, a realidade das grandes regiões metropolitanas revela que a maioria da população não consegue garantir níveis satisfatórios de condições de vida, principalmente, no que se refere a saúde, alimentação, educação e moradia/habitação em áreas infraestruturadas. Nestas condições, a luta para conquista destes níveis satisfatórios à reprodução da vida do trabalhador na cidade são cada vez mais incisivas, dado o quadro agudo de deterioração das condições de vida do trabalhador nas cidades brasileiras.

Em nossas cidades, os contrastes que vemos na maneira de apresentar, falar, viver etc. das pessoas e classes sociais não se devem, na verdade, a opções diferenciadas ou estilos alternativos de ser. São produto muito mais de desproporção e injustiça na distribuição da riqueza socialmente produzida. Decorrem, na verdade, da negação e da violação dos direitos de muitos para garantir os privilégios de poucos. Privilegiados são, pois, os que adquirem vantagens especiais e excedem na apropriação da parte que lhes cabe por justiça justamente à custa da exclusão dos outros (ALVES, 1992, pp. 45-46).

As condições de vida nos espaços periféricos das cidades representam a face mais perversa da urbanização no país, onde segundo Kowarick *apud* Barreto (1997) a realidade imposta pelo modelo econômico brasileiro centrado em bens de consumo durável e altamente concentrador de renda, impõe uma distribuição espacial desigual da população no caótico crescimento das cidades, a partir da década de 1980, responsável por refletir no espaço a segregação imperante no campo das relações econômicas.

O quadro socioeconômico resultante deste período ainda perdura nos dias atuais, pois, os trabalhadores expulsos do campo pela expansão das fronteiras capitalistas nestes espaços migram para a cidade em busca de melhores condições de vida e, na tentativa de conseguir um local para moradia – primeira necessidade de consolidação do sonho de fixar-se na cidade – encontram como única alternativa a ocupação informal de terrenos sem infraestrutura.

3.3.2. Condições de moradia

Como já exposto anteriormente, o atual estágio de mundialização do capital acompanha em sua formação e desenvolvimento um ideário econômico, político-ideológico responsável por disseminar em escala global um grande paradoxo que situa, de um lado, a incrível era da informatização e seus fabulosos avanços técnico-científicos e informacionais e, por outro lado, deflagra a avassaladora “época da informalização”, tal como defende Antunes (2006), ao argumentar que nesta etapa histórica se torna emblemática a precarização ilimitada do trabalho e das condições de vida dos trabalhadores na América Latina e, mais especificamente, no Brasil.

Os principais argumentos dos defensores da tese de que o espaço urbano em sua formação e desenvolvimento acompanha o processo ampliado de produção capitalista, dentre os quais destacamos Lojkine (1997), Harvey (2006), Rauta Ramos (2002), Icasuriaga (1997 e 2002), Garcia (2010), Sposito (2011), identificam como papel do Estado a implementação, contraditória e desigual, de um lado, dos equipamentos e serviços coletivos necessários à reprodução da força de trabalho e, de outro, a infraestrutura física (rodovias, infovias e energia) necessária à acumulação do capital. Entres esses argumentos destacou-se os seguintes:

- a) O crescimento das cidades e o surgimento de novas áreas aptas à absorção de força de trabalho e a criação de novos serviços e equipamentos urbanos estão diretamente ligados à lógica de expansão capitalista;
- b) A sociedade capitalista engendra um paradoxo na forma como ocorre à socialização das condições gerais de reprodução dos trabalhadores através do acesso destas demandas aos equipamentos e serviços coletivos, uma vez que a maioria da população não tem satisfeitas suas necessidades pela própria produção capitalista, a partir da remuneração auferida pelo trabalho realizado;
- c) Na cidade capitalista contemporânea ainda persiste o processo de restrição no acesso aos serviços e equipamentos necessários à reprodução social dos trabalhadores, tornando-se evidente a responsabilidade do Estado em arcar com estes custos, ainda que de forma inadequada às exigências sociais;
- d) A intensa concentração demográfica inviabilizaria as condições objetivas do Estado em atender a totalidade das demandas, ideia que tem sido utilizada comumente pelas instâncias governamentais para justificar a satisfação parcial das necessidades da força de trabalho, no que se refere ao acesso aos equipamentos e serviços públicos.

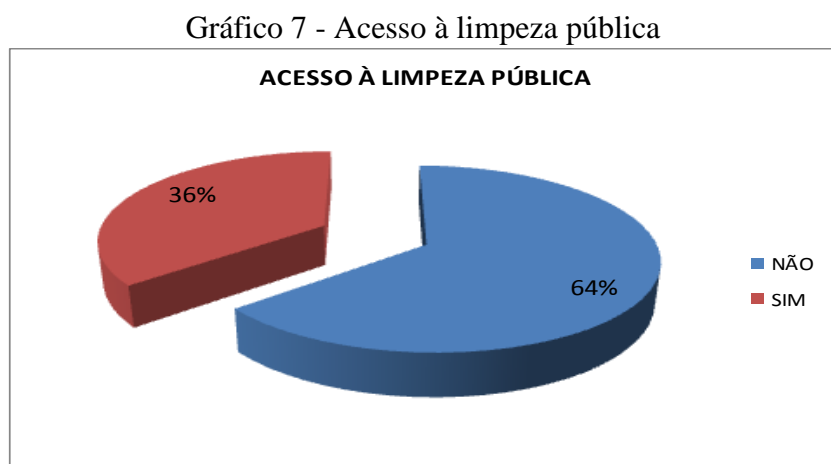
As considerações expostas por diversos autores dão conta da análise da macroestrutura socioespacial vigente, que vem impactada, ao longo das últimas décadas, por inúmeras transformações decorrentes dos efeitos da reestruturação produtiva imposta pelo avanço do capitalismo globalizado. Esse processo também tem afetado a reprodução social dos trabalhadores nos diversos espaços da RMB, sendo recorrente no município de Ananindeua e, mais especificamente, no Bairro Curuçambá e no Conjunto Parque Modelo II.

O que será demonstrado a seguir é que a estrutura socioespacial existente na sociedade capitalista contemporânea é responsável pelo processo de adensamento populacional ocorrido nas regiões metropolitanas brasileiras, acompanhado por níveis agudos de precarização das condições de vida dos trabalhadores residentes nestes espaços, principalmente pelo não acesso à infraestrutura e serviços coletivos básicos.

A situação vivenciada pelos moradores do Conjunto Parque Modelo II revela que esse quadro socioeconômico e espacial também pode ser percebido dentro da realidade

amazônica, tendo em vista as condições de vida dos trabalhadores nele residentes, conforme os dados coletados com a aplicação dos formulários e das entrevistas apresentados a seguir.

No que se refere ao acesso à limpeza pública, 64% das famílias pesquisadas informaram que não têm acesso a este serviço considerado essencial, enquanto apenas 36% relatam ter acesso à coleta de resíduos sólidos urbanos, conforme se verifica no Gráfico 7.



Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

Essa realidade evidenciada no Conjunto Parque Modelo II expressa a materialização socioespacial da relação entre capital e trabalho, no que se refere à disponibilização de serviços destinados à efetiva reprodução social dos trabalhadores, pois como considerada Pagnoccheschi *apud* Barros (2007, p. 80), “um dos grandes desafios para política de saneamento ambiental é o mesmo de outras políticas públicas, a universalização do serviço com vistas a atender com equidade”.

Deve considerar-se ainda a existência de um percentual expressivo de insatisfação com o serviço de limpeza pública prestado pelo governo municipal, pois, na avaliação de 47,8% dos moradores pesquisados consideram ruim a condição de oferta dos serviços de limpeza pública no referido Conjunto, enquanto 43,5% defendem que o serviço pode ser considerado regular e 8,7%, o consideram bom (Tabela 12).

Tabela 12 - Avaliação da oferta dos serviços de limpeza pública

<i>AVALIAÇÃO</i>	<i>RESPOSTAS</i>	<i>%</i>
Bom	10	8,7
Regular	22	43,5
Ruim	32	47,8
Total	64	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo (2011).

Ribeiro (2005) chama atenção para o processo de crescente segmentação econômica associada ao modelo de desenvolvimento da fase globalizada do capitalismo, que segundo enfatiza o autor, tem provocado o isolamento dos trabalhadores pobres através da diminuição do compartilhamento dos serviços, equipamentos urbanos e dos espaços públicos de emprego, situações que tem como foco as mudanças ocorridas no mercado de trabalho, que inevitavelmente ocasionam a separação entre segmentos médios e a segregação compulsória dos pobres.

Esta situação assinalada pelo autor aponta uma dimensão importante da segregação socioespacial, onde a pobreza urbana engendrada pela realidade contemporânea indica o alastramento de condições precárias de vida impostas, em termos econômicos, aos trabalhadores em relação à qualidade das moradias, ao acesso aos espaços públicos e aos serviços de saneamento básico e infraestrutura urbana, que marcam os novos mecanismos de marginalização e exclusão social gerados pelo capitalismo globalizado.

Esta realidade pode ser verificada nos dados referentes à avaliação das condições de transporte público no bairro Curuçambá (Tabela 13), onde 39,1% das famílias pesquisadas (25 respostas) consideram ruim o serviço de transporte público oferecido à comunidade, enquanto 32,8% (21 pessoas) consideram o serviço regular e 28,1% (18 respostas) o avaliam como bom.

Tabela 13 - Avaliação das condições do transporte público

<i>AVALIAÇÃO</i>	<i>RESPOSTAS</i>	<i>%</i>
BOM	18	28,1
REGULAR	21	32,8
RUIM	25	39,1
Total	64	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo (2011).

Os dados revelam que as condições de transporte público no bairro Curuçambá acompanham a lógica de precarização das condições de vida dos trabalhadores residentes naquela área, pois os serviços públicos disponibilizados à população (limpeza pública e transporte) não tem alcançado os níveis satisfatórios na oferta destes serviços, sendo este um dos fatores destacados pelos próprios moradores em seus relatos, ao avaliarem as condições do transporte público no bairro:

É ruim porque não tem nem condição para eles trabalhar e nem de nós andarmos com eles, porque é muita insegurança (M.M.N, 34 anos, empregada doméstica).

Por serem ônibus de péssimas condições de transporte no bairro (V.J.B.N, 27 anos, vendedor).

Não oferece condições dignas de transporte, é super inseguro, sujo e irregular (C.T.S, 60 anos, Motorista).

Um ponto que merece destaque diz respeito ao percentual de 75% das famílias que utilizam as linhas de ônibus como principal meio de deslocamento para áreas do próprio município de Ananindeua e outras áreas.

As famílias residentes no Conjunto Parque Modelo II convivem com outro dilema diário que agrava ainda mais a situação de precariedade no acesso ao transporte público no bairro e que diz respeito à insegurança e à exposição a atos de violência, uma realidade presente na vida dos moradores do Conjunto, decorrente da falta de policiamento ostensivo na área, o que facilita a ação de bandidos e traficantes, aguçando ainda mais o quadro de violência material e simbólica vivenciado pelos moradores.

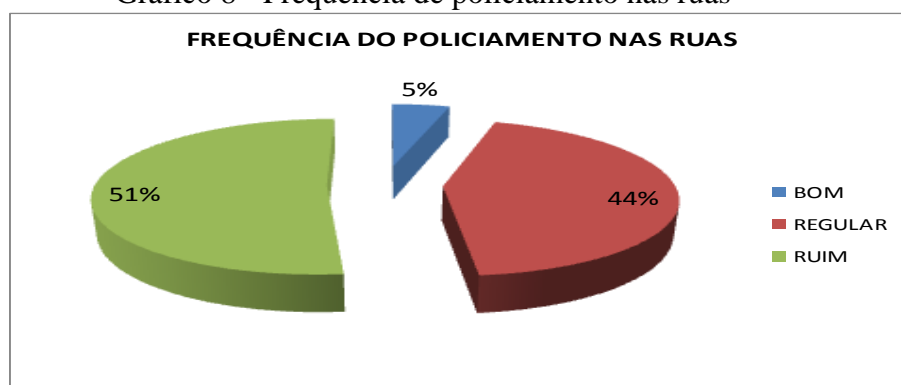
No que tange à frequência de policiamento nas ruas do bairro os números constantes da Tabela 14 e Gráfico 8, respectivamente, apontam que dentre os moradores consultados, 52% classificaram como ruim e 44% como regular, o que assinala a necessidade de um policiamento ostensivo na área e a proposição de políticas públicas, de caráter preventivo, de combate à violência existente no bairro.

Tabela 14 - Frequência do policiamento nas ruas

<i>AVALIAÇÃO</i>	<i>RESPOSTAS</i>	<i>%</i>
Bom	3	4,7
Regular	28	43,8
Ruim	33	51,6
Total	64	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo (2011).

Gráfico 8 - Frequência de policiamento nas ruas



Fonte: Pesquisa de Campo (2011).

A condição de insegurança associada à ausência, proposital, da intervenção estatal pode ser percebida também nas falas dos moradores pesquisados, quando expressam o sentimento de medo recorrente à situação na qual estão cotidianamente submetidos:

Sinto falta de segurança e limpeza das ruas que são só mato e buraco, falta muita coisa pra crescer esse lugar (M.R.O, 38 anos, dona de casa).

Muita violência, assaltos, lama, escuridão, preferia morar no interior, lá pelo menos tínhamos sossego (M.J.S, 28 anos, cozinheira).

Aqui tem de tudo, só falta melhorar a questão do asfalto e do policiamento (I.S.S, 29 anos, dona de casa).

Bauman (2009) considera que a violência e o medo presentes nas diversas cidades do mundo são consequências diretas da desregulamentação do controle estatal, uma vez que o Estado moderno a partir das modificações sofridas em sua estrutura desconstruiu a rede de proteção social, ocasionando um sentimento generalizado de insegurança, impregnando na sociedade a ideia de que o perigo está em toda parte. Um dos fatores agravantes desta situação pode ser verificado no quadro de exclusão da força de trabalho das oportunidades de acesso ao mercado de trabalho, à renda e ao consumo, exclusão que, em alguns casos, se torna permanente, formando assim uma excessiva massa de trabalhadores considerados pelos defensores do progresso econômico como “classes perigosas”.

Essa exclusão irrevogável é consequência direta, embora imprevista, da decomposição do Estado social, que hoje se assemelha a uma rede de poderes constituídos, ou melhor, a um ideal, a um projeto abstrato [...] A exclusão do trabalho é vivida mais como uma condição de “superfluidade” que como a condição de alguém que está “des-empregado” (termo que implica um desvio da regra, um inconveniente temporário que se pode – e se poderá remediar); equivale a ser recusado, marcado como supérfluo, inútil, inábil para o trabalho e condenado a permanecer “economicamente inativo” (BAUMAN, 2009, p. 23).

Conforme ressalta Couto (2010), a violência na Amazônia deve ser considerada enquanto parte da trama das redes clandestinas do comércio varejista da droga em escala local, mas com nexos diretos com as escalas regional e global do circuito do narcotráfico, sendo bastante comum a constante mobilização de “soldados” para compor o exército do tráfico nas periferias das cidades brasileiras.

Em sua análise sobre os caminhos da droga na RMB, Couto (2010, p. 79), afirma que os espaços com maior incidência da venda e consumo de drogas são bairros onde a criminalidade do tráfico de drogas impera e “são geralmente bairros pobres, que concentram uma população pouco inserida no mercado formal, com áreas precárias de infraestrutura, ou então com áreas de ocupação espontânea”.

O quadro de expansão da criminalidade via tráfico de drogas, indicada pelo autor pode se observado no bairro Curuçambá, área considerada periférica, e que possui desde a sua formação as características apontadas por Couto (2010), ao retratar as condições

de alastramento da violência urbana e do sentimento de insegurança vivenciado pelos moradores da RMB.

A realidade vivenciada pelos moradores do Conjunto Parque Modelo II e exemplar ao expressar o quadro de intervenção mínima do Estado, a partir da socialização contraditória das forças produtivas materiais e humanas e das relações de produção, tal como definia Lojkine (1997), ao considerar também que as ações do Estado no processo de urbanização capitalista não viabilizam as condições necessárias à reprodução dos meios coletivos de consumo.

O agravamento dessa realidade no espaço amazônico advém do processo de urbanização centrado, historicamente, na “necessidade” do espraiamento das fronteiras de expansão do capital na região, que imprime uma nova dinâmica de divisão social e territorial do trabalho composta pelo crescimento das relações produtivas em núcleos urbanos centrais e pelos movimentos espontâneos de migração diretamente ligados à nova ordem econômica imposta à Amazônia (ALENCAR, 2008).

A partir de 1970, a questão social na Amazônia se mostra pelo intenso crescimento populacional no campo e na cidade. Multiplicam-se bairros insalubres nas periferias das cidades, formando aglomerações residenciais sem infraestrutura básica, sem condições de higiene e segurança. A presença do Estado é exigida para exercer práticas de controle, em busca do ajustamento desse contingente populacional aos padrões impostos socialmente, como forma de equacionar conflitos e manter o equilíbrio e regularidade do processo social (BARBOSA & SÁ, 2009, p. 72).

A falta de infraestrutura básica, saneamento, saúde, educação, segurança e alternativas de trabalho e renda deve ser considerada como características emblemáticas das cidades amazônicas, fonte originária dos inúmeros problemas sociais recorrentes na realidade social, econômica e política das cidades da região, concentrados principalmente nas áreas periféricas destes espaços.

Alves (2011) ao comentar o processo de ocupação de terras na RMB nas décadas de 1980 e 1990, afirma que os problemas urbanos verificados na região metropolitana neste período, possuem estreita relação com as dificuldades de acesso à moradia, situação que segundo a autora é ocasionada por questões como: a não absorção do grande contingente populacional no setor formal da economia dificultando o acesso aos direitos trabalhistas, o acesso precário dos trabalhadores aos equipamentos urbanos

(sistema viário, energia elétrica, abastecimento de água potável etc.), acompanhados pela omissão do Estado em promover o acesso à habitação popular de qualidade, ou seja, em área infraestruturada.

[...] Dessa forma, a periferia passou a receber um grande contingente populacional, inclusive do interior do estado, sem, contudo receber a infraestrutura adequada para organizar o espaço. Foi nesse sentido que Belém acompanhou a evolução urbana, ou seja, como uma crescente expansão das ocupações espontâneas que foram surgindo com os movimentos de “invasão” de terras públicas e privadas (COUTO, 2010, p. 81).

As ocupações de áreas distantes do grande centro metropolitano reflete a dinâmica de expansão e formação espacial da RMB, que em decorrência do histórico déficit habitacional do país e região, assume a característica de estruturação urbana dispersa (TRINDADE JR, 1998), “banindo da cidade” (RODRIGUES, 1998) os trabalhadores recém-chegados que buscam na moradia distante e sem infraestrutura uma forma de superação da condição de miséria a qual estão submetidos.

Uma questão que se coloca como central à discussão sobre as condições de moradia dos trabalhadores residentes nos espaços distantes do grande centro regional, diz respeito à qualidade de vida nestes espaços-ambientes, onde os níveis e condições de realização da vida expressarão objetivamente as formas de apropriação do espaço urbano³³. A paisagem urbana brasileira é marcada pela relação centro-periferia, embora a desaglomeração urbana seja uma forte tendência a ser seguida, tendo em vista o intenso e abrupto crescimento demográfico e espacial das cidades, que exige do ponto de vista da acumulação capitalista a descentralização das economias de áreas centrais devido à formação de novos espaços de localização do mercado consumidor espacialmente disperso (CORRÊA, 2011).

Nestas condições há que se considerar, contudo, que esta relação assume outra característica, pois segundo Alves (2011, p. 113), “essa associação de periferia com áreas distantes do centro e população de baixa renda se generaliza de tal forma que bairros distantes, mas compostos por populações abastadas, passam a não ser considerados periferia”. Um exemplo que ilustra bem a fala da autora diz respeito ao

³³ Rodrigues (1996, p. 94), ao discutir os conflitos de classes imanentes ao processo de produção e uso do espaço urbano, afirma que: “... a qualidade de vida no espaço-ambiente intra-urbano, definida como maior ou menor possibilidade de acesso ao trabalho social materializado nos equipamentos que compõem essa paisagem, reproduzirá invariavelmente as condições de desigualdade imanentes ao modo de produção”.

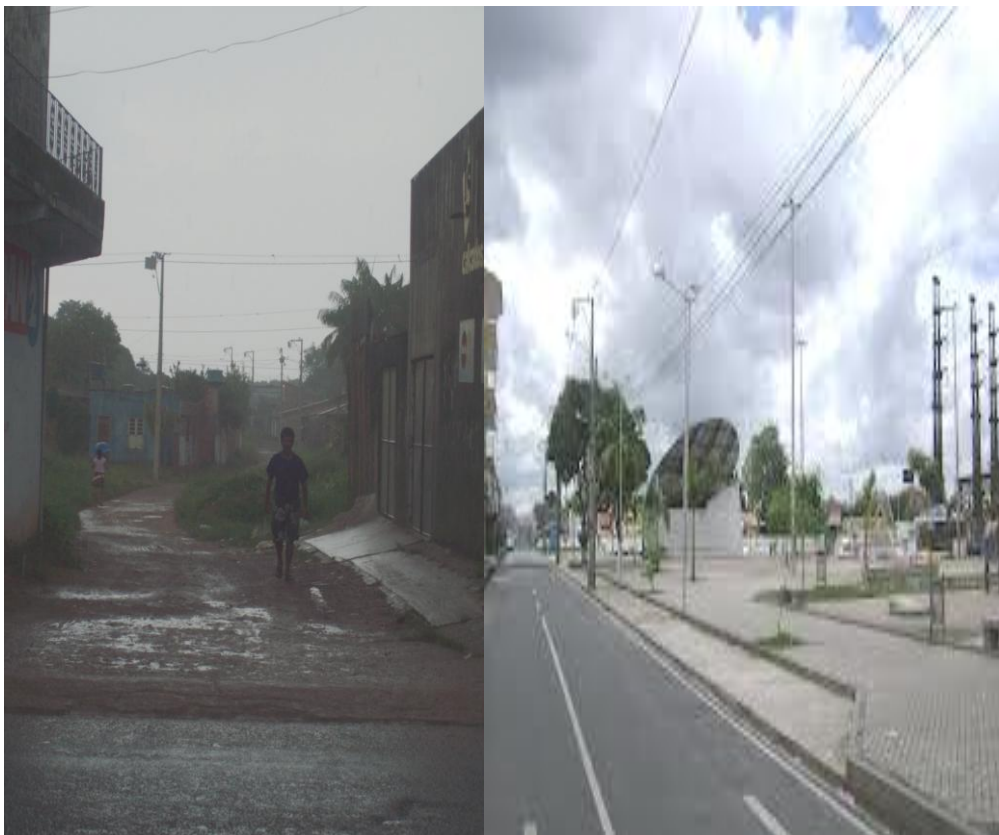
Conjunto Cidade Nova no município de Ananindeua, que em sua formação refletia a dinâmica de produção dos espaços segregados na RMB.

O Conjunto Cidade Nova, como periferia componente da unidade sócio-política de Belém, é produto do percurso histórico dessa cidade sob a influência do capital. Ele espelha fusões ou relações contraditórias entre o longe e o perto, os limites à expansão do sítio urbano e a ruptura desses limites, a não-Belém e, ao mesmo tempo, a cidade de Belém (RODRIGUES, 1998, p. 40).

Antes considerada periferia distante e com áreas destituídas de infraestrutura e equipamentos coletivos, atualmente as condições de moradia no Conjunto Cidade Nova refletem o processo de desconcentração urbana, pois há uma rede de serviços (públicos e privados) disponível, o que difere da situação vivenciada pelos trabalhadores residentes em áreas periféricas no município de Ananindeua, caso específico do Conjunto Parque Modelo II.

O Conjunto Cidade Nova atualmente é considerado o grande centro de Ananindeua, tendo em vista a concentração comercial e financeira existente em sua área central, que comporta uma infraestrutura de serviços e equipamentos públicos, que demonstra como se inscreve em seu território os processos de estratificação social, tendo em vista a precariedade das condições de vida dos trabalhadores residentes nas áreas mais distantes de sua área central.

Figura 9 - Contrastes entre Rua José de Alencar (Conjunto Parque Modelo II) e área central do Conjunto Cidade Nova



Fonte: Registro do autor (2012).

Um indicativo sobre as condições de moradia dos trabalhadores residentes no Conjunto Parque Modelo II encontra-se nos dados referentes à condição topográfica da rua onde residem, onde 67,2% das famílias pesquisadas moram áreas secas/alagáveis³⁴, o que aponta a inexistência de saneamento básico, conforme dados visualizados na Tabela 15 e Gráfico 9, Figuras 10 e 11.

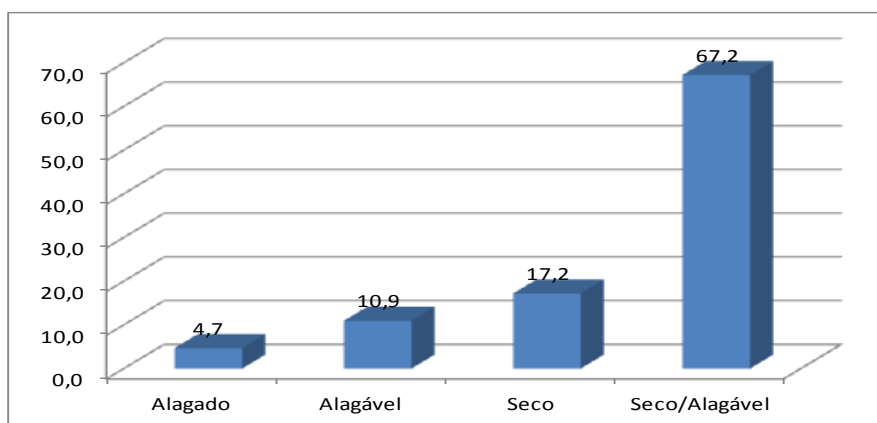
³⁴ Com base em estudos realizados no município de Belém, as áreas consideradas “secas” estão localizadas acima da cota 4 do nível do mar e as consideradas “alagáveis” estão abaixo desta cota (TRINDADE Jr., 1998).

Tabela 15 - Condição topográfica da rua onde residem

<i>CONDIÇÃO DO TERRENO</i>	<i>RESPOSTA</i>	<i>%</i>
	<i>S</i>	
Alagado	3	4,7
Alagável	7	10,9
Seco	11	17,2
Seco/Alagável	43	67,2
Total	64	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo (2011).

Gráfico 9 - Condição topográfica da rua onde residem



Fonte: Pesquisa de Campo (2011).

As áreas de ocupações espontâneas localizadas na periferia são áreas marcadas pela falta de infraestrutura e saneamento básico, acompanhada da dificuldade de mobilidade e predominância de trabalhadores de baixa renda, geralmente migrantes vindos de outras regiões (ALVES, 2011). A precarização das condições de reprodução da vida nestas áreas traduz, portanto, uma contradição estruturante do atual modelo de sociedade revelada pela não democratização do acesso à terra infraestrutura para moradia digna.

Figura 10 - Rua da Torre / Conjunto Parque Modelo II



Fonte: Registro do autor (2012).

Figura 11 - Rua Santa Helena / Conjunto Parque Modelo II



Fonte: Registro do autor (2012).

Desta maneira as condições de via das famílias de trabalhadores residentes no Conjunto Parque Modelo II também acompanham esse movimento da sociedade, e as contradições existentes quanto à omissão do Estado demonstram que a socialização das condições gerais de produção (meios de consumo coletivo e meios de circulação), ocorre de modo diferenciado quando percebidas as diferenças gritantes entre os espaços e padrões de vida, pois,

Existem pessoas que invadem por não ter absolutamente onde morar; aceitando a condição de habitar em lugares distantes, sem equipamentos coletivos ou em casas cobertas com plástico. Isso porque a RMB apresenta índices de pobreza alarmantes, o que dificulta o acesso à moradia decente e facilita o processo de invasões de terra (SANTANA, 2011, p. 138).

A autora expressa de modo preciso um processo bastante comum nas principais cidades brasileiras e amazônicas, onde a busca por alternativas de vida digna nem sempre condiz com uma realidade de acesso às benesses da urbanização moderna, restando aos trabalhadores pobres a busca por moradias em locais desprovidos de infraestrutura e equipamentos públicos, que, no entanto, são consideradas bem mais que um abrigo provisório, ao revelarem o contentamento pela tão sonhada moradia própria.

Neste sentido, dentre os moradores do Conjunto Parque Modelo II, há um número considerável de moradias próprias, pois no total de 64 pessoas entrevistadas, 54 (84,4%) relataram serem donos de sua residência, o que demonstra que o acesso à moradia própria, mesmo em condições precárias, é uma realidade no Conjunto.

Vale ressaltar, entretanto, que o percentual de 84,4% das famílias que informaram serem proprietárias dos imóveis onde residem, não consideram que a propriedade declarada se refere à benfeitoria (domicílio) e não ao terreno onde a mesma está edificada. Pois o Art. 10, da Lei Municipal 2.229/06 que trata a distribuição de títulos de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) aos moradores de áreas como o Conjunto Parque Modelo II, dispõe que: “A Concessão de direito real de uso pode ser transformada em compra e venda e transferida por herança, ou por venda mediante prévia anuência do concedente”.

Tabela 16 - Vinculação com o imóvel

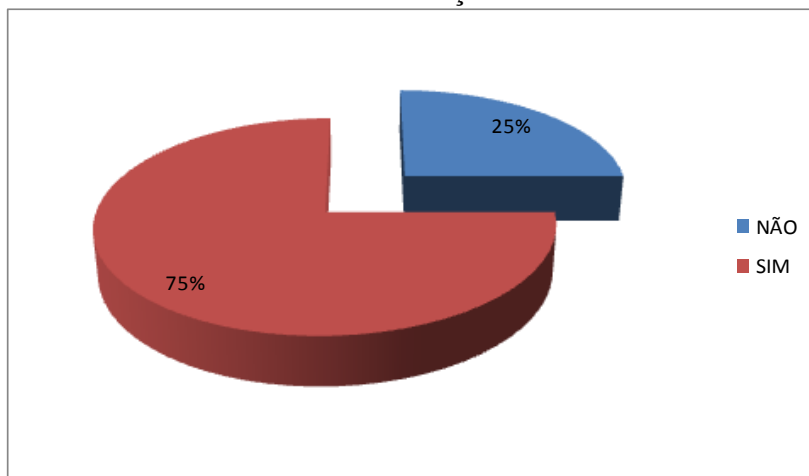
<i>VINCULAÇÃO</i>	<i>RESPOSTAS</i>	<i>%</i>
Própria	54	84,4
Alugada	1	1,6
Cedida	8	12,5
Em aquisição	1	1,6
Total	64	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo (2011).

Em 2009, com base na Lei Municipal nº 2.229 aprovada em 2006, pela Câmara Municipal de Ananindeua que dispõe sobre a distribuição de títulos de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) aos moradores das áreas de ocupação espontânea, a Prefeitura Municipal de Ananindeua começou a viabilizar, por intermédio da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), o cumprimento deste instrumento de regularização fundiária, previsto no Decreto-lei nº 271 de 28 de fevereiro de 1967, portanto, anterior ao Estatuto da Cidade - Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001. Esta lei municipal regulamentou a distribuição destes títulos às famílias residentes em várias destas áreas, inclusive aquelas residentes no Conjunto Parque Modelo II, projeto realizado em parceria com a COHAB/PA, conforme Anexo F (CDRU).

Essa intervenção do poder público municipal contribuiu de modo significativo para a regularização do uso das terras pelas famílias residentes no Parque Modelo II, proporcionando aos moradores a legalização do direito de uso do terreno onde estão edificadas suas casas, ficando sob controle do poder público o domínio útil dos mesmos, impedindo desta forma o desvio de finalidade, ou seja, as famílias contempladas não poderão vender os seus imóveis. O gráfico 10 aponta o percentual de 75% dos moradores que declaram possuir a titulação de seus imóveis/terrenos, sob os fundamentos previstos na legislação pertinente à CDRU.

Gráfico 10 – Titulação do imóvel



Fonte: Pesquisa de Campo (2011).

Desde o início do processo de ocupação da área do Parque Modelo II não havia consenso quanto à propriedade das terras do Conjunto, havendo discordâncias jurídicas entre a COHAB/PA e a Empresa Eletronorte, já que cada uma destas instituições reivindicava para si a propriedade das mesmas. No entanto, o número de famílias que residem atualmente no Conjunto aumentou consideravelmente e o tempo de residência na área declarado pelas famílias abordadas passou a ser justificativa apresentada para a legalização do uso pelos seus ocupantes, o que culminou com a regulamentação e assinatura do termo da CDRU por parte da Prefeitura Municipal de Ananindeua, previsto na lei municipal referida acima.

Das famílias pesquisadas, 45,3% residem entre 6 a 10 anos no referido Conjunto e 26,6% permanecem na área desde o período da ocupação³⁵. Esses moradores se enquadram no que prevê a política nacional de habitação ao tratar da regularização fundiária do solo ocupado, como prioridade à população de baixa renda, através da melhoria na habitabilidade dos núcleos ocupados e a concessão de títulos de uso ou de propriedade (HOLZ & MONTEIRO, 2008).

³⁵ Santana (2011, p. 111), relata que “(...) no Código Civil Brasileiro invasão é toda área ocupada ilegalmente por um período inferior a um ano e um dia [...] Caso a invasão ultrapasse um ano e um dia, o invasor tem o direito de recorrer à justiça para requerer o direito à posse, quando ameaçado de expulsão. A Lei 10.257/2001, na Seção V, que trata do *usucapião especial de imóvel urbano*, regulamenta em seu Art. 9º: “Aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural”.

Tabela 17 - Tempo de residência

<i>TEMPO DE RESIDÊNCIA</i>	<i>RESPOSTAS</i>	<i>%</i>
1 a 5 anos	18	28,1
6 a 10 anos	29	45,3
11 a 16 anos	17	26,6
Total	64	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo (2011).

A Constituição Federal de 1988 garante o direito à propriedade enquanto direito fundamental disposto em seu Art. 5º, XXII, quando diz ser este um direito inviolável e essencial ao ser humano, ao lado de outros direitos, como à vida, à liberdade, à segurança, entre outros. Assim, a propriedade assume um interesse coletivo, pois o Art. 5º, XXIII defende que “a propriedade atenderá a sua função social”, o que leva Holz & Monteiro (2008) a constatar que:

No que se refere à propriedade urbana, esta vem regulada na Constituição Federal em seu art. 182, que determina ser o município, através do Plano Diretor, quem estabelece critérios para aplicação da função social da propriedade urbana, ordenando a cidade de forma a garantir o bem-estar dos seus habitantes e seu desenvolvimento (HOLZ & MONTEIRO, 2008, p. 4).

O Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) em seu art. 39 dispõe que “a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2º desta Lei”.

O Plano Diretor³⁶ de Ananindeua (PDA), Lei Municipal nº 2.237/2006, em seu

³⁶ Conforme destacam Barros; Carvalho; Montandon (2010, p. 113), “o Plano Diretor é o principal instrumento instituído pelo Estatuto da Cidade, reunindo os demais instrumentos e estabelecendo como cada porção do território municipal cumpre sua função social. É uma lei municipal que deve ser revista pelo menos a cada dez anos e deve expressar a construção de um pacto social, econômico e territorial para o desenvolvimento urbano do Município [...] A concepção de Plano Diretor expressa no Estatuto da Cidade pressupõe o enfrentamento dos problemas urbanos, principalmente o enorme passivo de desigualdade social das cidades brasileiras, além de requerer um processo dinâmico e permanente de planejamento no município.

Titulo I, Capitulo I, Art. 1, que trata da definição do PDA, refere que: “O Plano Diretor de Ananindeua (PDA) é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, considerando a totalidade do território municipal, e tem como objetivos fundamentais o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana e a garantia do bem-estar de seus habitantes”. Esta Lei em seu Art. 2, que trata dos objetivos, registra que: “O Plano Diretor de Ananindeua tem por objetivo estruturar o meio urbano e rural com um desenvolvimento econômico sustentável integrado ao meio ambiente, compatível com as peculiaridades e necessidades da região e de seus habitantes, visando a moradia adequada, infraestrutura e equipamentos urbanos suficientes para a promoção da qualidade de vida”.

O direito à moradia digna e adequada conforme disposto no Estatuto da Cidade deve ser regulamento pelos municípios através dos planos diretores, que consistem em instrumentos de ordenamento territorial capazes de vir a garantir, de um lado, a função social da propriedade³⁷ e, de outro, viabilizar a superação do quadro de segregação socioespacial determinada pelo modelo de desenvolvimento urbano adotado no Brasil (FERNANDES, 2010).

Nestas condições, o PDA, no Título III, que trata dos objetivos e diretrizes da política urbana, assegura em seu Art. 6 e 7, § VI, a “promoção da urbanização, regularização e titulação das áreas irregulares do município”, como tentativa de cumprir o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, assim como as metas e prioridades da administração pública.

Quanto às condições de cumprimento do que prevê o Art. 7, § VI do PDA, é possível verificar que as condições de democratização do acesso à terra no município de Ananindeua, implementadas pelo processo de regularização do uso das terras, vem ocorrendo de forma desconectada da efetiva intervenção urbanística viabilizadora da implantação dos serviços e equipamentos de infraestrutura básica, tal como foi previsto no referido artigo da Lei Municipal nº 2.229/2006 => falta checar qual a lei que está sendo referida.

Conforme aponta Cruz (2007, p. 26), “a regularização não envolve apenas a

³⁷ O Plano Diretor de Ananindeua, em seu Art. 4º, define que por funções sociais da cidade entende-se: “As funções sociais da cidade são compreendidas como direito de todo cidadão do acesso à moradia, ao transporte público, à mobilidade, ao saneamento básico, à energia elétrica, à iluminação pública, à saúde, à educação, à cultura, à creche, ao lazer, à segurança, ao acesso aos espaços e equipamentos públicos, à preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural”.

legalização de imóveis se remete também à implantação de serviços públicos como saúde, educação, saneamento básico, entre outros”. O que ratifica os limites do processo de regularização do uso de terras para famílias de baixa renda adotado pela Prefeitura Municipal de Ananindeua, limites estes que impedem o alcance dos ideais previstos no Estatuto da Cidade. Por outro lado, o PDA, principalmente no que diz respeito à função social da cidade e ao direito à terra infraestruturada, com saneamento, transporte e serviços coletivos não pode ser considerado uma realidade vivenciada pelos atuais moradores do Conjunto Parque Modelo II.

3.3.3. LUTAS SOCIAIS LOCAIS: PROCESSO ORGANIZATIVO E PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES

A partir da década de 1970 ocorre no Brasil uma tendência recorrente de formação de movimentos populares urbanos. Nesse período, o desenvolvimento de grupos populares que intensificam suas lutas e reivindicações pelo acesso à moradia e melhores condições de infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos, acontecem de modo incisivo. Conforme definição de Gohn (1999, p. 44), os movimentos sociais, numa concepção ampliada, podem ser entendidos como

(...) ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

Para entender o desenvolvimento dos movimentos organizativos no Brasil (décadas de 1970 e 1980) é necessário recorrer às principais demandas e reivindicações de diferentes setores das classes populares³⁸, onde segundo destaca Cruz (2011), as várias formas de organização tinham como objetivo imediato por via das suas reivindicações precisas: creches, habitações, luz, esgoto e pavimentação.

³⁸ Gohn (1991) enfatiza que neste período houve um cruzamento intenso entre as formas de movimentos organizados, destacando-se também neste contexto as lutas dos setores das camadas médias (mulheres, estudantes, negros, ecologistas etc.).

É necessário, contudo ir bem mais além do exame pontual dos processos de grande efervescência dos movimentos sociais na arena de lutas, evitando-se assim análises conjunturais limitadas sem avançar na percepção das condições estruturantes. Para tanto, é importante considerar que neste período o aumento do quadro de pauperização da classe trabalhadora se alarga nas principais metrópoles brasileiras³⁹ enquanto consequência direta da diminuição dos postos de trabalho e das crescentes perdas nos níveis de renda dos trabalhadores urbanos. Segundo Kowarich (1985),

[...] os graus de pobreza não podem ser medidos apenas através do padrão de rendimento e do consumo individual. Além deste aspecto, existe um conjunto de serviços que é consumido coletivamente e que pelo menos nas grandes cidades, torna-se crescentemente importante para a reprodução da força de trabalho: transporte, saúde e saneamento, habitação – que não pode ser visto isoladamente de alguns serviços como rede de água e de esgoto, pavimentação, eletrificação – isto para não falar em outros componentes como educação, atividades culturais ou lazer, todos eles, elementos mais ou menos vitais para o padrão de vida da força de trabalho que, como se sabe, varia historicamente em função, basicamente, do desenvolvimento das forças produtivas e da capacidade de organização e luta das classes e camadas que se confrontam na arena social (KOWARICK, 1985, p. 34).

A ausência e/ou ineficiência desse conjunto de serviços coletivos necessários à reprodução social dos trabalhadores condiciona o processo de espoliação urbana, entendido como a “somatória de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumos coletivos que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de sobrevivência das classes trabalhadoras” (Idem, p. 34). O autor também considera que o tema da espoliação urbana para ser compreendido deve ser relacionado necessariamente com algumas questões estruturais de caráter global.

Estas podem ser pontuadas a partir das seguintes questões: o grande exército de reserva que se forma nas grandes cidades brasileiras enquanto consequência da expansão econômica capitalista; as formas de dominação política recente, que além de dilapidar a força de trabalho, neutralizam seu potencial político de defesa e luta por níveis salariais e melhores condições de trabalho; além do enfraquecimento de sua

³⁹ Alves (1991, p. 29), ao discutir o processo de pauperização recorrente nas principais cidades brasileiras no período entre o final da década de 1980 e início da década de 1990, afirma que “só na grande São Paulo viviam aproximadamente 100 mil mendigos; em São Paulo e no Rio de Janeiro, onde se concentram 47,2% da população mais pobre do país, 4,5 milhões de pessoas passam fome, entre as quais 31% das crianças de 0 a 5 anos, cujos pais têm renda anual equivalente entre 50 e 300 dólares”.

capacidade de pressionar o Estado para obtenção de serviços coletivos básicos e necessários à sua reprodução.

Somam-se ainda às questões anteriormente abordadas, ou seja, à forma histórica como se processou a expansão urbana das grandes cidades brasileiras, ocorrida por meio do intenso processo de especulação do solo urbano – retenção de enormes espaços vazios pelos proprietários visando à valorização da terra e a maior rentabilidade no seu valor de venda – e a configuração espacial segregadora que forma os espaços da cidade, criando condições precárias de fixação da classe trabalhadora em locais desprovidos de infraestrutura e distantes dos locais de trabalho (KOWARICK, 1985).

Ribeiro (2005) identifica no cenário de produção do espaço brasileiro uma tendência à *metropolização da “questão social”*, entendida pelo autor como a relação entre concentração territorial dos efeitos perversos da globalização e fragilização das condições de vida nas cidades, principalmente no que se referem às famílias, domicílios e bairros que reproduzem desigualdades sociais “comuns” ao histórico padrão de desenvolvimento capitalista.

Percebe-se, portanto, que a formação da rede urbana brasileira está imbricada em uma teia de relações mediadas pela inserção do capital industrial e por meio das condições de formação de um espaço estruturado que viabilizasse as condições necessárias à expansão das forças produtivas capitalistas e da força de trabalho, condicionadas a uma socialização contraditória dos meios necessários à reprodução de ambos, tal como aborda Lojkine (1997).

Neste processo, o Estado assume o papel de regulador das contradições implícitas engendradas pela expansão das fronteiras capitalistas no país, a partir de uma intervenção eminentemente política que ocorre em meio à luta de classes, fazendo com que o mesmo torne-se uma espécie de mediador de conflitos, pois suas intervenções favorecerão tanto as exigências técnicas e econômicas do capital, como tentarão solucionar as necessidades impostas pela reprodução da força de trabalho.

O Estado será gerenciador dos equipamentos urbanos, pois a ele competirá produzi-los, distribuí-los e geri-los. Ele terá que empreender uma ação política para criar condições de produção e reprodução da força de trabalho. Devido à heterogeneidade de interesses que se condensam em torno do Estado, a ele competirá como resposta, dar coesão político-ideológica à sociedade. Ele não é meramente o comitê executivo da burguesia, mas o organismo onde se condensam as lutas sociais e políticas. Nem que seja meramente ao nível ideológico, compete ao Estado dar aparência de igualdade social (GOHN, 1982, p. 23).

O adensamento populacional nas grandes metrópoles e regiões, e o alastramento da desigualdade e pobreza no espaço urbano aguça o processo de articulação de práticas reivindicatórias no interior da sociedade, tendo o Estado como principal alvo das demandas dos trabalhadores.

Gohn (1982) afirma que apesar do processo de formação política ser bastante lento no Brasil devido à tradição cultural de não militância das classes populares, a forma segregada na qual ocorre o processo de urbanização no país, faz emergir no cenário urbano o aumento de pressões sobre os órgãos do Estado a partir da aglutinação dos trabalhadores em novas formas de organizações políticas a nível local, que passam a ter grande importância no sentido de serem criadas condições específicas para sua reprodução social nas cidades.

Tais condições foram criadas pelos trabalhadores nas últimas décadas a partir do momento em que se apropriam dos “espaços disponíveis” da cidade por via das inúmeras mobilizações ocorridas em torno da moradia e dos equipamentos e serviços urbanos em geral, pautas, que nas décadas de 1970 e, sobretudo na década de 1980, passam a constituírem-se em reivindicações constantes dos movimentos urbanos de luta pelo acesso à moradia. Segundo Castro (2011, p. 23), a RMB,

[...] viveu, nas últimas décadas, intensos e progressivos processos de “invasões” de terra, chegando a 44 entre 1987 e 1990. Em 1995, foram registrados no Pará aproximadamente 262 áreas provenientes de “invasões” de terra, envolvendo 111.299 famílias e 20 Conjuntos Habitacionais. Essas ocupações localizavam-se na Região Metropolitana de Belém, dados que revelam a gravidade do problema de moradia e saneamento, envolvendo cerca de 352.660 pessoas.

No município de Ananindeua, área que compõe a RMB, as “invasões”⁴⁰ ocorreram de modo incisivo em áreas contíguas que passam a adquirir neste período, a característica de verdadeiros repositórios de famílias de baixa renda a partir dos critérios definidos pelo mercado da política habitacional (RODRIGUES, 1998).

Quanto às lutas sociais no Conjunto Cidade Nova, há uma importante diferenciação que deve ser apontada quando comparada às reivindicações dos moradores inseridos nos espaços do seu entorno, como exemplo, o Conjunto PAAR

⁴⁰ Santana (2011), ao discorrer sobre o uso do termo “invasão de terra”, o considera a partir da definição de Valladares e Kayat (1983), que entendem a “invasão” como uma forma de luta pela terra, sendo assim um produto resultante da ação coletiva, que nestas condições o transformaria num ato político.

e o bairro Curuçambá. No Conjunto Cidade Nova, à época de seu surgimento, as lutas por moradia foram contempladas com o acesso às edificações do projeto habitacional implementado pela COHAB/PA para algumas famílias. No entanto, também entraram em disputa famílias de trabalhadores que passaram a ocupar áreas no seu entorno em busca de moradia, havendo inúmeros confrontos entre trabalhadores e aparato jurídico-policial.

Na área da COHAB (próxima ao Cidade Nova I), onde se construiu o Cidade Nova IX, os posseiros se articularam com lideranças comunitárias e políticas, resistindo, sendo, porém, deslocados para imediações do Guajará I, o que não era o desejo de alguns, face a distância e a falta de infraestrutura. Permaneceram na área duas famílias, cujos lotes ocupados tinham tamanho semelhante ao do lote habitacional da COHAB (RODRIGUES, 1998, p. 142).

As ações de reintegração de posse no Conjunto Cidade Nova surtiram o efeito desejado pelo Estado, e a área destinada à construção de 28.030 casas seguiu o roteiro planejado no projeto da COHAB/PA, que previa o financiamento da compra do terreno e construção das casas à população considerada de baixa renda (1 a 3 salários mínimos). A instalação dos equipamentos urbanos (água, luz, esgoto etc.) e dos serviços coletivos (escola, creche, postos de saúde etc.) ficaria a cargo do governo estadual em diferentes instâncias (Idem, p. 142).

Nestas condições, as principais reivindicações da Associação de Moradores do Conjunto Cidade Nova situavam-se na tentativa de sensibilizar o governo estadual para ampliação dos serviços e equipamentos públicos na área, tais como: escolas, praças, feiras e mercados públicos, postos de saúde, limpeza pública, capinação das ruas, pavimentação, tapagem de buracos, desobstrução de esgotos ou valas etc., além da mobilização em torno do aumento das parcelas do financiamento efetuado pela COHAB/PA. Rodrigues (1998), em seus registros sobre a existência de equipamentos urbanos e transporte à época de seu trabalho de pesquisa (1985)⁴¹, identificou já neste período uma melhoria quanto ao acesso aos equipamentos e serviços urbanos:

⁴¹ Os limites temporais da pesquisa realizada por Rodrigues (1998) no Conjunto Cidade Nova situam-se da seguinte forma: 1982 a 1983 (visitas de campo e pesquisa bibliográfica); 1984 a início de 1985 (pesquisa de campo); 1988 submissão à avaliação da banca do Curso de Mestrado UFPA/NAEA/PLADES.

Em relação aos equipamentos urbanos, a moradia no conjunto representou melhoria em todos os aspectos levantados: luz, água encanada, esgoto, pavimentação da rua, iluminação, coleta de lixo, mais de uma linha de ônibus. Destaca-se, porém, que o item pavimentação da rua só foi respondido satisfatoriamente para 53,2% dos entrevistados. A coleta de lixo e a existência de opções satisfatórias de transporte estão entre as maiores precariedades. Por mais que a população tenha obtido ganhos quanto à oferta desses serviços na moradia atual, não quer dizer que eles apresentem a qualidade desejada (RODRIGUES, 1998, p. 206).

No quadro histórico de desenvolvimento do espaço urbano em Ananindeua, o Conjunto Cidade Nova por ser o bairro pioneiro na formação do município, atualmente sofre uma apropriação diferenciada dos demais bairros, tendo em vista o processo de apropriação de suas áreas que tende à segmentação. No qual a classe dominante, por suas condições materiais, dispõe de meios de apropriar-se da soma de benefícios – áreas de lazer, escolas, hospitais, extensa área comercial, etc. – existentes naquele espaço, reforçando a situação de privilégio, tal como nos aponta Villaça *apud* Júnior (2005, p. 173):

[...] é a classe dominante que comanda o processo de apropriação diferenciada das vantagens do espaço. Dentre essas vantagens, a mais decisiva é a otimização dos gastos de tempo despendido nos deslocamentos das pessoas, ou seja, a acessibilidade às diversas localizações urbanas, especialmente ao centro urbano. Na disputa pelo controle dos tempos de deslocamento, a classe dominante lança mão de vários estratagemas e a *segregação espacial* é um dos mais importantes.

Percebe-se que a expansão recente do espaço no Conjunto Cidade Nova segue, atualmente, um viés contraditório, no qual existem áreas que possuem atrativos pelas vantagens locacionais advindas da infraestrutura instalada, ao mesmo tempo que tem áreas marcadas pela segregação, que tende a segmentar um grande contingente de trabalhadores, dado o fato de não disporem de recursos materiais necessários à ocupação dos espaços infraestruturados, e, portanto, valorizados. A valorização de determinados espaços é decorrente da implantação de equipamentos e serviços viabilizados pelo Estado, o que requer a disposição de um nível de renda elevado por aqueles que passam a usufruir de suas benesses.

Atualmente, as condições de infraestrutura e serviços disponíveis na área do Conjunto Cidade Nova revelam uma realidade distinta da situação identificada por meio da pesquisa de Rodrigues (1998) junto aos moradores pioneiros da área, já que esta área

apresenta novas características, ou seja, este espaço está dotado de certos recursos de infraestrutura, equipamentos e serviços coletivos.

Figura 12 — Rua We 21 / Conjunto Cidade Nova



Fonte: Google imagens – Cidade Nova, 2011. Disponível em:

<http://www.google.com.br/imgres?q=Conjunto+Cidade+Nova+em+Ananindeua> Acesso em: 21 Agosto. 2012.

O conjunto Parque Modelo segue uma lógica diferenciada do Conjunto Cidade Nova, principalmente no que se refere às condições materiais de infraestrutura e serviços coletivos disponíveis à população nele residente. Uma percepção clara desse processo pode ser visualizada pelo conteúdo extraído das falas dos sujeitos pesquisados (famílias residentes na área), conforme tabela 18 que trata da avaliação das famílias sobre o local em que vivem.

Tabela 18 – Avaliação sobre o local de residência

ALTERNATIVAS AVALIATIVAS	RESPOSTAS
Lugar que tem ausência de serviços públicos essenciais	18
Lugar tranquilo e única opção de moradia	22
Local inseguro e perigoso	14
Espaço de boa convivência com vizinhos	09
Não soube explicar	01
Total	64

Fonte: Pesquisa de campo (2011).

Do total de 64 famílias pesquisadas, 22 acreditam que o lugar de moradia pode ser considerado satisfatório pela tranquilidade e por ser a única alternativa viável de moradia, enquanto 18 famílias constatam que na área do Conjunto há ausência de serviços públicos considerados essenciais e 14 famílias consideram a área perigosa e insegura. Os relatos abaixo qualificam os aspectos anteriormente apresentados:

Se realmente eu tivesse condições de morar em outro lugar não pensaria duas vezes, porque fico preocupada com meus filhos que estão crescendo nesse ambiente (O.O.S, 37 anos, técnica de enfermagem).

Aqui sempre foi muito animado e bom de viver, os vizinhos são prestativos, o clima é bom e se não fosse os problemas seria bem melhor (M.A.F.V, 46 anos, empregada doméstica).

Se tivéssemos praças, ruas asfaltadas, água encanada e mais segurança no bairro, seria uma maravilha, mas por enquanto é uma fartura, pois “farta tudo” (risos) (A.R.S.C, 40 anos, dona de casa).

Se nós tivéssemos a estrutura que tem outros bairros daqui do município seria bom de mais (W.M.C, 38 anos, carpinteiro).

Os dados coletados, quantitativos e qualitativos, demonstram que o processo de espoliação vivenciado pelos moradores deve ser considerado um fenômeno característico das condições de vida dos trabalhadores que residem em áreas consideradas periféricas na RMB.

[...] Em 1980, por exemplo, a população que residia nos bairros mais pobres de Belém auferia renda familiar que variava em média de três a seis salários mínimos, segundo dados do IBGE. Grande parte dessas pessoas, oriundas do interior do estado, à procura de melhores condições de vida, alojou-se nas áreas de baixadas, sobrevivendo sob condições de extrema miséria, sem muita esperança de emprego razoável ou de retornar ao lugar de origem, vivendo de forma marginal, do ponto de vista das estruturas urbanas, portanto, quase

sempre sem usufruir das políticas econômicas e sociais definidas pelo setor público e setor privado (CRUZ, 2011, p. 195).

As ocupações ocorridas no Conjunto Parque Modelo II e áreas adjacentes foram realizadas através das ações de movimentos sociais organizados, estando à frente destas ocupações a Associação de Moradores do Parque Modelo II⁴², fundada em 17 de Agosto de 1996, período que marca o início destes processos.

No Conjunto Parque Modelo II, a luta da Associação de Moradores começa a ser organizada no sentido de viabilização de infraestrutura e serviços públicos para a área em geral, conforme ofícios encaminhados à COHAB/PA, Assembleia Legislativa do Estado, Prefeitura Municipal de Ananindeua e Governador do Pará, em exercício, à época da ocupação (anexos A, B, C, D e E).

Diversas solicitações, via ofícios, foram encaminhadas às instituições públicas, das esferas estadual e municipal, desde a época da ocupação, com o intuito de alcançar melhores condições de vida e reprodução social para os trabalhadores residentes na área. Dentre as principais reivindicações destacam-se: rede de água e energia, saneamento básico, asfalto, segurança pública, telecomunicações (principalmente, telefones públicos), escola e posto de saúde.

No que se refere à viabilização de uma unidade do Programa Saúde da Família (PSF) para a área do Conjunto Parque Modelo II, por ocasião da V Conferência Municipal de Saúde de Ananindeua, (02 a 04 de dezembro de 1999) – evento organizado pela Secretaria Municipal de Saúde e Conselho Municipal de Saúde foi deliberado, a partir da indicação dos delegados presentes⁴³, a construção e funcionamento de um posto de atendimento às famílias do referido Conjunto.

Destaca-se que o então presidente da AMACORT relatou que inúmeras vezes a Associação de Moradores do Conjunto Parque Modelo II e as demais associações, procuraram a Prefeitura Municipal de Ananindeua e a Secretaria Municipal de Saúde reivindicando o cumprimento da deliberação tomada, em 2009, na V Conferência

⁴² Em 2012, surgem no Parque Modelo II, mais duas entidades comunitárias: Clube de Mães do Parque Modelo II (CMPM II); e Associação de Moradores e Amigos e Colaboradores da Rua da Torre (AMACORT), estas duas somam-se as lutas históricas da Associação de Moradores, em busca de melhorias urbanas (infraestrutura, equipamentos públicos e serviços) na área do Conjunto.

⁴³ Na ocasião de realização da V Conferência Municipal de Saúde de Ananindeua, a Associação de Moradores do Conjunto Parque Modelo se fazia presente com indicação de delegados, conforme certificado de participação em anexo (F).

Municipal de Saúde sobre a implantação do PSF. As respostas obtidas eram sempre as mesmas, de que para o funcionamento do posto faltava apenas à locação de um imóvel que tivesse condições físicas apropriadas ao desenvolvimento de atividades específicas de uma unidade de saúde, pendência que até o término da pesquisa de campo, em 2011, ainda não havia sido solucionada.

Atualmente, as famílias residentes no Conjunto Parque Modelo II são atendidas pela Unidade de Saúde da Família do Conjunto Roraima Amapá I e II⁴⁴, situação que causa transtornos recorrentes quanto à viabilização do atendimento às famílias dos dois Conjuntos.

Figura 13 - Unidade Saúde da Família / Roraima Amapá I e II



Fonte: Registro do autor (2012).

É necessário considerar que o problema da segregação socioespacial vivenciado pelos moradores quanto à ausência/ineficiência dos serviços e equipamentos públicos, tem fomentado os grupos organizados locais a se mobilizarem no sentido de pressionar o governo municipal e os agentes públicos para a viabilização de melhores condições de vida para os trabalhadores residentes naquela área do município de Ananindeua.

Cruz (2011) afirma que essa conjuntura (precarização das condições de vida e reprodução social dos trabalhadores na RMB) proporciona o despertar das organizações de indivíduos fora dos espaços institucionais, forjando lutas específicas

⁴⁴ A Unidade de Saúde da Família – Conjunto Roraima-Amapá I e II – desenvolve o atendimento às demandas dos residentes nos Conjuntos Roraima-Amapá I e II e Parque Modelo II, por intermédio de duas equipes compostas por: 02 médicos(as), 02 enfermeiros(as), 02 técnicos de enfermagem, 02 auxiliares administrativos, 01 agente de portaria e 16 Agentes Comunitários de Saúde (ACS), divididos nas duas equipes, sendo cada ACS responsável por 150 famílias.

e espontâneas e que devido à representatividade que alcançam com suas diversas formas de organização, ganham visibilidade e unidade dentro da arena de conflitos de classes que se reproduz no espaço urbano.

Os sujeitos inseridos nesses espaços são os principais responsáveis pela realização de práticas organizadas (formal ou informal) capazes de criar condições potenciais de modificação de estruturas históricas, via pressão sobre o Estado. Segundo Gohn (1991, p. 57), “a consciência transformadora não se constrói espontaneamente, a partir meramente da existência dos problemas. Ela se constrói no próprio processo das lutas”.

Tabela 19 - Avaliação sobre atuação da PMA

ALTERNATIVAS AVALIATIVAS	RESPOSTAS
Obras e serviços sem alcance efetivo	11
Intervenções urbanísticas somente às vésperas de eleições	12
Ausência da atuação da PMA	24
Interesse nas áreas centrais do município	03
Demora no cumprimento dos prazos previstos para execução e término das obras	13
TOTAL	64

Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

Segundo a autora, o processo de consciência da própria realidade deve-se a articulação necessária entre carências e organização. Desta maneira, ao reporta-se aos trabalhadores do Conjunto Parque Modelo II, um grande número de famílias (24), ao avaliarem a atuação da prefeitura no bairro, entendem que a ausência da atuação do poder público municipal é determinante para as condições precárias de vida as quais estão submetidas.

Os dados da Tabela 19 quando confrontados com as falas das famílias, revelam que apesar dos trabalhadores terem consciência dos problemas enfrentados na área do

Conjunto, as carências de infraestrutura e serviços coletivos na área ainda não são dinamizadoras de mobilizações e processos organizativos consolidados e permanentes, de modo a que a busca e formas de resistência atuais, por melhores condições de vida, desse continuidade às lutas iniciadas desde o início do processo de ocupação pelas associações existentes.

Não fazem nada por nós aqui do Parque e do bairro inteiro, o Curuçambá, tudo tá abandonado, até a feira, tá só lixo e buraco nas telhas, quando chove é um Deus nos acuda (V.R.G, 34 anos, garçom).

A gente só sabe que existe Prefeitura próximo das eleições, mas durante o resto do ano não se vê a cara do prefeito por aqui, e isso pra não dizer que nunca vi nenhum trabalho dele aqui na comunidade (D.S.S.S, 42 anos, dona de casa).

Eu digo que político não dá a mínima para gente pobre, e olha que sempre é a mesma coisa, porque mesmo sabendo disso votamos neles e as coisas continuam do jeito que estão, esse abandono aí que a gente vê (P.P.M.V, 45 anos, marceneiro).

Se fizessem o mínimo por nós daqui já seria suficiente, agora largam de mão e só aparecem quando precisam de voto, aí fica difícil nossa situação (M.P.C.D, 41 anos, pintor).

A questão que se coloca atualmente em debate sobre o direito à cidade (terra urbanizada, moradia digna, saneamento ambiental, infraestrutura e serviços públicos, transporte coletivos, mobilidade e acessibilidade, trabalho e renda, cultura e lazer etc.), diz respeito às condições de acesso a direitos sociais conquistados. Situação que se agrava, quando são referidas apenas às condições de acesso, sem levar em conta a forma de percepção da realidade pelos trabalhadores sobre os caminhos para se alcançar a efetividade desses direitos.

As lutas desenvolvidas em âmbito local – a exemplo do Conjunto Parque Modelo II – devem ser consideradas a partir de seus significados históricos no que diz respeito à realização de projetos individuais que se articulam à realização de necessidades e interesses coletivos, tal como afirma Cruz (2011). No entanto, os efeitos obtidos de forma local deveriam servir de subsídio prático para a criação de escalas reivindicatórias que se abrem aos novos grupos participantes, abrindo precedentes para um contínuo processo de politização e conscientização dos grupos envolvidos (GOHN, 1991).

Nestas condições, o processo de segregação socioespacial vivenciado por essas famílias deve ser considerado expressão máxima das contradições engendradas pela urbanização capitalista, somadas ao quadro de espoliação urbana, enfrentado historicamente pelos trabalhadores nessas áreas precárias, e que indicam a prevalência da desigualdade e o acirramento das diferenças e dos conflitos de classe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica de desenvolvimento do espaço urbano na sociedade capitalista está associada aos processos de segregação socioespacial vivenciados por grandes contingentes de trabalhadores nas cidades brasileiras, visibilizados pela diferenciação dos espaços ocasiona, pela intensificação da desigualdade socioespacial e pelo alastramento da pobreza nestes espaços.

O quadro histórico brasileiro tem apresentado, nas últimas décadas, formas resignificadas de relações entre as classes sociais, que, contraditoriamente, não superam, mas agravam ainda mais a histórica “questão social”. A situação de espoliação a que estão submetidos os trabalhadores pelo não acesso às condições necessárias à sua reprodução social, com destaque para o não acesso ao trabalho e renda, vem provocando, cotidianamente, impactos em todas as dimensões da vida social.

A reestruturação produtiva do modo de produção capitalista tornou-se determinante do processo de acirramento da pobreza urbana no país, revelada pela não provisão de bens e serviços necessários à reprodução social dos trabalhadores, que, no limite, são obrigados a procurar alternativas viáveis nos espaços precários dos grandes centros urbanos, formando assim massivos contingentes de trabalhadores alijados do mercado de trabalho formal.

A abertura do espaço amazônico para a inserção do capital, por meio da ação de grupos privados sobre o patrimônio mínero-natural, ocasionou a exploração de recursos, via grandes projetos, e imprimiu mudanças consideráveis na dinâmica da vida dos trabalhadores, tanto no aspecto econômico, quanto socioespacial. Este período marca o momento de deflagração de intensos conflitos fundiários ocasionados por processos como: concentração de terras, ampla mobilidade da força de trabalho, favelização em larga escala, desequilíbrios espaço-ambientais e conflitos urbanos decorrentes da grande imigração que se processa de modo intra e extrarregional.

O crescimento das metrópoles amazônicas ocorre consoante à grande mobilidade considerada como principal vetor de expansão e de alastramento da desigualdade na ocupação dos espaços, ocasionado pela viabilização de condições alternativas de reprodução da vida em áreas de ocupações espontânea nos espaços metropolitanos marcadas pela inexistência de oportunidades de acesso ao mercado de trabalho urbano e à moradia digna.

Neste cenário, o alargamento dos espaços de reprodução social existentes caracteriza não apenas a situação de adensamento populacional nas cidades a partir do crescimento espacial das áreas metropolitanas, como também insere novas condições de reprodução dos trabalhadores que residem ou passam a residir nestes espaços precarizados.

Nestas condições, **a formação dos espaços no município de Ananindeua segue a lógica de estruturação espacial desigual**, determinada por processos macrosocietários (abertura de fronteiras para expansão do capital e divisão socioterritorial do trabalho) que atinge a economia brasileira e regional nas últimas décadas. Os casos específicos de surgimento de áreas como os Conjuntos Parque Modelo II, PAAR e o bairro Curuçambá, exemplificam o desenvolvimento de um quadro socioeconômico distinto e segregador formado, segundo Lojkin (1997), pela separação fronteiriça entre o mundo dos privilegiados e o mundo dos desprovidos.

É válido considerar que o processo socioespacial ocorrido no Conjunto Parque Modelo II reflete de modo objetivo as características essenciais da cidade capitalista: contradições engendradas, historicamente, pelas relações sociais fundadas nas diferenças entre classes sociais; reprodução social precária dos trabalhadores a partir das condições desfavoráveis de acesso à renda e ao trabalho, além da ineficiência e ausência de equipamentos e serviços coletivos a serem implementados pelo Estado para atender demandas crescentes.

Outro importante fato que deve ser avaliado na dinâmica de expansão da área do Conjunto Parque Modelo II diz respeito ao caráter seletivo, elitista e diferenciador das intervenções urbanísticas realizadas pelo agente público municipal, que continua privilegiando apenas uma parcela da população, localizada nas áreas “nobres” da cidade, como no caso do Conjunto Cidade Nova. Esta situação agrava a desigualdade socioespacial já existente no município de Ananindeua, desde o início de sua formação.

Nestas condições, é possível afirmar que a realidade vivenciada pelos trabalhadores no Conjunto Parque Modelo II materializa o quadro socioeconômico e espacial de marginalização da classe trabalhadora no contexto da mundialização do capital, a partir de severas expressões do processo de segregação socioespacial, tendo como efeitos: crescente miséria causada pela crise do emprego; deterioração das áreas ocupadas pelos trabalhadores; ausência e/ou precariedade de equipamentos urbanos e

serviços coletivos como da saúde, da educação, do saneamento básico, do transporte, do lazer, entre outros.

O Conjunto Parque Modelo II, apesar de sua formação socioespacial ser concomitante às áreas mais estruturadas do município de Ananindeua, não tem materializado em seu espaço físico-geográfico a mesma realidade dessas áreas, pois os níveis de precariedade das condições necessárias à reprodução da vida indicam que os trabalhadores residentes nesta área sofrem, cotidianamente, com as manifestações da histórica desigualdade socioespacial imposta pelo avanço das relações capitalistas.

A estrutura socioespacial existente no Parque Modelo II é consequência do processo de adensamento populacional ocorrido nas regiões metropolitanas brasileiras, que, em sua gênese, acompanha o desenvolvimento das ocupações em áreas distantes do centro metropolitano, situação refletida na dinâmica de expansão e formação espacial da RMB, revelada por níveis agudos de precarização das condições de vida dos trabalhadores residentes nestes espaços, principalmente, pelo não acesso a postos de trabalho e à renda, à infraestrutura e serviços coletivos básicos.

A situação vivenciada pelas famílias residentes no Conjunto Parque Modelo II revela um quadro de segregação socioespacial reproduzido cotidianamente na realidade amazônica, tendo em vista as condições de vida dos trabalhadores residentes nas cidades da região. No caso de Ananindeua este quadro segregativo pode ser demonstrado pelos seguintes resultados: 64% das famílias não tem acesso à limpeza pública; 39,1% das famílias avaliam como ruim a oferta dos serviços de transporte público; 75% das famílias utilizam os ônibus como principal meio de transporte; 52% das famílias consideram que a ausência de policiamento ostensivo na área é um fator para altos índices de violência presentes na área do Conjunto; 67,2% dos moradores moram em terreno seco/alagável, onde nos períodos do ano com maior frequência de chuvas o acesso às residências fica dificultado pela existência de extensos alagamentos; 95% dos domicílios possuem fossa séptica como alternativa de esgotamento sanitário, no entanto, inexistente a rede de tratamento destes resíduos; 84,4% das famílias pesquisadas informaram serem proprietárias dos imóveis onde residem, no entanto, esta propriedade declarada se refere à benfeitoria e não ao terreno onde a mesma está edificada.

Por se tratar de uma área de ocupação espontânea, está sendo executado no Conjunto Parque Modelo II o projeto, coordenado pela Secretaria de Habitação de

Ananindeua, de regularização fundiária com a assinatura de termos de Concessão do Direito Real de Uso (CDRU), que não dá o direito de propriedade e sim regulariza o uso dos imóveis/terrenos contemplados.

A Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) está previsto no arcabouço jurídico do Estatuto da Cidade, visando à superação do quadro de segregação socioespacial determinado pelo modelo de desenvolvimento urbano brasileiro, o que sua implementação implica o enfrentamento de desafios pela sociedade brasileira. Maricato (2010) considera que o avanço jurídico-institucional alcançado pelo Estatuto da Cidade, envolve complexidades e contradições, ainda presentes em sua aplicação, ao mesmo tempo que incitam diversas questões relacionadas à dificuldade dos atores envolvidos em seu processo de efetivação.

A complexidade deste desafio está assentada no caráter estrutural das desigualdades presentes na sociedade brasileira, na qual o direito à cidade ou à moradia digna ainda não é assegurado para a maioria dos seus trabalhadores. As dificuldades quanto à efetivação do Estatuto da Cidade tem colaborado com o quadro vivenciado nas grandes cidades brasileiras, onde a maioria de sua população vive em condições de informalidade (trabalho e moradia) numa condição de produção precarizada do espaço urbano.

Rodrigues (2008, p. 362) ao comentar o papel desempenhado pelo Estatuto da Cidade no contexto de lutas pelo direito à moradia digna, acentua que: “[...] é procedente afirmar que o Estatuto da Cidade cumpre potencial papel estratégico na luta pelo direito à cidade”. No entanto, as ações orquestradas pela globalização capitalista tem transformado o que é norma legal em letra morta, no que se refere ao cumprimento de propostas de planejamento territorial que dizem respeito à reversão da realidade socioespacial marcada pelas desigualdades engendradas pela hegemonia da lógica financeirizada do capital.

Nestas condições, as ações do Estado no processo de urbanização capitalista não viabilizam as condições necessárias à reprodução dos meios de consumo coletivos, conforme foi demonstrado nos dados coletados no Conjunto Parque Modelo II, situação que acompanha o movimento da sociedade, tendo em vista as formas de inserção da intervenção estatal, que são reveladoras da socialização contraditória das condições gerais de produção (meios de consumo coletivo e meios de circulação), que ocorre de modo diferenciado entre classes sociais e espaços.

O fenômeno da segregação socioespacial deve ser apreendido enquanto processo social que expressa uma relação fundante do modo de produção capitalista: o histórico conflito entre capital e trabalho. Portanto, é necessário entendê-lo não como um fenômeno contemporâneo, mas como expressão da luta de classes típica do modelo de sociedade capitalista, o que implica considerar que a superação deste processo não está relacionado somente às melhorias no acesso aos serviços e equipamentos públicos, mas à efetiva superação do modo de produção vigente.

Considera-se, portanto, que as condições de desenvolvimento socioespacial ocorridas na produção da cidade capitalista agregam num mesmo espaço inúmeras diferenciações e hierarquias materiais e simbólicas. Tais situações podem ser consideradas como “campos necessários de desigualdades”⁴⁵ no uso e apropriação das infraestruturas e equipamentos coletivos existentes nas cidades.

Destes processos são engendradas as condições às quais estão submetidas as famílias residentes no Conjunto Parque Modelo II, espaço que revela a lógica de precarização da vida. A expansão das áreas consideradas urbanas na RMB está determinada pela urbanização capitalista vigente, responsável historicamente pelo alargamento de relações sociais contraditórias, uma vez que a infraestrutura, equipamentos e serviços públicos disponibilizados à população trabalhadora não tem alcançado níveis satisfatórios, gerando contingentes massivos de despossuídos dos direitos à moradia digna e à cidade, enquanto bens socialmente produzidos.

Este trabalho ao apresentar o processo de fragilização da estrutura socioespacial existente no Conjunto Parque Modelo II indica que este espaço desde a sua formação reproduz a lógica de desigualdade engendrada pelo aguçamento da relação entre capital e trabalho. A reprodução da vida neste espaço da RMB não vem sentindo os efeitos das modificações ocorridas na estrutura de outras áreas, a exemplo do Conjunto Cidade.

O Conjunto Parque Modelo II, área de expansão socioespacial considerada distante do centro comercial da metrópole, reproduz a lógica de segregação ocorrida no Conjunto Cidade Nova no período de sua formação. As condições socioespaciais atuais deste Conjunto acompanham incisivamente o movimento de desconcentração dos fluxos de pessoas, informações e serviços da metrópole belenense.

⁴⁵ Termo utilizado por Sposito (2011).

A materialidade das contradições socioespaciais identificadas nos dois conjuntos, aponta que historicamente as lutas sociais nestas áreas acontecem por meio de reivindicações voltadas para o acesso a equipamentos e serviços essenciais à dignidade do trabalhador.

Neste sentido, a formação de novos espaços na RMB ocorre historicamente a partir da constituição de áreas ocupadas por contingentes de trabalhadores considerados banidos do direito de acesso às vantagens da cidade: infraestrutura, equipamentos e serviços (RODRIGUES, 1998).

Configura-se, portanto um desenvolvimento urbano desigual no espaço metropolitano de Ananindeua, que separa os lugares entre: os que possuem condições qualitativas de reprodução da vida, e aqueles que sofrem cotidianamente os efeitos da *espoliação urbana* (KOWARICK, 1985). Sendo este processo, parte estruturante da dinâmica de desenvolvimento das fronteiras (in) visíveis definidas historicamente pelo acesso desigual às condições de reprodução socioespacial no espaço na cidade capitalista.

REFERENCIAS:

ABELÉM, Auriléia Gomes. Amazônia: ocupação e reorganização do espaço urbano. *In: Meio ambiente: qualidade de vida e desenvolvimento*. Belém, UFPA, NUMA, 1992.

ANTUNES, Ricardo. As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais. *In: Políticas Públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2006, p. 41-52.

_____. **Adeus ao trabalho?:** ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ALENCAR, Antônio Ronaldo. **Ourilândia do Norte:** grandes projetos, garimpos e experiências sociais na construção do município. 1. ed. - Belém: Editora Açai, 2008.

ALONSO, Sara; CASTRO, Edna. Processo de transformação e representações do rural-urbano em Altamira. *In: O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas*. Ana Cláudia Duarte (Org.). Belém: EDUFPA, 2006, p. 161-215.

ALVES, Julia Falivene. **Metrópoles:** cidadania e qualidade de vida. São Paulo: Moderna, 1992.

ALVES, Glória da Encarnação. A mobilidade/imobilidade na produção do espaço metropolitano. *In: A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 109-145.

ALVES, Joana Valente Santana. **Belém:** a capital das invasões. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1997.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

BECKER, B. K. Amazônia, Fronteira Experimental para o Século XXI. *In: Bioética no Brasil*. Becker, B. (Org.). Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1999, p. 87-138.

BARROS, Maria Marlene Gonçalves. **Evolução urbana e saneamento ambiental:** um olhar sobre o PAAR. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social / Instituto de Ciências Sociais Aplicadas / Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

BARROS, Ana Maria F. Bretas; CARVALHO, Celso Santos; MONTANDON, Daniel Todtmann. O Estatuto da Cidade comentado (Lei Nº 10. 257 de 10 de julho de 2001). Disponível em: <http://www.conselhos.mg.gov.br/uploads/24/06.pdf> Acesso: 18 jul12.

BARBOSA, Maria José de Sousa; SÁ, Maria Elvira Rocha de. A questão social na Amazônia no capitalismo contemporâneo: o estado do Pará em foco. *In: Questão social na Amazônia*. Elenise Scherer (Org.). Manaus: Edua, 2009, p. 65-94.

BRASIL. ATLAS BRASIL. **Abastecimento Urbano de Água 2010**. Disponível em: <<http://atlas.ana.gov.br/Atlas/forms/Home.aspx>> Acesso: 05 abr. 11.

_____. **Constituição Federal de 1988**. São Paulo: Editora Saraiva, 1991.

BOBBIO, Norbert. **Estado, governo, sociedade**: por uma teoria geral da política. 14 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2007.

CAMPOS, Andreilino de Oliveira. A despolitização do discurso da segregação frente às políticas de planejamento urbano na metrópole. In: **Metrópole**: governo, sociedade e território. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006, p. 171-192.

CARDOSO, Welson de Sousa. **Adensamento socioespacial nos assentamentos precários em Belém/PA**: indicadores socioespaciais urbanos. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – PPGSS/ICSA/UFPA, 2009.

CARVALHO, Geórgia. Histórico e Impacto das Políticas Públicas na Amazônia. In: BARROS, Ana Cristina (org.). **Sustentabilidade e Democracia para as Políticas Públicas na Amazônia**. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático, FASR/IPAM, 2001, p. 52-85.

CARVALHO, Celso Santos; ROSSBACH Ana Claudia (Org.). **O Estatuto da Cidade**: comentado. – São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010.

CASTRO, Edna; FAURE, Jean-François; PROST, Tereza. Avaliação multitemporal da expansão urbana e de seus efeitos na Área Metropolitana de Belém e Região das ilhas. In: **Belém de águas e ilhas**. Edna Castro (Org.). Belém: CEJUP, 2006, p. 18-37.

_____. Dinâmicas sociais e territoriais das pequenas e médias cidades na Amazônia. In: **O rural e o urbano na Amazônia**: diferentes olhares em perspectivas. CARDOSO, Ana Cláudia Duarte (Org.). Belém: EDUFPA, 2006, p. 9-20.

COUTO, Aiala C. de Oliveira. **Narcotráfico na Metrópole**: das redes ilegais a “territorialização perversa” na periferia de Belém. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Planejamento do Desenvolvimento. Belém, 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da filosofia**: história e grandes temas. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro (Coord.). **Moradia digna é um direito humano**: construindo a plataforma urbana para a Amazônia. Belém: PUPDH/UFPA, 2007.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo. Boitempo, 2006.

DINIZ, Ubiratan. **Os incentivos fiscais da ditadura militar e o processo de ocupação urbana acelerada no município de Ananindeua**. Belém: FASE/CEPEPO, s/d.

_____.; SCALON, Ted. **Ananindeua 1958 – 1990: algumas considerações**. Belém: FASE/CEPEPO, 1990.

ENGELS, Friedrich. **A questão da habitação**. São Paulo: Editora Acadêmica, 1987.

_____. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **A situação da classe trabalhadora em Inglaterra**. Porto: Afrontamento, 1975.

ESTATISTICAS MUNICIPAIS - ANANINDEUA, 2011. Disponível em: <http://iah.iec.pa.gov.br/iah/fulltext/georeferenciamento/ananindeua.pdf>. Acesso em: 10 abr 11.

FAISSOL, S. **Tendências atuais na geografia urbano/rural: teorização e quantificação**. Rio de Janeiro: IBGE, 1978.

FERNANDES, Edésio. O Estatuto da Cidade e a ordem jurídico-urbanística. In: **O Estatuto da Cidade: comentado**. Celso Santos Carvalho, Ana Cláudia Rossbach (Org.). – São Paulo: Ministério das Cidades : Aliança das Cidades, 2010, p. 55-70.

FIALHO NASCIMENTO, Nádia. **Amazônia e desenvolvimento capitalista: elementos para uma compreensão da “questão social” na região**. 2006. Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro.

GARCIA, Antônia dos Santos. **Desigualdades raciais e segregação urbana em antigos capitais: Salvador, cidade D’Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

GARCIA, Marcia Feitosa; LIMONAD, Ester. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional: algumas considerações sobre o Projeto do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira**. Anais do IV Encontro Nacional da ANPPAS, Brasília: 2008. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT4-887-626-20080518205856.pdf> . Acesso em: 18 Mai 12.

GOHN, Maria da Glória. Classes e movimentos sociais. In: **Capacitação em Serviço Social e política social; Módulo II: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social**. Brasília: CEAD, 1999, p. 11- 42.

_____. **Reivindicações populares urbanas: um estudo sobre as Associações de moradores em São Paulo**. São Paulo: Cortez, 1982.

_____. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

_____. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 4^a Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

GOOGLE IMAGENS – Cidade Nova, 2011. Disponível em: <http://www.google.com.br/imgres?q=Conjunto+Cidade+Nova+em+Ananindeua> Acesso em: 21 Ago. 2012.

GRUPPI, Luciano. **Tudo Começou com Maquiavel** – As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. 9. Ed. Porto Alegre – RS: L&PM Editores, 1986.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2006.

_____. **O novo imperialismo.** – 2ª ed.- São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____. **Condição Pós-Moderna.** 21ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** - 26ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLZ, Sheila; MONTEIRO, Tatiana Vilela de Andrade. **Política de Habitação social e o direito a moradia no Brasil.** X Colóquio Internacional de Geocrítica. Universidade de Barcelona, 2008. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/158.htm>. Acesso em: 14 Jul 12.

ICASURIAGA, Gabriela. **Perspectivas teóricas sobre a cidade capitalista.** Dissertação - (Mestrado em Serviço Social). Rio de Janeiro: UFRJ/ESS, 1997.

_____. Gestão social dos equipamentos e serviços coletivos. In: **Metamorfoses sociais e políticas urbanas.** Maria Helena Rauta Ramos (Org.). – Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 227-239.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Censo Demográfico 1960.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Censo Demográfico 1970.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Censo Demográfico 1980.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Censo Demográfico 1991.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Censo Demográfico 2010.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2009, Síntese dos indicadores,** 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/comentarios2009.pdf>>. Acesso em: 25 set 11.

_____. **Publicação completa sobre aglomerados subnormais,** 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados_subnormais/default_aglomerados_subnormais.shtm. Acesso em: 10 abr 11.

JUNIOR, José Marinho Nery. O zoneamento como instrumento de segregação em São Paulo. In: **Cadernos Metrôpoles,** n. 13, pp. 171-198, 1º sem. 2005, pp. 171-198.

KOWARICK, Lucio. O preço do progresso: crescimento econômico, pauperização e espoliação urbana. In: **Cidade, povo e poder**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985, p. 30-48.

_____. **Uma sinopse histórica da Amazônia**. In: TRINDADE, José Raimundo e MARQUES, Gilberto (Orgs.). Revista de Estudos Paraenses, Edição Especial – Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará, Belém, IDESP, 2010. pp. 89-122.

_____. **Grandes Projetos Amazônicos: dois casos precursores**. Tese (Doutorado) – PUC, São Paulo, 1996.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Centauro, 2001.

_____. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. **O Marxismo**. 3ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963.

LENCIONI, Sandra. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In: **Metrópole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006, p. 41-57.

LIMA, Laura Regina S. **Participação popular no município de Ananindeua: a experiência na elaboração do Plano Diretor Participativo**. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal do Pará, Faculdade de Serviço Social - FSS. Belém, 2007.

LIMA, José J. Ferreira; MOYSÉS, Aristides. **Como andam Belém e Goiânia**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2009.

_____; PARACAMPO, Maria Vitória. Desigualdades socioespaciais na Região Metropolitana de Belém. In: **Metrópoles**. Rio de Janeiro: FASE / Observatório de Metrópoles, 2010, p. 18-32.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**.- 2ª ed.- São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LOPES, Alberto. Gestão metropolitana no Brasil: da coerção simétrica ao voluntarismo sem modelo, em busca da responsabilidade política dos resultados. In: **Metrópole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006, p.137-155.

MAPA IMAGEM – REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM. Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão – SEGEP/ Prefeitura Municipal de Belém, 2011.

MARX, Karl. **Capítulo VI inédito de O capital, resultados do processo de produção imediata**. – 2 ed. São Paulo: Centauro, 2004.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. - 19ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. Tradução de Álvaro Pina. - 1. ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

MARQUES, Eduardo Cesar; BICHIR, Renata M. **Estado e espaço urbano**: revisitando criticamente as explicações correntes sobre as políticas estatais. 2000. Disponível em: http://www.centrodametropole.org.br/pdf/curitiba_marques_bichir. Acesso em: 10 jul 2012.

MARCUSE, Peter. Enclaves, sim; guetos não: a segregação e o Estado. *In: Espaço & Debates* – São Paulo – v. 24 n. 45 – p. 1-136 – jan/jul 04.

MATOS, Ralfo. Periferia de grandes cidades e movimentos populacionais. *In: Cadernos Metrôpoles*, n. 13, 1º sem. 2005, p. 71-105.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. – 1. ed. – São Paulo: Cortez, 2010. – (Biblioteca básica de Serviço Social; v. 5)

MELLO, Manuel C. de. **O capitalismo tardio**: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 6ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

MIRANDA, Livia Bezerra de. **Planejamento em áreas de transição rural-urbana**: velhas novidades em novos territórios. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. v. 11, n. 01/ Maio, 2009- pp. 25-40.

NAKANO, Kazuo. Desenvolvimento urbano e territorial em municípios periurbanos, diferenciações no universo dos municípios brasileiros. *In: Municípios periurbanos e direito à cidade*: uma agenda em construção. Belém: Federação de órgãos para Assistência Social e EDUCAÇÃO / FASE; Observatório Comova, 2011, p. 14-48.

PAULO NETTO, José. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. *Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS*, v. 2, n. 3, jan./jul., 2001, pp. 41-49.

_____; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 4. ed.- São Paulo: Cortez, 2009.

OLIVEN, Ruben George. **Urbanização e mudança social no Brasil**. – 4ª ed. – Petrópolis: Vozes, 1988.

ORSO, Paulino José. A educação na sociedade de classes: possibilidades e limites. *In: Educação e luta de classes*. – 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 49-64.

PAULLINO, Helena. Diferença de gênero persiste no trabalho. Disponível em: <https://conteudoclippingmp.planejamento.gov.br/>. Acesso em: 23 jun12.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

PINTO, Lúcio Flávio. A Amazônia entre estruturas desfavoráveis. In: D'INCAO, Maria Ângela e SILVEIRA, Isolda Maciel. **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2009, p. 109-118.

PIMENTEL, José. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados em 2012**. Disponível em: <http://josepimentel.com.br/category/tags/cadastro-geral-de-empregados-e-desempregados> Acesso em: 18 jun. 12.

POCHMANN, M; CAMPOS, A; BARBOSA, A. **Atlas da exclusão social, Volume 03: os ricos no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2004.

PLANO DIRETOR DE ANANINDEUA. Disponível em: <http://www.seidurb.pa.gov.br/pdm/anandindeua/ANANINDEUA.pdf> Acesso: 26 jul. 12.

PRÉTECEILLE, Edmond. A construção social da segregação urbana: convergências e divergências. In: **Espaço & Debates** – São Paulo – v. 24 n. 45 – p. 1-136 – jan/jul 2004.

RAMOS, Maria Helena Rauta. Políticas urbanas, conselhos locais e segregação socioespacial. In: **Metamorfoses sociais e políticas urbanas**. Maria Helena Rauta Ramos (Org.). – Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 133-150.

RIBEIRO, Luís Cesar de Queiroz. Segregação residencial e segmentação social: o “efeito vizinhança” na reprodução da pobreza nas metrópoles brasileiras. In: **Cadernos metrópoles: Desigualdade e governança**. N. 13, p. 1-255, 1º sem. 2005. São Paulo: PUC-SP, 2005, p. 47-70.

ROCHEFORT, Michel. O futuro das metrópoles no mundo globalizado. In: **A metrópole e o futuro: refletindo sobre Campinas**. Campinas: Edições Territorial, 2008, p. 23-34.

RODRIGUES, E. **Aventura urbana: urbanização, trabalho e meio ambiente em Belém**. Belém: NAEA;UFPA, 1996.

_____. Planejamento sócio territorial participativo de Belém: O Congresso da Cidade. In: **A metrópole e o futuro: refletindo sobre Campinas**. Campinas: Edições Territorial, 2008, p. 357-369.

RODRIGUES, Eliene Jaques. **Banidos da Cidade Unidos na Condição: Cidade Nova; espelho da segregação social em Belém**. Belém: UFPA/NAEA, 1998.

SANTANA, Joana Valente. “Invasões” de terras e política habitacional: mediações de interesses na atuação da Companhia de habitação do Estado do Pará. In: SANTANA, Joana Valente; SÁ, Maria Elvira Rocha de (Orgs.). **Políticas públicas e lutas sociais na Amazônia: enfoques sobre planejamento, gestão e territorialidades**. Belém: ICSA/UFPA, 2011, p. 111-164.

SANTANA, Joana Valente; SÁ, Maria Elvira Rocha de (Orgs.). **Políticas públicas e lutas sociais na Amazônia**: enfoques sobre planejamento, gestão e territorialidades. Belém: ICSA/UFPA, 2011. 387 p.

SÁ, Maria Elvira; COSTA, Solange M. Gayoso da; TAVARES, Luciana Pereira de Oliveira. O rural-urbano em Santarém: interfaces e territórios produtivos. In: **O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas**. Ana Cláudia Duarte Cardoso (Org.). Belém: EDUFPA, 2006, p. 113-157.

SANTOS, Milton. Involução da metropolitana e economia segmentada: O caso de São Paulo. In: **Metropolização e rede urbana**: perspectivas dos anos 90. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1990, p. 54-89.

_____. **Pobreza urbana**. - 3 ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009 a.

_____. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. 2. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009 b.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. – 18ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2009 c.

_____. **A urbanização brasileira**. 5. ed, 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009 d.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. 8. ed. São Paulo: Editora Brasiliense: 1981.

SENNETT, Richard. **A Corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SILVA, Ligia Osorio. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. – 2ª ed. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

SILVA, José Graziano. **O que é questão agrária**. 16ª ed. Brasília: Editora brasiliense, 1996.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Considerações gerais sobre o direito à circulação na cidade e a soberania urbana**. 2007. Disponível em:<<http://www.observatoriodefavelas.org.br>>. Acesso em: 5 Nov 2011.

_____. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Maria Adélia de. A metrópole e o futuro: a dinâmica dos lugares e o período popular da história. In: **A metrópole e o futuro**: refletindo sobre Campinas. Campinas: Edições Territorial, 2008, p. 27-40.

_____. **Recompondo a história da região metropolitana: processo, teoria e ação.** In: **Metrópole: governo, sociedade e território.** Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

SCHERER, Elenise (Org.). **Questão social na Amazônia.** Manaus: Edua, 2009.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, 2011, p. 123-145.

TEIXEIRA, Francisco J. S. Oliveira; Oliveira, Manfredo Araújo de (orgs.), **Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho.** São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1996.

TRINDADE JR, Saint-Clair C. da; CARVALHO, Guilherme; MOURA, Aldebaran; NETO, João Gomes (Org.). **Pequenas e Médias Cidades na Amazônia.** Belém: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional/FASE; Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/UFPA; Observatório Comova, 2009, p. 7-16.

_____. **A cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana.** Tese (Doutorado em Geografia) – USP/ Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/ Departamento de Geografia, 1998.

TRINDADE, José Raimundo B. Expansão periférica e exclusão social no espaço urbano de Belém na segunda metade da década de 80. In: **Revista do Centro Socioeconômico / Universidade Federal do Pará, CSE, v. 4, n. 1 (janeiro/dezembro, 1997),** Belém-Pará: 1997 p. 95-113.

WANDERLEY, Luis Eduardo W. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. *In: Desigualdade e a questão social.* WANDERLEY, Mariângela Belfiore; BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Carmelita (Orgs.). 3. ed. São Paulo: EDUC, 2008, p. 55-166.

VASAPOLLO, L. **O trabalho atípico e a precariedade.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

YASBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: Expressão da questão social no Brasil. In: **Temporalis Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS.** Ano 2, n. 3 (jan.Jul.2001) Brasília, ABEPSS, Grafile, 2001, p. 33-40.